

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

ERASMO DA SILVA FERREIRA

**O DISCURSO DE MÉDICI E SEUS JOGOS:
Questões Sobre o Silenciamento e a Representação do Outro**

RECIFE

2015

ERASMO DA SILVA FERREIRA

**O DISCURSO DE MÉDICI E SEUS JOGOS:
Questões Sobre o Silenciamento e a Representação do Outro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 26/2/2015.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

ORIENTADORA: PROFA. DRA. FABIELE STOCKMANS DE NARDI

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

F383d Ferreira, Erasmo da Silva
O discurso de Médiçi e seus jogos: questões sobre o silenciamento e a representação do outro / Erasmo da Silva Ferreira. – Recife: O Autor, 2015.
154 f.: il.; fig.

Orientador: Fabiele Stockmans De Nardi
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2015.

Inclui referências e anexos.

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Ditadura. 4. Políticos. 5. Análise linguística. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientador). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-49)

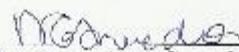
ERASMO DA SILVA FERREIRA

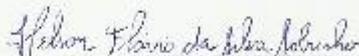
**O DISCURSO DE MÉDICI E SEUS JOGOS: Questões Sobre o
Silenciamento e a Representação do Outro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGÜÍSTICA, em 26/2/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Fabiele Stockmans De Nardi
Orientadora – LETRAS - UFPE


Prof. Dr. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - UNICAP


Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
FALE - UFAI.

Recife – PE
2015

*Aos meus pais: **Maria e Francisco.**
Meus exemplos de vida.
As essências e as razões de todas as coisas.
Por não terem “conhecido” Escola.
Nem a surpreendente AD pecheuxtina.
Mas me ensinaram coisas que jamais poderia aprender em livros ou teorias.
À memória de todos aqueles que foram silenciados de todas as formas possíveis e
inimagináveis no período da Ditadura Militar Brasileira.
Dedico.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma das ações mais belas que o ser humano pode realizar. A gratidão é ainda um dos sentimentos mais sublimes que nos humaniza e que nos dá a certeza de que sozinhos no mundo nós não podemos fazer nada e nem chegar a lugar nenhum. Para muitos, não é uma tarefa fácil porque o agradecimento é, em última instância, reconhecer nossas limitações, nossas falhas. Por isso, gostaria de reservar esse espaço para agradecer aqueles que foram fundamentais ao longo de minha trajetória de vida, no decorrer desse trabalho e que me ajudaram a chegar até aqui. Razões pelas quais, esse trabalho se escreve no plural.

Antes de tudo, quero agradecer a **Deus** – o mestre de todos nós – pelo dom da vida, porque sem Ele nada seria possível.

À **Fabiele Stockmans De Nardi**, mais do que professora e orientadora, uma amiga querida e um anjo bom que Deus colocou em minha vida e que, com seus gestos, me faz acreditar mais na humanidade e que o mundo pode ainda ser mais belo. Obrigado, **Fabi**, por moldares minha *forma-sujeito* com sabedoria, carinho e pela confiança depositada em mim. Por teres acreditado nesse trabalho quando ele ainda era um sonho a ser construído, bem como pelo acolhimento na linha de pesquisa. Pelas horas dispensadas à leitura desse trabalho, pela orientação sempre firme, pela partilha de ideias e formulações, por sempre me deixares ser e seguir o caminho, mas sempre guiando os meus passos. Para mim, **Fabi**, falar de você é falar de poesia e sonho. A você, minha eterna gratidão e admiração!

Igualmente, agradeço à **Evandra Grigoletto**, pela sapiência, pelas aulas fascinantes. Pelo presente da amizade que levarei para sempre na memória e nos caminhos da AD. Obrigado por também teres ajudado a moldar a minha *forma-sujeito*. Ao **Helson Flávio** (UFAL), pelas contribuições relevantes na Banca de Qualificação e neste momento final. Obrigado também por teres aceitado fazer parte desse trabalho. À **Nadia** (UNICAP), pela alegria com que aceitou o convite para a defesa. Obrigado pela oportunidade de interlocução.

Às queridas professoras do PPGL: **Dóris da Cunha**, **Virgínia Leal**, **Nelly Medeiros de Carvalho**, **Kazuê Saito** e **Cristina Hennes Sampaio**. Obrigado pela amizade e pelos momentos de intensa e significativa aprendizagem. A todos que fazem o Colegiado do Curso de Letras da UPE/*Campus* Garanhuns, especialmente:

À **Dirce Jaeger**, pela amizade sincera e pelas contribuições imprescindíveis para o desenvolvimento deste trabalho desde o projeto de pesquisa. Sem você, Dirce, esse trabalho também não seria possível. Obrigado pela afinidade teórica, pelos momentos de interlocução nas Bancas e pela ajuda com o espanhol do resumo. À **Jaciara Gomes**, pela amizade, por suas sugestões valiosas na leitura do anteprojeto, pela companhia e motivação. Aos amigos da Biblioteca da UPE/Campus Garanhuns.

Aos amigos queridos das rodas de discussões em AD: **Felipe Augusto, André, Heber, Rosângela Pimenta, Paulo, Raul, Vanessa, Ivandilson, Fabiana Ferreira** e **Viviane Santa Rosa**. Obrigado a todos pelos momentos de aprendizagem e de alegria.

Aos amigos do PPGL, **Herbertt Neves, Emmanuella Barros, Carla Richter, Ângela Rebouças, Adiniz Mendes, Margareth, Vinícius, Diego, Mariana de Lima, Gabriela, Eraldo, Sirleidy** e **Cleiton** (*in memoriam*). Obrigado pela amizade e o apoio de todas as horas.

Aos amigos que fazem e fizeram parte da EREM Dom João da Mata Amaral: **Fátima Galindo, Lena, Guiomar, Taciana, Célia Inácia, Rosenaldo, Dulcineia Pimentel, Roberta, Shirley Renné, Claudineide, Rogério, Elisângela, Andréa, Daniele, Dilma** e **Vilma**. Obrigado por terem cruzado o meu caminho!

À minha querida família, pelo porto seguro e o apoio incondicional de sempre.

À **Luiza Milano Surreaux** (UFRGS), pela possibilidade de interlocução e pela diligência com que me atendeu. Ao **Leonardo Gueiros**, por também ter atendido ao meu apelo. Um agradecimento especial.

Aos meus alunos, razão do muito que acredito. Obrigado também pelos momentos de aprendizagem recíproca. Ao **PPGL-UFPE** pela acolhida. À Secretaria do **PPGL**, nas pessoas de **Jozaiás, Diva**, e bolsistas. Obrigado pela atenção dispensada e clareza nas informações. Enfim, obrigado a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram substancialmente com a minha formação pessoal, acadêmica e profissional.

A todos vocês, hoje, é o **silêncio** que escolho para dizer: **MUITO OBRIGADO!**

Restos do carnaval

“Mas houve um carnaval diferente dos outros. Tão milagroso que eu não conseguia acreditar que tanto me fosse dado, eu, que já aprendera a pedir pouco. Foi quando aconteceu, por simples acaso, o inesperado [...] E a mãe de minha amiga - talvez atendendo a meu apelo mudo [...] ou talvez por pura bondade [...] resolveu fazer para mim também uma fantasia de rosa [...] Naquele carnaval, pois, pela primeira vez na vida eu teria o que sempre quisera: ia ser outra que não eu mesma”.

Clarice Lispector – *Felicidade Clandestina*, 1998.

“Juro que este livro é feito sem palavras. É uma fotografia muda. Este livro é um silêncio. Este livro é uma pergunta”.

Clarice Lispector – *A Hora da Estrela*, 1977.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a constituição, os processos de legitimação e funcionamento do discurso político-presidencial. O campo discursivo de referência encontra-se resguardado no domínio discursivo da Ditadura Médici (1969-1972). O *corpus empírico*, que submetemos às análises, está organizado de maneira documental pela Biblioteca da Presidência da República em quatro arquivos: “**O Jogo da Verdade**” (07/10/1969), “**Mundo sem Fronteiras**” (30/10/1969), “**A Verdadeira Paz**” (01/05/1970) e “**O Grande Ato**” (21/04/1972). Esta investigação filia-se ao quadro teórico da Análise do Discurso instaurada por Michel Pêcheux [1969]. A partir dos gestos analíticos, realizamos um recorte do *corpus empírico* para chegarmos às sequências discursivas que são os alvos do olhar teórico-analítico a partir desse campo discursivo restrito (*corpus discursivo*). Para isso, ancoramo-nos teórico-analiticamente em Pêcheux, Althusser, Indursky, Courtine, Henry, Malidier, Orlandi, Gadet e Pêcheux, entre outros. Desse modo, esta dissertação está basicamente estruturada em duas partes com subseções que se correlacionam: a primeira parte é dedicada à reflexão dos fundamentos teóricos da Análise do discurso (AD), imprescindível para o desenvolvimento das análises propostas a partir do *corpus* discursivo. Na segunda parte, enfatizamos a natureza e as especificidades do nosso campo discursivo de referência, ou seja, o discurso político-militar, determinando suas condições de produção e configuração histórica para então procedermos às análises. Em suma, a nossa preocupação nesta investigação se volta, sobretudo, para os efeitos de sentido do silenciamento, a partir da apropriação do discurso do Outro, bem como da representação imaginária do Outro e suas formas de materialização através do modo de dizer de Médici, por meio do jogo ideológico das formações imaginárias e suas respectivas inscrições em Formações Discursivas heterogêneas e antagônicas. Verificamos, assim, que a representação do Outro, através da denominação, recobre um espaço de violência silenciadora e que dispersa o discurso do Outro por meio do discurso *sobre* o Outro, trabalhando com a diluição dos sentidos ressignificados, que, por sua vez, são sempre constituídos por relações dentro do jogo de formações imaginárias atravessadas pela ideologia.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Discurso Político; Silenciamento; Ditadura.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo investigar la constitución, los procesos de legitimación y el funcionamiento del discurso político-presidencial. El campo discursivo de referencia se ubica en el dominio discursivo de la Dictadura de Médici (1969-1972). El *corpus empírico* que sometemos a los análisis está organizado en forma documental por la Biblioteca de la Presidencia de la República en cuatro archivos: "**El Juego de la Verdad**" (10/07/1969), "**Mundo sin Fronteras**" (30/10/1969) "**La Verdadera Paz**" (01/05/1970) y "**El Gran Acto**" (21/04/1972). Esta investigación se desarrolla bajo el marco teórico del Análisis del Discurso entablado por Michel Pêcheux [1969]. Desde gestos analíticos, se hizo un recorte del *corpus empírico* para llegar a las secuencias discursivas, objeto de mirada teórico-analítica desde ese campo discursivo restringido (*corpus discursivo*). Para ello, nos basamos teórica y analíticamente en Pêcheux, Althusser, Indursky, Courtine, Henry, Maldidier, Orlandi, Gadet y Pêcheux, entre otros. Por lo tanto, esta tesis está básicamente estructurada en dos partes con subsecciones correlacionadas: la primera parte se dedica a la reflexión de los fundamentos teóricos del Análisis del Discurso (AD), esencial al desarrollo de los análisis propuestos desde *corpus discursivo*. En la segunda parte, se enfatiza la naturaleza y las especificidades de campo discursivo de referencia, o sea, el discurso político-militar, la determinación de sus condiciones de producción y configuración histórica y luego la ejecución de los análisis. En resumen, la preocupación en esta investigación se vuelve principalmente hacia los efectos de sentido del silenciamiento, luego de la apropiación del discurso del Otro, además de la representación imaginaria del Otro y sus formas de materialización a través del modo de decir de Médici, por intermedio del juego ideológico de las formaciones imaginarias y sus respectivas inscripciones en Formaciones Discursivas heterogéneas y antagónicas. Observamos, pues, que la representación del Otro, por su nombramiento, cubre un área de la violència que silencia el outro y que dispersa el discurso del Otro a través del discurso *sobre* el Otro, trabajando con la dilución de los sentidos resignificados, que, a su vez, son siempre constitución por las relaciones dentro del juego de las formaciones imaginarias atravesadas por la ideología.

Palabras-clave: Análisis del Discurso; Discurso Político; Silenciamiento; Dictadura.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
RESUMEN.....	9
INTRODUÇÃO.....	11

PRIMEIRA PARTE FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

1. A Instauração arquitetônica da AD.....	15
1.1. Na teia do discurso: a língua e o impossível.....	20
1.2. A ideologia e a formação discursiva.....	28
1.3. O sujeito.....	40
1.4. O discurso e suas condições de produção.....	48
2. A propósito do silêncio e do sentido.....	53
2.1. A política do silêncio: o silenciamento.....	60

SEGUNDA PARTE SITUANDO O *CORPUS* E PREPARANDO AS ANÁLISES

3. O Discurso político e seu funcionamento.....	68
3.1. A Ditadura Médici: opressão e silenciamento.....	73
3.2. Análise do <i>corpus</i>	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXOS.....	127

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso se instaura enquanto uma teoria do discurso que aborda questões referentes à história e à ideologia. Nossa reflexão se pauta, neste trabalho, na representação imaginária do Outro (“do ser comunista”). Além disso, trabalhamos numa perspectiva discursiva do silenciamento, ou seja, que se sustenta justamente naquilo que a língua não contempla e não suporta: a política do silêncio. Buscamos, assim, enveredar um caminho movediço para tentar compreender o estatuto do silêncio/silenciamento no jogo de representações ideológicas e seus respectivos funcionamentos no contato do simbólico com a história.

Em nossa compreensão, o discurso político-militar pode ser analisado de diversas maneiras e a partir de diferentes teorias. Assim, em nossa perspectiva de ancoragem teórica, analisar um discurso implica necessariamente ter subjacente sempre uma certeza: de que o sentido está sempre em movimento e, por isso mesmo, sempre pode ser outro e mudar de direção a partir dos lugares sociais ocupados por aqueles que sustentam seus discursos na sociedade.

Do mesmo modo, acreditamos que escrever sobre o silêncio implica também ter uma hipótese, uma chance, jamais uma certeza. Até porque, defendemos que aqueles que enveredam “nesse árduo caminho aprendem a desconfiar do véu da linguagem, a rompê-lo para chegar ao mais real” (STEINER, 1988, p. 31).

Perante esse cenário, esta investigação enuncia essencialmente de lugares demarcados e específicos tanto teoricamente, quanto analiticamente: primeiro, enuncia do campo teórico da Análise do Discurso e, em segundo lugar, enuncia do contexto que abrigou a Ditadura Militar Brasileira, assim como sinaliza Schons: “pois bem, este trabalho talvez seja o sintoma de uma tentativa de suprimir uma falta, a tentativa de reduzir, o máximo possível, a estranheza desse passado, marcado a ferro e a fogo, em ‘carne-viva!’” (SCHONS, 2006, p. 14).

Por sua vez, a Análise do Discurso (doravante AD) vem contribuindo substancialmente para a abertura relevante de um vasto campo de questões e problematizações acerca da língua, do sujeito, dos sentidos e da ideologia em suas respectivas relações com a História e o Político. E esse é o caminho que propomos palmilhar porque a AD nos fornece as ferramentas necessárias para auxiliar nossa reflexão acerca do silêncio numa perspectiva que se instaura discursivamente e que

nos une por meio de outras duas paixões: a prática política e a língua, pois conforme nos diz Orlandi: “falando de história e de política, não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (ORLANDI, 1999, p. 59).

Por isso, justificamos desde já que “[...] esse trabalho insere-se na tradição daqueles que, no campo da Análise do discurso na França, fizeram do discurso político um objeto de estudo privilegiado da relação da língua com as ideologias” (COURTINE, 2009, p. 30), ou seja, este trabalho se inscreve no campo de domínio da AD no cerne da prática política. Ademais, o leitor desse trabalho encontrará nestas páginas reflexões acerca do processamento e funcionamento do discurso político-militar, da constituição dessa *forma-sujeito*, do jogo das representações e denominações através da ideologia, dos efeitos de sentido que atravessam a opacidade da língua e do silêncio e seus respectivos movimentos na história da Ditadura Militar Brasileira.

Definido o espaço intelectual sob o qual nossa reflexão se abriga, no decorrer dessa pesquisa damos ênfase à voz de Michel Pêcheux (2010 [1969], 2009 [1975] e 1981 [2012]), bem como dialogamos com aqueles que contribuíram de maneira contundente para o desenvolvimento do pensamento de Pêcheux, a saber: Denise Maldidier (2003), Paul Henry (1992) e J. J. Courtine (2009), entre outros. Para isso, buscamos unir nesta discussão as questões que eram mais caras para Pêcheux em sua trajetória teórica: o discurso político onde “se intrincam, como num verdadeiro nó, os aspectos relacionados à língua(gem), à história, à ideologia, ao sentido e ao sujeito” (LEANDRO FERREIRA, 2007, p.13).

Dito isso, é necessário acrescentar que alguns trabalhos também já lançaram olhares sobre o discurso político-militar e o silêncio, em busca de algumas respostas e teorizações, através do campo teórico que nos recobre e a que nos filiamos. Sendo assim, queremos destacar três trabalhos clássicos, já realizados, que guiam nossa reflexão: *A fala dos quartéis e as outras vozes* (1997 [1992], 2013), de Freda Indursky (UFRGS), bem como a reflexão proposta Mariani (1996) acerca do *comunismo imaginário*. Sobre a noção de silêncio, no universo da AD, nos filiamos teoricamente à proposta fundadora apresentada por Eni Orlandi (1992).

Em nossa interlocução com esses trabalhos propomos dois movimentos diferentes: primeiramente, a natureza material das sequências discursivas recortadas do *corpus*, nas análises, é diferente daquela proposta em análise por

Indursky; em segundo lugar, três indagações são realizadas e sustentam as nossas análises para compreendermos a permanência de um líder com mecanismos e estratégias de poder instauradas, legitimadas e preservadas no decorrer do Regime Militar através de uma política autoritária e repressiva: como o Outro é constituído e se projeta no discurso de Médici? Quais as estratégias discursivas utilizadas para produzir o efeito de silenciamento no modo de dizer do presidente? Qual o efeito de sentido produzido através do jogo ideológico da denominação? São essas questões que buscamos elucidar nesse trabalho.

Feitas essas ressalvas, nosso trabalho está estruturado metodologicamente em dois blocos fundamentais da seguinte forma: no primeiro capítulo, que se intitula “*Fundamentos Teóricos da Análise do Discurso*”, abordamos panoramicamente a instauração do campo de investigação da AD e revisitamos alguns dos seus fundamentos, mobilizando, dessa maneira, algumas das categorias teóricas que subsidiaram as análises.

Nesta primeira parte, iniciamos a investigação refletindo acerca da concepção filosófica de língua trabalhada pela AD. Na sequência, abordamos as noções de ideologia e formação discursiva, em torno das quais se coadunam as noções de sujeito, discurso e suas condições de produção, as relações inter e intradiscursivas, bem como propomos situar o silêncio/silenciamento. Essas noções são necessárias à composição do quadro teórico de referência, enquanto categorias constitutivas do *corpus*.

A segunda parte, por conseguinte, segue um percurso analítico concentrando as reflexões no funcionamento do discurso político-militar, bem como se dedica à apresentação, à descrição, à contextualização e às análises, mobilizando as categorias analíticas a partir da materialidade discursiva. O *corpus* está estruturado a partir de um conjunto de sequências discursivas recortadas a partir dos discursos enunciados por Médici (1969 - 1972).

Finalmente, apresentamos algumas considerações finais acerca do desenvolvimento da análise, bem como sustentamos algumas (in)conclusões da pesquisa trazendo também, ao mesmo tempo, a relevância desse trabalho para o campo de referência teórica em que se insere, além de tentarmos constituir um “lugar de memória”, na acepção proposta por Pierre Nora (1993), com o desenvolvimento desse trabalho que representa, no limite da investigação, uma forma de reflexão acerca da política de silêncio/silenciamento instaurada pela

ditadura militar, enquanto um aparelho ideológico e repressivo do Estado que sustenta e legitima socialmente o discurso de Médici.

PRIMEIRA PARTE

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

1. A INSTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA DA AD

“O discurso foi sempre para Michel Pêcheux o objeto de uma busca infinita”.
M^a Cristina Leandro Ferreira, 2007, p. 13.

A Análise do Discurso Francesa (doravante AD) emerge na década de sessenta, na França (1969-1983), em um contexto que testemunhava o triunfo do estruturalismo linguístico e se consolidou também sob as cinzas do seu declínio.

Nessa perspectiva, o projeto da AD surge a partir das reflexões e inquietações teóricas de Michel Pêcheux por meio da égide da chamada “Tríplice Entente”: Saussure, Marx e Freud, e se firma como uma corrente teórica de tradição intelectual, filosófica e política com desdobramentos até hoje. Assim, a AD se instaura na França pelo viés das efervescências dos acontecimentos históricos de *Maio de 68* e as rupturas epistemológicas, filosóficas, teóricas e políticas no cerne da Linguística enquanto *ciência régia* das ciências humanas. Nesse sentido, Courtine rememora e sublinha que:

[...] a história da Análise do Discurso na França seria incompreensível se não levássemos em conta sua dimensão política: o fato de que, na origem, aqueles que contribuíram para fundá-la eram militantes não apenas de esquerda, mas marxistas, que pensavam que uma certa “política da leitura”, apoiada sobre o marxismo e a linguística, permitia levantar os véus que a dominação ideológica punha sobre as formas culturais da vida política e social. (COURTINE, 2010, p. 29, grifos do autor).

Nesse contexto, a França representava o palco intelectual que abrigou o projeto de emancipação política e teórica de Pêcheux. Ademais, Pêcheux estava no centro dos debates que se desenvolveram no quartel general-acadêmico da *Rue*

d'Ulm na *École Normale Supérieure* (ENS), ao lado de pensadores como Althusser e Foucault, entre outros.

Desse modo, em seus campos de atuação e caracterização, a AD se configura como uma disciplina de interpretação e, sendo assim, para ela não há sentido sem interpretação, muito embora reconheça os limites da interpretação e interrogue a aparente linearidade e homogeneidade que se costuma imputar aos efeitos da evidência dos sentidos por meio da interpretação/compreensão, pois: “é a interpretação, em um processo onde intervêm o simbólico e a ideologia, que permite trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos e que se desenvolve em situações sociais específicas” (ORLANDI, 1998, p. 147).

Comungando com Orlandi, Cazarin (2004, p. 44) comenta ainda que: “quando se escreve que não há sentido sem interpretação e que esta é concebida como um gesto, se está querendo enfatizar que, em AD, a interpretação é social e historicamente determinada”. Nesse âmbito, encontramos o sujeito condenado à interpretação porque o homem tem necessidade de interpretação, respira interpretação e trava uma busca alucinante e ilusória pelos efeitos da completude.

Diante do que foi dito anteriormente, Pêcheux concebe a AD, sobretudo, como uma corrente teórica que se instaura necessariamente de um movimento de três rupturas ou cortes epistemológicos – ao gosto da metáfora da ruptura cunhada por Bachelard e Canguilhem – que, por sua vez, instituíram deslocamentos, conforme assinala Orlandi (2010), em três campos do conhecimento para refletir sobre a língua, a história e o sujeito, a saber:

1. No campo da Linguística: questiona-se a autonomia e a transparência da língua, na busca por uma teoria do discurso que explicasse os processos de enunciação;

2. No campo do Marxismo: o homem faz a história, mas esta também não lhe é transparente, convoca-se, assim, uma teoria materialista da história para explicar os fenômenos das formações sociais;

3. No campo da Psicanálise: o sujeito também é recoberto pela opacidade, ou seja, ele não é transparente nem para si mesmo, buscando-se, assim, uma teoria acerca do sujeito que explicasse as questões referentes à subjetividade do sujeito e sua respectiva relação com a história e o simbólico.

Dito isso, a AD é idealizada por Michel Pêcheux, um filósofo marxista-leninista, envolvido com a prática política e com um empreendimento teórico. A sua

“aventura teórica” tem início com sua *Analyse automatique du discours* (Análise Automática do Discurso – AAD-69), no entanto as primeiras inquietações teóricas de Pêcheux encontram-se assinadas e publicadas sob o pseudônimo de Thomas Herbert. É o caso dos textos “*Réflexions sur la situation théorique des sciences sociales, spécialement de la psychologie sociale*” (1966) e “*Remarques pour une théorie générale des idéologies*” (1968).

Ainda em relação ao campo de constituição da AD, Orlandi (2012, p. 20) defende com veemência que:

[...] Se a Análise do Discurso é herdeira de três regiões do conhecimento – Psicanálise, Linguística, Marxismo – não o é de modo servil e trabalha uma noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele.

Dessa maneira, a AD constrói o seu arcabouço teórico e metodológico sob o viés de uma reflexividade profunda a partir das bases da Linguística: *Saussure*, *Harris*, *Dubois*, *Culioli*, entre outros, articulando os pressupostos sustentados pela Linguística com outras áreas do conhecimento, a saber: *Althusser*, no resgate do Marxismo e seu Materialismo Histórico processando, por meio de um deslocamento, a teoria da Ideologia; *Lacan*: retomando e reformulando a teoria psicanalítica do inconsciente instaurada por *Freud*, e *Foucault* propondo uma Teoria do Discurso. Assim, podemos representar o tripé epistemológico sobre o qual se instaura a AD a partir do gráfico a seguir que representa as vigas de sustentação da AD. Observemos:



Figura 1 – Quadro epistemológico da AD. **Fonte:** Elaboração do autor

Com efeito, os pressupostos apresentados pela AD evidenciam explicitamente e com excepcional relevância a sua constituição no “entremeio” dessas regiões do conhecimento¹, não obstante, não podemos deixar de enfatizar também que, ao longo da história da AD, observa-se amiúde uma luta incessante, uma busca incansável por uma delimitação recíproca de suas fronteiras, apesar de a AD nunca ter negado essa mútua absorção. Conforme percebemos, o aparato teórico da AD é constituído de maneira complexa e apresenta uma relação muitas vezes conflituosa entre as noções que intervêm em seu campo e, ao mesmo tempo, as integram.

O projeto de Pêcheux é um projeto de intervenção política e filosófica, a AD é instaurada como um “Cavalo de Troia” – para utilizar os termos de Paul Henry (2010, p. 38) – que seria introduzido no âmago das ciências sociais com o objetivo de causar fissuras e rupturas.

Assim sendo, a AD ao instaurar o discurso como o seu objeto teórico de análise, bem como ao articular noções referentes ao sujeito e ao sentido, rompe com o pensamento metodológico da Linguística Estruturalista imanente, que se volta para a língua como um objeto imutável, fechado em si e por si mesmo. A AD surge,

¹ Elucidamos ao leitor que o quadro ou o tripé teórico-epistemológico sobre o qual se instaura o projeto-piloto da Análise do Discurso é, segundo Pêcheux e Fuchs [1975], o **Materialismo histórico**, a **Linguística** e a **Teoria do Discurso** com uma intervenção de natureza psicanalítica (**Psicanálise**).

assim, da necessidade de superar o paradigma sustentado por uma linguística puramente frasal que se evidenciava através da análise do conteúdo e, sobretudo, a partir de uma crítica feita por Pêcheux ao logicismo, ao sociologismo, à filosofia idealista e à psicologia social porque Pêcheux:

Centralmente, ele contesta que se possam batizar de *ciências* as disciplinas que, sob o acobertamento do sujeito psicológico, ignoram, ou não querem saber, de sua relação com a política, que ainda por cima se paramentam com os atributos da cientificidade emprestando seus métodos da estatística e da linguística. (MALDIDIER, 2003, p. 20).

É notório que, por sua própria constituição, a AD passou por vários desdobramentos de ordem teórica e metodológica desde sua fundação. Essas reformulações foram realizadas pelo próprio Pêcheux, muitas vezes em um tom de autocrítica corrosiva, porque para ele:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – contra o fogo incinerador que só produz fumaça. Essa tomada de partido obriga a discernir as posições que, no campo da batalha filosófica, precisam urgentemente ser abandonadas daquelas posições que, mais do que nunca, é importante ocupar e defender, sob a condição de que sejam ocupadas e defendidas *de um modo diferente*. (PÊCHEUX, 1997, p. 294).

Por isso, a preocupação de Pêcheux era trazer um projeto teórico de intervenção política e filosófica que causasse deslocamentos nos rumos que o pensamento científico tomava naquela época.

Em suma, após essa breve retomada, nas próximas seções, abordamos alguns dos fundamentos teóricos da AD, bem como as categorias analíticas de referência que mobilizam nosso gesto de interpretação a partir do *corpus* e seus respectivos recortes. A primeira noção que abordamos é a dimensão filosófica da língua para a AD. Vejamos.

1.1. NA TEIA DO DISCURSO: A LÍNGUA E O IMPOSSÍVEL²

“É portanto por amor que alguém se torna ‘louco pela língua’: por amor e inicialmente por apego primeiro ao corpo da mãe, quando sua insistência toma a forma de um amor da língua-mãe ou da língua materna”. Gadet e Pêcheux, 2004, p. 45.

“Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra”. Pêcheux, 2012, p. 29.

Antes de tudo, elucidamos que o objeto de estudo centralizador das reflexões da AD não é a língua, mas o DISCURSO, considerado por Pêcheux um instrumento e uma ferramenta utilizada por excelência na prática política. A AD dialoga – até certo limite – com a Linguística, mas intervindo teoricamente em seu campo de atuação, não se reduz ao seu objeto: a língua.

Neste viés, a AD segue de perto o princípio de que:

[...] a linguística *demonstra* que alguma coisa da linguagem escapa à determinação das relações de produção, que alguma coisa da linguagem é relativamente autônoma com relação a essa determinação. É precisamente nesse sentido que, nas condições políticas, ideológicas e científicas atuais, o conceito de *língua* pode representar os princípios de uma apropriação científica. (HENRY, 1992, p. 147, grifos do autor).

Então, por que o interesse da AD por esse “estranho” objeto de desejo, como bem afirma Leandro Ferreira (2007)? Uma das possibilidades de resposta para esse questionamento opera na seguinte afirmação: a língua é cara para a AD porque a materialidade do discurso é a língua e a materialização da ideologia é, por sua vez, condição do discurso, por isso a língua, o discurso e a ideologia não se excluem e funcionam por meio do atravessamento da história e do inconsciente.

² A reflexão proposta nesse tópico está embasada em Gadet e Pêcheux (2004). Nesta obra, Gadet e Pêcheux trabalham a noção de equívoco enquanto real da língua: o impossível. E o real da história: a contradição. Para compreender isso, partem da concepção de que há língua e há línguas. Os autores se dão a árdua missão de compreender a relação entre língua-discurso-história-ideologia-inconsciente através do pensamento de Saussure, Chomsky, Lacan e Milner. Para os autores, a língua(gem) é lacunar, porosa e constituída de furos.

Nesse sentido, “falar em discurso, significa reportar-se a um dos aspectos materiais da ideologia, pois é nele que língua e ideologia se encontram” (CAZARIN, 2004, p. 51).

Assim, a língua representa uma das possibilidades de existência material do discurso que, por sua vez, é uma das condições necessárias para que os efeitos de sentido entre os locutores se estabeleçam. Por sua vez, a língua para significar se inscreve na história, à proporção que é posta em funcionamento por sujeitos em situações específicas de enunciação.

Dito isso, podemos elencar uma das teses caras em relação à língua na tradição filosófica da AD: a língua não é transparente e, assim sendo, é um objeto relativamente autônomo, ou seja, para a AD – em sua dimensão epistêmica – a língua é relevante enquanto efeito do trabalho simbólico, produzindo redes de sentidos na discursividade em suas respectivas relações com a história em condições de produção dadas.

Para Schons, “trabalhar a linguagem, mais exatamente a língua, na perspectiva da Análise do Discurso constitui-se num desafio e, também, numa forma de resistência” (SCHONS, 2006, p. 28). A resistência em relação à língua, no campo da AD, sustenta-se à medida que a AD interroga o efeito de linearidade e transparência da língua, deslocando-a para o terreno da opacidade, do real da língua e do simbólico, porque os sentidos não podem ser fixados na estrutura linguística.

Todas essas considerações nos fazem chegar à postulação de Milner acerca do impossível de tudo se dizer através da língua(gem), pois o equívoco e a falha são constitutivos da língua e do discurso.

Agora, podemos retomar a epígrafe clássica (presente em *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*) que inicia nossa reflexão, para compreender o real.

Pêcheux (2012, p. 29) prossegue afirmando que:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significar colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), **“há real”, isto é, pontos de impossível**, determinando aquilo que não pode ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo). (As aspas são do autor. Os grifos são nossos).

A introdução da noção de real na AD alude às reflexões de Lacan e desloca-se para o campo da Linguística a partir de Milner (1987), que vai beber justamente na fonte da psicanálise lacaniana a fim de compreender o funcionamento da língua(gem) para além dos limites fronteiriços estabelecidos pela linguística imanente. Milner [1987] sustenta que há o impossível que escapa inevitavelmente à língua (*a alíngua*). Ou seja, de que o tudo jamais se pode capturar, apreender, ser dito e, conseqüentemente, totalmente representável. O equívoco da língua, por assim dizer, impede o sucesso pleno do sistema de comunicação e obriga o sujeito a interpretar, a tomar uma posição, a tomar partido, por meio de outros objetos simbólicos.

Dito isso, a AD versa sobre seu objeto de estudo (O DISCURSO) tendo a língua como sendo de natureza relativamente autônoma e estável, não apenas sob o ponto de vista estrutural, mas, sobretudo na perspectiva da contradição inerente ao espaço de deslocamento do sentido, isto é, na possibilidade de produzir o equívoco e significar nele e a partir dele.

Sobre esse ponto, Orlandi (2012, p. 37) comenta que:

Se o real da língua não fosse sujeito à falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos [...] Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros. Todavia nem sempre o são. Depende de como são afetados pela língua, de como se inscrevem na história.

Dito de outra forma, a AD não concebe a língua enquanto sistema abstrato, fechado e homogêneo porque “[...] a língua é um sistema que não pode ser fechado, que existe fora de todo sujeito, o que não implica absolutamente que ela escape ao representável.” (GADET & PÊCHEUX 2004, p. 63). Ou seja, a língua se constitui nas relações que se estabelecem entre a história e os sujeitos em posições sociais dadas, considerando as condições de produção do sentido, apesar de a AD não desconsiderar os aspectos linguísticos que estruturam os discursos.

Conforme já é sabido, Pêcheux foi um leitor extremamente atento do Saussure³ da imanência do significante com sua teoria acerca do valor e do Saussure dos Anagramas, bem como do gerativismo de Chomsky⁴.

Evidentemente, Pêcheux jamais negou a relevância do legado de Saussure, pois é a partir de seu *Curso* que o caráter de cientificidade da Linguística passa a ser sustentado. É o que nos diz o próprio Pêcheux juntamente com Gadet:

Em nome de Saussure, os linguistas se dividem, porque o próprio Saussure carrega em si essa divisão, que transparece na dicotomia fácil que opõe o Saussure do *Cours de linguistique générale* (tanto mais claro e frio quanto for comentado segundo a leitura dos editores) ao dos *Anagramas* (em que vaga a obscura loucura da decodificação, das associações escondidas dos versos saturninos) (GADET & PÊCHEUX 2004, p. 55).

É a partir do corte saussuriano, com o seu caráter dicotômico, que a língua passa a ser vista cientificamente como um sistema linguístico rígido e imutável que condicionará, por sua vez, a Linguística o estatuto de ciência piloto no cerne das Ciências Humanas, uma vez que estas deveriam passar pelo crivo das leis da Linguística.

Porém, ao contrário do que postularam Saussure e Chomsky, para a AD a língua é um sistema passível de falhas, de equívocos, de jogos, de lapsos, de ambiguidades, uma “ferramenta imperfeita” por meio da qual depreendemos a presença do real, ou seja, aquilo que é impossível de significar exclusivamente por meio da estrutura.

Dessa forma, o impossível é inerente à língua porque esta toca a história. Essa impossibilidade de chegar-se ao espaço luminoso do “tudo” na língua é insuportável para nós, quer sejamos linguistas ou não, porque a ideia do impossível, da falta, fere o princípio inerente à nossa condição humana (de sujeitos) na busca incessante pela completude “e a tendência é tentarmos revesti-la, disfarçá-la, de

³ Pêcheux, em sua trajetória teórica, sempre prestou um merecido tributo a Saussure. Muito embora Pêcheux nunca tenha sido condescendente com questões que eram consideradas imperdoáveis na teoria saussuriana e sempre teve a coragem de ler Saussure sob ótica das contradições. Os autores utilizam a expressão “*Dois Saussure?*” para discutir a dualidade do pensamento saussuriano.

⁴ Gadet e Pêcheux encontram no gerativismo chomskyano uma ligação com o materialismo quando Chomsky recusa o puro logicismo. No entanto, o que falha no pensamento de Chomsky é, segundo os autores, a tentativa de propor uma teoria que, ao mesmo tempo em que dava conta da infinitude da língua(gem), fosse verificável segundo paradigmas científicos. Ademais, Chomsky deixa de lado as questões referentes à discursividade que substituiria a interpretação semântica dos enunciados. Os autores se referem também a “*Dois Chomsky?*” para discutir a duplicidade e os contrastes do pensamento chomskyano.

modo que as lacunas não evidenciem algo e corra-se assim o risco de cair no abismo do não-sentido” (SURREAUX⁵, 2000, p. 104-105). Por essa razão, o impossível representa uma pedra de tropeço no caminho do linguista.

A esse respeito, Gadet e Pêcheux (2004, p. 64) ainda sustentam que:

[...] porque o que afeta e corrompe o princípio da univocidade da língua não é localizável nela: o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (linguístico) vem aliar-se à contradição (histórica); o ponto em que a língua atinge a história. A irrupção do equívoco afeta o real da história, o que se manifesta pelo fato de que todo processo revolucionário atinge também o espaço da língua [...].

Dessa maneira, a irrupção da equivocidade (da falha) toca o real da história (a contradição), através de processos históricos e revolucionários⁶ que tocam igualmente à língua e, conseqüentemente, são imprescindíveis para a constituição dos discursos.

Para Gadet e Pêcheux (2004), apreender o real da língua e o real da história implica aceitar a falta também como estruturante e abrir um leque de possibilidades para que se possa chegar a atingir o impossível ou, dito de outra forma, chegar a tocar naquilo que é insuportável para língua e que a linguística imanente insistia em fechar os olhos: a hiância, o equívoco, aquilo em que a língua tropeça. Gadet e Pêcheux apontam, entre outros aspectos, para essa direção. Do mesmo modo, Paul Henry, endossando o pensamento de Pêcheux e Gadet, nos diz também que:

Mas esse impossível só pode ser definido se confrontado com um possível, em princípio, não podendo ser dito, não é da língua. Isso supõe que dispomos ou podemos produzir um exterior à língua, mas não qualquer exterior; trata-se de um exterior que não deixa de ter relação com a língua, ao mesmo tempo em que é excluído dela. É assim que se pode delimitar a *regra* do que é da língua. O que constitui justamente a questão é precisamente que esse exterior propriamente dito, esse exterior sem nenhuma relação com a língua escapa sempre [...]. (HENRY, 1992, p. 194)

⁵ Direcionamos o leitor para a pesquisa muito relevante da autora acerca do silêncio (2000). Agradeço desde já a Luiza Milano Surreaux (UFRGS), por sua diligência para que uma interlocução com o seu trabalho fosse possível. Por seu “silêncio”, mesmo em uma perspectiva analítica diferente, juntar-se ao meu.

⁶ Gadet e Pêcheux (2004) refletem acerca da língua (real da língua) e sua influência nas mudanças sociais, históricas (real da história) e políticas através de movimentos revolucionários ocorridos nos contextos históricos das décadas de 60 e 70 na França, que desembocaram ou, por assim dizer, irromperam inevitavelmente nas reflexões acerca da História das Ideias Linguísticas na época.

Na contramão do estruturalismo, do gerativismo-transformacional e do puro logicismo, a língua para a AD abre espaço para um terreno movediço, para os furos, os deslizamentos e as múltiplas possibilidades de sentidos. A AD, então, não concebe a língua fechada sobre si mesma, mas na sua possibilidade de abertura para reflexões no universo do simbólico, produzindo efeitos de sentido na relação com a historicidade, com a ideologia e com os sujeitos, questionando, dessa forma, a autonomia da língua.

Leandro Ferreira (2000, p. 9 e 15), corroborando com Gadet e Pêcheux (2004), assevera ainda que:

A noção de que a *falta* é estruturante, de que a língua comporta em seu interior um espaço para as falhas, as brechas, o impossível é, de certo modo, um endosso à tese da resistência. Nesse sentido, o princípio de que em se tratando de linguagem *não se pode dizer tudo* me pareceu sempre atraente a um filão promissor como investigação. O equívoco irrompe como lugar de resistência que é inerente à língua e à sua constituição e compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado. (grifos da autora).

Portanto, concordamos com a tese sustentada e defendida por Pêcheux de que a língua é, com efeito, um ritual com falhas, com derivas e é justamente na relação da língua (enquanto sistema) com sua exterioridade (enquanto social, histórica e ideológica) que os sentidos se constituem e atravessam os discursos, isto é, a língua enquanto condição do discurso é lacunar e, por conseguinte, constitutivamente atravessada pelo real da história: a contradição.

Consoante se observa, para a AD, a história também não é transparente, ela é concebida como descontínua e por isso apresenta fissuras, pontos de ancoragem, bem como de derivas.

Nesta direção, Gadet e Pêcheux (2004, p. 52) argumentam que:

Baseando-nos contraditoriamente nessa tese de Milner, tentamos aqui fazer trabalhar o real da história como uma contradição da qual o impossível não seria foracluído. Assim, aquilo que avançamos historicamente, no que se refere às ideologias da vida e do Direito (para além do par simplista dos ditadores donos da língua em oposição à causa da liberdade) consegue se unir, através da logofilia, com a posição teórica de Milner referente ao real da língua.

Percebemos que Gadet e Pêcheux (2004) opõem-se a Milner (1987) porque este último desconsidera a história ou a considera como simples representação e

efeito do imaginário, resistindo à contradição e ao elemento político que são inerentes ao real da história. O mérito de Pêcheux e Gadet, entre outros, encontra-se no fato de que a língua se constitui tanto no inconsciente como na sua relação com a história e a ideologia, uma vez que *o inconsciente é estruturado como uma linguagem e, por sua vez, a linguagem é condição do inconsciente* (Lacan).

Pêcheux e Gadet formulam, assim, uma crítica à postulação de Milner e percebem algumas limitações no pensamento milneriano. Se, por um lado, as considerações acerca do real da língua, com base no pensamento psicanalítico lacaniano, aproximam Pêcheux e Gadet de Milner, por outro lado, a vinculação de Gadet e Pêcheux ao materialismo histórico é o ponto axial que os separam, por assim dizer, politicamente. Para Gadet e Pêcheux, a partir do materialismo histórico, procura-se estabelecer uma ligação material entre língua(gem)-inconsciente-história-ideologia, num espaço de instauração, deslocamento, ruptura, manifestação e legitimação dos discursos através daquilo que é próprio da língua: O REAL.

Em última análise, o impossível na língua sempre será o alvo de muitas reflexões e tentativas de contorno, no campo da linguística, pela determinação daquilo que é considerado ou não gramatical, pelo estabelecimento de fronteiras rígidas, de balizamentos, de regras.

Nessa perspectiva, Coracini (2011, p. 146) pertinentemente também endossa que:

O Real – impossível de ser simbolizado, o Saber que não se sabe, o não todo – comparece nas demais instâncias que estruturam a subjetividade, no postulado lacaniano, isto é, no imaginário e no simbólico para constituir o sujeito da falta, o sujeito da linguagem ou do desejo. Na instância do imaginário, o Real comparece sob a forma do equívoco; do lado do simbólico, o Real insiste na gramática, na letra, suporte da pulsão, e nos impasses da lógica, onde comparece como não-todo. Assim, falar do Real da língua é falar da falta que a constitui, da impossibilidade de completude, de fazer UM.

O impossível representaria, assim, o que não se enquadra nos paradigmas da gramaticalidade. Todavia continuará sempre fugidio: há sempre um universo de possibilidades em que o agramatical deixará de sê-lo; quando isso não acontece ainda pode entrar em cena a poesia, tal como afirmam Pêcheux e Gadet (2004), o humor, a ironia, as brincadeiras na/com língua, os chistes, os efeitos do jogo na/da

língua através da história, as ambiguidades, a polissemia, as metáforas e o *non sense*.

Para encerrar essa reflexão, convidamos novamente Paul Henry que apresenta uma questão emblemática e ao mesmo tempo fascinante em relação ao real língua:

O embaraço dos linguistas é ainda maior quando se vêem obrigados a produzir a razão de um impossível que não tem fronteiras determináveis. Com o impossível ninguém tem compromisso, salvo o linguista. Esse impossível, enquanto defeito na relação da linguagem com a língua, é aquilo por que a língua existe, sua própria razão de ser. O objeto dos linguistas está sempre ao ponto de lhes escapar. Com os critérios que adotam, eles estão inteiramente presos para estruturá-lo, para produzir a razão, para além de uma simples descrição, para, na ordem da linguagem, enunciar a diferença entre aquilo que é e não é da língua. Eles podem vir a divergir sobre esse ponto e não se privam de fazê-lo. Isso não impede que enquanto houver linguagem haja língua. É aí que um real insiste, um real que não saberíamos contornar. (HENRY, 1992, p. 195).

Assim, o impossível continua sendo também sempre o intangível e indizível que escapa inevitavelmente à língua(gem). Ou seja, o real da língua é o impossível que nos escapa por entre os dedos como a água e já que todo ritual se estilhaça na falha, com o da Linguística não poderia ser diferente.

Encerrando essas considerações acerca da língua na esfera da AD, nas análises que propomos a partir do *corpus*, ou seja, no escopo do discurso político no contexto da ditadura, percebemos que a história também pode ser tomada como lugar do impossível, onde o sujeito pode ter sua voz silenciada (interditada).

Por isso, no *corpus*, a língua que institui o discurso político-militar é caracterizada pela força e rigidez da *língua de madeira* – tal como pensada por Gadet e Pêcheux (2004) – como constituinte de todo e qualquer discurso que tem o poder de silenciar e apagar completamente o sujeito do discurso por meio do atravessamento de uma ideologia dominante. É com esse discurso, constituído por essa língua, que vamos nos deparar nas análises. Na próxima seção, trabalhamos com a noção de ideologia para a AD associada à formação discursiva.

1.2 A IDEOLOGIA E A FORMAÇÃO DISCURSIVA

A filiação da AD ao Materialismo Histórico (Marxismo) desembocará inevitavelmente nas reflexões acerca da ideologia enquanto elemento essencial nas relações estabelecidas na luta de classes e na prática política.

A ideologia tal como concebida pelo marxismo ortodoxo passará por um deslocamento radical, realizado por Pêcheux, para chegar às reflexões sustentadas pela AD. Esse deslocamento é percebido a partir da releitura (a chamada *leitura sintoma*) de Marx, realizada por Althusser, e seguida por Pêcheux, sobretudo após a publicação da obra *Lire Le Capital*, em 1965. Nesse sentido, ainda assinala Paul Henry:

Ora, a luta de classes se ela pressupõe exatamente a divisão em classes, e portanto relações de produção que determinem essa divisão, não é por isso o efeito de uma estrutura. Ela é de ordem política. Situar o conceito de classes nessa dimensão é expor-se à objeção de instituir lá, sob a categoria do político, um sujeito da história, causa primeira. (HENRY, 1992, p. 127).

Dessa maneira, a concepção althusseriana de ideologia é abraçada por Pêcheux de maneira efetiva e passou a ter implicações diretas e essenciais em todo o edifício teórico da AD que se construiu consoante dito anteriormente, em torno de uma teoria materialista do discurso. Assim, a AD opera um deslocamento a partir do interior do materialismo histórico, pondo a língua(gem) no cerne da questão e remontando a articulação entre a ideologia e a história.

Para Pêcheux, a instância ideológica é de natureza material e não está resguardada no universo das ideias humanas sob as quais se desdobram a vida cotidiana representada e, muito menos, tem uma relação com a ocultação da verdade ou falsa consciência. Até porque, “[...] a ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social [...]” (PÊCHEUX, 1997, p.143).

Por isso, a concepção de ideologia concebida por Pêcheux não pode restringir-se somente aos aspectos relativos à relação de luta de classes – muito embora ela seja levada em consideração – ou seja, a AD rompe com uma

concepção de ideologia estritamente reduzida à dimensão do engodo e à ideia de ilusão.

Pêcheux sustenta, embasado em Althusser (1974), que a ideologia é resultado de um conjunto de práticas concretas, historicamente determinadas por condições de produção específicas e resultado de relações de desigualdade – contradição e subordinação que caracterizam uma formação social historicamente dada. Dito de outra forma, a ideologia deve ser descrita como uma relação imaginária que se materializa em práticas sociais, reproduzindo as relações de produção, contradição e subordinação, somando, a essa fórmula, a noção de transformação incluída aí por Pêcheux (1997 [1975]).

Ainda nessa direção, Pêcheux (1997, p. 144) nos diz que: “ao falar de ‘reprodução/transformação’, estamos designando o caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes, isto é, cujo ‘princípio’ é a luta de classes”. É justamente essa apropriação que encontramos na terceira parte de *Semântica e Discurso*, quando Pêcheux desloca a noção de ideologia do terreno do marxismo para a Teoria do Discurso, sustentando uma distinção entre a **Ideologia** em geral e a **ideologia(s)**.

Nessa perspectiva, segundo Pêcheux, a Ideologia não deve ser confundida com a concepção de ideologia dominante e, muito menos, com a formação ideológica que é constituída historicamente e concretamente, ou seja, a Ideologia está para além da história, caracterizando-se como sendo a-histórica e imutável. As ideologias, por conseguinte, têm sua própria história caracterizada por meio da luta entre as classes envolvendo os indivíduos interpelados em sujeitos ideologicamente.

Ainda na perspectiva do enquadramento da Ideologia/ideologia(s) na AD, De Nardi (2007) endossa que:

Vê-se, desse modo, que há entre a Ideologia e uma ideologia específica um espaço de diferenciação: enquanto a primeira é eterna, ou seja, está para além da história, constituindo-se como a exterioridade para todas as relações humanas, a outra resulta de um processo histórico, do trabalho de sujeitos imersos na luta de classes, e como tal aparece como uma âncora de sentidos para o dizer, sentidos esses que teimam em aparecer como se estivessem postos desde sempre como tais. (DE NARDI, 2007, p. 160).

Dito isso, apresentamos o quadro⁷ a seguir para percebemos as diferenças essenciais acerca da ideologia tal como é concebida em Marx através da releitura de Althusser. Vejamos:

IDEOLOGIA EM MARX	IDEOLOGIA EM ALTHUSSER
<ol style="list-style-type: none"> 1. Sua tese é negativa – é determinada pela alienação do sujeito e da divisão do trabalho; 2. Consiste num sistema de ideias, de representações que dominam o espírito de um homem ou de um grupo social atravessado pelo engodo; 3. Os indivíduos encontram suas condições de vida e seu desenvolvimento pessoal determinados pela classe social, ou seja, são subsumidos a ela; 4. As formações ideológicas explicam-se a partir da práxis material, que é representada pela produção real (material) da vida imediata dos homens; 5. Parte-se da história real, isto é, da história dos homens realmente ativos; 6. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e, com efeito, são condicionados pelo modo de produção de sua vida material, por seu intercâmbio material e seu desenvolvimento na estrutura social e política. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sua tese é positiva – sua estrutura e seu funcionamento estão presentes na história de todas as sociedades de classes (formações sociais); 2. A ideologia é vista como uma instância material, concreta e histórica. E seu funcionamento é percebido a partir da prática política (discursiva); 3. Representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (mundo), com as relações de existência; 4. A relação imaginária (aquilo que não corresponde à realidade) é dotada de existência material; 5. Objeto: relação do sujeito com o mundo e não o mundo em si; 6. Tem uma existência material – existe em um aparelho ideológico e em suas práticas. 7. <u>Teses:</u> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 1– “Não existe prática senão através de e sob uma ideologia”; ➤ 2 – “Não existe ideologia senão através do sujeito e para sujeitos”; ➤ 3 – “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”.

⁷ Este quadro foi idealizado inicialmente por **Evandra Grigoletto** e reformulado por mim em um seminário temático em AD (**PPGL - UFPE 2013**), para percebemos as respectivas diferenças e deslocamentos entre os posicionamentos de Marx, Althusser e Pêcheux frente à ideologia.

A partir do quadro que precede, percebemos as principais diferenças entre o posicionamento de Marx e Althusser perante a ideologia e seu deslocamento para compor o quadro de referência teórica e o campo de caracterização da AD.

Observamos que para o marxismo a ideologia resulta do ocultamento/falseamento da realidade social onde os sujeitos estão inseridos, obscurecendo, assim, as respectivas contradições existentes entre as classes sociais e sustentadas pela ideologia da classe dominante, a fim de legitimar o seu estatuto de poder e hegemonia. Em Marx, a ideologia está vinculada essencialmente e exclusivamente à questão da relação entre classes o que – de certa forma – “neutraliza” o pensamento marxista em relação à ideologia porque a desloca negativamente para o espaço do engodo.

Pêcheux, por sua vez, comungando com Althusser, concebe a ideologia associada às condições de reprodução e transformação das condições de produção, ou seja, Pêcheux reconhece nos aparelhos ideológicos a capacidade de não somente reproduzir as condições de produção de um discurso, mas igualmente de transformá-las. Dessa forma, compreendemos que tanto a reprodução quanto a transformação são inerentes a todo modo de produção porque se ancoram na divisão de classes e, portanto, são concebidas por Althusser (1974) através da luta de classes no âmago da teoria marxista em sua dimensão filosófica. Nos dizeres de Henry:

[...] só nas *condições materiais de existência* determinadas pela dominância das relações de produção especificamente capitalistas que os conhecimentos que impõem a necessidade do conceito de “luta de classes” representam conhecimentos necessários prática e concretamente para a classe dominada, única suscetível de usá-los numa transformação prática no antagonismo de classes e na transformação das condições materiais de existência de massas. (HENRY, 1992, p. 134, grifos do autor).

Do mesmo modo que para Pêcheux (1997), compreendemos também que para Henry (1992), é através da práxis ideológica concretamente determinada e do antagonismo entre as classes e seu modo de produção/reprodução/transformação que podemos conceber a ideologia como a base (econômica) entre classe dominante e dominada na sociedade.

Em suma, é através do funcionamento ideológico, conforme veremos quando tratarmos da concepção do sujeito, o indivíduo é interpelado em sujeito por meio da

ideologia. Depois de ser interpelado em sujeito, ou seja, a partir do reconhecimento de um indivíduo enquanto sujeito perante o seu discurso é que podemos perceber as marcas do assujeitamento e o funcionamento da ideologia nos discursos.

Neste viés, Pêcheux (1997, p. 159-160) instaura a ideologia na AD, à medida que:

[...] É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que pode ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. Diremos que o caráter material do sentido – mascarado por sua evidência transparente para o sujeito – consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos “o todo complexo das formações ideológicas” (grifos do autor).

Com isso, Pêcheux esclarece que o sentido não se instaura no sujeito e nem é dado *a priori*, o sentido é determinado pelas posições ideológicas ocupadas pelos sujeitos em dada conjuntura histórica e social. A formação discursiva, por sua vez, projeta e materializa no discurso as formações ideológicas. A rede ideológica construída por meio das FIs e FDs instaura o discurso que, por sua vez, estabelece e põe em circulação/movimento os sentidos. Digamos que, até certo limite, esse é o caminho palmilhado por Althusser.

Em sua tese sobre a questão da ideologia, Althusser (1974) evidencia o lugar da submissão espontânea, o seu funcionamento e suas respectivas consequências na sociedade, sob o controle explícito dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e dos Aparelhos Repressores do Estado (ARE).

Sobre a dimensão dos AIE, Althusser (1974, p. 43-44) explica que:

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Com todas as reservas que esta exigência implica, podemos desde já considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as instituições seguintes (a ordem pela qual as enunciamos não tem qualquer significado particular): O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas); O AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); O AIE familiar; O AIE jurídico; O AIE político (o sistema político de que

fazem parte os diferentes partidos); O AIE sindical; O AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.); O AIE cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.).

A partir do que precede, Althusser sustenta a ideia de que a organização da estrutura social é rigidamente controlada, planejada, comandada e definida pelo Estado, de tal modo que não há “nenhuma alternativa” para o cidadão a não ser a resignação ante o Estado onipotente e absolutamente dominante. Para Althusser, os AIE e os ARE não se confundem, mas interligam-se. O ARE impõe, por meio da força (coerção, violência e punição), a ideologia constituída pelas vozes ideologicamente sustentadas e legitimadas socialmente como veremos, por exemplo, no discurso ideológico do Exército na Ditadura Médici que representa e constitui o *corpus*.

A missão do ARE consiste, assim, em garantir pela força (física ou não) as condições políticas das reproduções das relações de produção que são, em última instância, relações de dominação e exploração. Dito de outra maneira, “o aparelho repressivo de Estado funciona pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam pela ideologia” (ALTHUSSER, 1974, p. 46). Enquanto os ARE tem por finalidade preservar e perpetuar a ideologia dominante por meio da coerção quem se opõe a ela, os AIE (re)produzem uma ideologia dominante por meio das práticas sociais.

No entanto, Althusser elucida que determinar um aparelho exclusivamente ideológico ou repressivo apresenta suas ressalvas, uma vez que um mesmo aparelho pode ser atravessado simultaneamente pela ideologia e pela repressão (violência) em maior ou menor grau de intensidade através das determinações históricas e políticas. Ou seja, um ARE pode funcionar pela repressão em primeira instância, mas funcionar secundariamente por meio da ideologia.

O mesmo ocorre com o AIE que pode funcionar em primeira instância pela ideologia e secundariamente pela repressão. Aqui reconhecemos o caráter essencialmente heterogêneo dos aparelhos e, conseqüentemente, dos discursos que são sustentados e legitimados por eles. Assim, em nossas análises, o discurso político-militar é concebido tanto por um AIE quanto por um ARE perante a sua dimensão histórica.

Os Aparelhos Repressivos contribuem, assim, para a autonomia de suas próprias reproduções, assegurando e perpetuando, através da repressão, as condições políticas do exercício dos AIE. No entanto, Pêcheux (1997, p. 145) afirma que: “[...] Os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante [...], mas sim que eles são seu lugar e meio de realização [...]”.

Para o filósofo marxista, a ideologia é constituída através de uma relação imaginária dos sujeitos em posições sociais determinadas historicamente em suas condições reais de existência. Por isso, podemos sustentar, por exemplo, que é por meio do Estado que a classe dominante constrói um aparelho institucionalizado de coerção e de repressão social, que lhe permite exercer o poder deliberadamente sobre parte da sociedade, tornando-a, dessa maneira, submissa às regras políticas.

O silêncio/silenciamento, que abordaremos nas próximas seções e nas análises, também é um mecanismo de poder e de controle coercitivo utilizado pelos militares no período da Ditadura Militar no Brasil em relação a sujeitos em posições (formações) ideológicas e formações discursivas contraditórias (antagônicas) ao Regime Militar.

Antes de procedermos às análises, porém, é necessário que vejamos também a dimensão da Formação Discursiva na AD, tal como proposta por Pêcheux (1997), pois ela é uma categoria analítica relevante mobilizada na análise do *corpus*.

É inegável que a noção de Formação Discursiva é uma das noções mais centralizadoras nas discussões da AD e sempre somos tentados a iniciar um trabalho em AD ancorados nesta concepção.

Pois bem. O termo *Formação Discursiva* (doravante FD) foi cunhado pelo filósofo *Michel Foucault* e alude à sua *L'Archéologie du Savoir* (1989 [1969]) (Arqueologia do saber). O Termo foi tomado emprestado por Michel Pêcheux e reformulado para compor um dos pilares teórico-epistemológicos da AD. Esta noção é o ponto basilar de aproximação (ponto de contato) e distanciamento (ponto de diferença) entre Michel Pêcheux e Michel Foucault.

De fato, conforme nos diz Courtine (2009, p. 69): “Foucault foi pouco ouvido pela AD; embora seja do discurso que fale ele o faz de outro modo”. Podemos entender o porquê de Pêcheux ter “fechado” os ouvidos para Foucault na mesma proporção em que Foucault fechou os olhos para a questão da ideologia, por ela ser inadequada perante o sistema de dispersão que ele propunha para a noção de FD.

Consequentemente, Foucault rechaça a ideologia para marcar sua posição contrária perante o althusserianismo predominante naquele momento no universo acadêmico.

Não podemos perder de vista que Pêcheux – enquanto filósofo marxista – propunha uma teoria materialista do discurso, ou seja, que a questão do Marxismo era cara para Pêcheux perante os objetivos traçados para o seu modo de teorização. Eis o deslocamento que Pêcheux faz em relação à concepção de FD postulada por Foucault: enquanto um se debruçava sobre a questão ideológica; o outro, por sua vez, preferia ficar alheio às questões que tocavam no Marxismo.

Dessa maneira, para Pêcheux, a FD não pode ser pensada sem sua mister articulação com a ideologia e sua associação com as concepções de discurso e de sujeito. O autor, dessa forma, desloca o conceito de FD para o campo marxista, atribuindo-lhe uma conotação que perpassa a ideologia e a luta de classes a partir das releituras Althusser. Por isso, não podemos pensar na constituição de dada FD, sem pensarmos, igualmente, em sua intrínseca relação com uma Formação Ideológica (FI) que lhe corresponda.

Nesse contexto, Pêcheux (1997, p. 160 - 162) assim define uma FD:

Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]. Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com o dominante” das formações discursivas intrinsecamente no complexo das formações ideológicas [...]. Diremos, nessas condições, que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (*ça parle*) sempre “antes em outro lugar e independente”, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (grifos do autor).

Pêcheux nos apresenta, nesta citação, que o fundamento de uma FD reside no fato de que toda FD está intrinsecamente determinada e governada por leis sócio-ideológicas que asseguram uma posição-sujeito determinada, frente a uma conjuntura sócio-histórica. Em suma, a FD representa, na ordem do discurso, o espaço simultâneo de constituição do sentido do discurso e da inscrição (identificação e desidentificação) do sujeito.

Nesse sentido, a FD é compreendida como sendo de natureza instável, heterogênea e lacunar, e não como espaço fechado, uma vez que a FD é habitada por outras FDs que vêm de outros lugares, ou seja, a FD está relacionada ao interdiscurso ou, dito de outra forma, é no interior do interdiscurso onde estão dispersas as FDs em relação de aliança ou embate, num espaço de heterogeneidade que se instaura sempre na relação entre as FDs.

A noção de **Interdiscurso**, por sua vez, é forjada por Pêcheux para representar, conforme citado anteriormente, o espaço onde estão dispersas todas as FDs em relação de aliança ou confronto, intrincadas no *todo complexo com dominante* das formações ideológicas. É por meio do funcionamento e atualização do interdiscurso que percebemos a relação de dominância em relação às FDs.

A designação banal de mero “já dito” que comumente costuma ser atribuída a noção de interdiscurso é criticada com propriedade por Maldidier (2003, p. 51):

Mas não é nem a designação banal dos discursos que existiram antes nem a ideia de algo comum a todos os discursos. Em uma linguagem estritamente althusseriana, ele é “o todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, e “submetido à lei de desigualdade – contradição – subordinação”. Em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição. (grifos da autora).

Dito de outro modo, é ao interdiscurso que os analistas do discurso recorrem para compreender determinados efeitos de sentido em dados discursos que circulam na sociedade, e as formações ideológicas e discursivas em que o sujeitos estão filiados. Courtine (2009, p. 74) também nos diz ainda que:

Com efeito, o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração [...].

A partir do precedente, percebemos que o interdiscurso é o espaço onde se articulam as formações discursivas em relação ao sujeito, ao sentido, a ideologia e ao inconsciente. O interdiscurso, assim constituído, regula o deslocamento das fronteiras das FDs.

O **Intradiscurso**, por sua vez, é definido por Pêcheux (1997) como o “*fio do discurso*”. Ou seja, representa a materialidade do sentido no discurso (o que se está enunciando agora) em relação ao interdiscurso (aquilo que já foi enunciado antes...).

Pêcheux (1997, p. 166) assim define a instância do intradiscurso:

Consiste no funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes, e ao que eu direi depois; portanto, o conjunto de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar de “fio discursivo”, enquanto discurso de um sujeito). (grifos do autor).

Diante disso, precisamos esclarecer que só podemos analisar um discurso a partir da articulação necessária entre o interdiscurso e o intradiscurso para então percebermos seus efeitos, seus furos.

Courtine (2009) concebe o interdiscurso enquanto elemento do eixo da constituição (vertical) e o intradiscurso pertencente ao eixo da formulação (horizontal).

Em uma análise bastante esquemática podemos afirmar que: o interdiscurso (eixo da constituição) representa o lugar onde se encontram as FDs atravessadas pelas formações ideológicas em uma relação intrínseca em dada conjuntura, ou melhor, formação social. Neste espaço encontram-se resguardados outros elementos também de natureza interdiscursiva. Assim, o interdiscurso representa um domínio de saber anterior ao intradiscurso, ou seja, antecede a constituição de todo e qualquer discurso. Por isso, nos dizeres de Courtine:

[...] somente nos autorizamos a falar de discurso ao término da articulação do plano do interdiscurso e daquele do intradiscurso; toda caracterização em termos de *funcionamento* ou de *efeitos discursivos* envolve assim uma relação do enunciado com a formulação, da dimensão vertical e estratificada onde se elabora o saber de uma FD com a dimensão horizontal em que os elementos desse saber se linearizam tornando-se objetos de enunciação. (COURTINE, 2009, p. 102, grifos do autor).

Dessa maneira, é no domínio de saber do interdiscurso que encontramos também as noções referentes à *memória discursiva* e ao *pré-construído* (o espaço de todo o já dito e de todos os sentidos) introduzidas nas reflexões da AD respectivamente por Courtine e Paul Henry.

No nível do intradiscursos (eixo da formulação), por conseguinte, temos no *filio discursivo* as relações parafrásticas das sequências discursivas de um discurso ao longo de seu dizer.

Courtine (2009, p. 83), retomando Pêcheux (1997), sustenta que uma FD:

[...] refere-se “ao que pode e deve ser dito” por um sujeito falante, a partir de um lugar determinado e em uma conjuntura no interior de uma FD, sob a dependência do *interdiscursos* desta última. O nível de um “sistema de formação” faz que a constituição da “matriz do sentido” seja inerente a uma FD determinada no plano dos processos históricos de formação, reprodução e transformação dos enunciados no campo do arquivo. (grifos do autor).

Assim, as palavras não traduzem uma relação direta com a realidade. Elas não têm um sentido em si mesmas. Pêcheux defende que esse sentido sempre se realiza na filiação a uma dada formação discursiva. Esta, por conseguinte, deriva de uma filiação a dada formação ideológica. “As formações discursivas representam na ‘linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997, p.147).

Dessa forma, a mesma palavra ou expressão pode apresentar significados diferentes de acordo com a formação discursiva a que está atrelada. O contrário também pode ocorrer, ou seja, palavras ou expressões literalmente diferentes, inscritas sob a mesma FD, podem ter sentidos idênticos.

Nessa direção, Courtine (2009, p. 99-100) prossegue essa discussão afirmando que o campo de domínio de saber de dada FD:

[...] funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (“determina o que pode e deve ser dito”), assim como um princípio de exclusão (determina “o que não pode/não deve ser dito”). Ele realiza, assim, o fechamento de uma FD, delimitando seu interior (o conjunto dos elementos do saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos que não pertencem ao saber da FD); esse fechamento, entretanto, é fundamentalmente instável: não consiste num limite traçado, de uma vez por todas, mas se inscreve entre diversas FD como *uma fronteira que se desloca*, em razão dos jogos da luta ideológica, nas transformações da conjuntura histórica de uma dada formação social. (grifos do autor).

Dito de outra forma, o domínio de saber de dada FD *determina o que pode e deve ser ou não ser dito*, condicionando o fechamento instável das FDs, isto é,

restringindo o que lhe é interno e externo, sem, todavia, realizar um fechamento efetivo e permanente, mas uma inscrição entre várias FDs.

Nesse sentido, a FD deve ser entendida, em última instância, como responsável pelo imbricamento de vários discursos em um só. Esses discursos são amarrados por meio de *um verdadeiro nó* ou costurados numa imensa e complexa teia ideológica.

A ideologia, assim, está intrínseca e materialmente associada ao inconsciente. O sentido que se instaura no discurso é, portanto, resultado da relação existente entre o indivíduo interpelado em sujeito desde já pela ideologia e perpassado pelo inconsciente. A noção de sentido para a AD, em suma, também não escapa ao poder da ideologia. É pela ideologia que passamos a categorizar o mundo e só assim ele constrói sentidos para nós. Por meio da ideologia, selecionamos não só as prioridades, mas constituímos igualmente a nós mesmos e a nossos valores axiológicos.

Em suma, sustentar a natureza lacunar e constitutivamente heterogênea de uma FD, implica considerar também os vários deslocamentos que um sujeito pode realizar no jogo das FDs nos discursos e no espaço de circulação na sociedade, e, sobretudo, implica romper com a ordem, ou seja, com algo que é ilusoriamente e aparentemente estável, transparente e homogêneo.

Em nosso olhar analítico, percebemos justamente a presença significativa da heterogeneidade das FDs, suas relações de alianças e antagonismos no *corpus*, bem como os deslocamentos de posição-sujeito realizados através da força de uma FD dominante, conforme veremos a seguir.

1.3. O SUJEITO

“Só há causa daquilo que falha”.

Pêcheux.

A constituição da AD no âmago do Marxismo e da Psicanálise condicionará a fundamentação de uma das teses mais caras na tradição da AD: a que afirma o assujeitamento do sujeito ou, em outros termos, a condição de um sujeito dividido entre o consciente e o inconsciente perante o seu discurso. Os termos aludem, *a priori*, às pesquisas de *Lacan*, em suas releituras de *Freud*, e a *Althusser*, nas releituras de *Marx*.

A questão do descentramento e da alteridade do sujeito acompanham a humanidade desde muito antes. Surreaux (2000), embasada em Freud, instaura uma reflexão bastante interessante acerca desse ponto e gostaríamos de parafrasear.

Segundo a autora, o homem sofreu três golpes de força contra o narcisismo ao longo de sua História: o primeiro golpe narcísico, diz respeito à descoberta histórica, feita por Copérnico, de que a Terra não era o centro do universo, conforme se pensava o que causou, por assim dizer, uma ruptura na idealização do nosso lugar de destaque em relação a um contexto muito mais amplo em relação ao universo.

O segundo golpe narcísico, por sua vez, diz respeito à descoberta feita por Charles Darwin acerca da descendência do homem do macaco. A descoberta darwiniana nos lançou na lona, colocando o homem como mais um animal dentro de uma cadeia biológica evolutiva em relação às outras espécies.

O terceiro golpe narcísico, por fim, sustenta-se a partir da descoberta “imperdoável” do inconsciente realizada por Freud, no campo da Psicanálise, que gerou, também por assim dizer, um mal estar insuportável nas correntes filosóficas idealistas, sendo a descoberta freudiana a grande responsável também pelo deslocamento do sujeito do lugar de centro que ocupava.

Pois bem, após essa breve reflexão, podemos começar a compreender que na corrente teórica a que nos filiamos não se concebe o sujeito como a origem de si, e nem consciente frente ao seu discurso. O sujeito é constituído por meio da ideologia e do inconsciente. Ou seja, “o sujeito é sempre, e ao mesmo tempo, sujeito

da ideologia e sujeito do inconsciente e isso tem a ver com o fato de nossos corpos serem atravessados pela linguagem antes de qualquer cogitação” (HENRY, 1992, p. 188-189). Por isso, o sujeito não tem domínio sobre o seu dizer, mas pensa ilusoriamente ser a fonte do sentido que enuncia em seu discurso.

Distante de ser um indivíduo, o sujeito se instaura pela possibilidade de ocupar uma determinada posição social e a partir dela significar algo. Para a AD o indivíduo não é, mas pode vir a ser sujeito se, e somente se, for interpelado antes pela ideologia.

Perante a reformulação peremptória do conceito de FD feita por Pêcheux, percebemos que é justamente a FD em que o sujeito se inscreve que o assujeita ideologicamente, isto é, o sujeito é determinado pela FD que o domina sob a égide dos elementos interdiscursivos que constituem o discurso dele (sujeito) e, conseqüentemente, os traços daquilo que o determina (sujeito) são (re)inscritos no seu próprio discurso. Reforçamos desde já que – na AD – é a presença da ideologia que faz com que o sujeito tenha existência. Não há nenhum sujeito que não seja atravessado por formações ideológicas.

Em nosso percurso analítico, vemos que a posição-sujeito é um aspecto teórico essencial para podemos perceber ideologicamente os deslocamentos que o sujeito-presidencial passa quando enuncia o seu discurso.

Em relação às várias posições-sujeito, Courtine (2009, p. 88), argumenta que:

Concebemos, portanto, uma posição de sujeito como uma relação determinada que se estabelece em uma formulação entre um sujeito enunciador e o sujeito do saber de dada FD. Essa relação é uma relação de identificação cujas modalidades variam, produzindo diferentes efeitos-sujeito no discurso. A descrição das diferentes posições de sujeito no interior de uma FD e dos efeitos que estão ligados a ela é o domínio de descrição da forma-sujeito.

Sustenta-se, assim, que o sujeito representa e, de fato, é um lugar no discurso, heterogêneo em sua constituição, fragmentado, disperso, difuso e “enganado” pela ideologia de que é senhor dos sentidos que julga enunciar nos seus discursos.

Consideramos, assim, que o sujeito ocupa um lugar no universo da significação. Esse universo, por sua vez, é historicamente e ideologicamente instaurado e sustentado. Somente assim podemos compreender a relação social e

política que recobre o sujeito enquanto sujeito dotado de linguagem e que estabelece suas relações com o mundo. Assim, o sujeito discursivo é atravessado por FDs que são anteriores a ele, que determinam e constituem as diferentes posições-sujeito, bem como os sentidos e seus respectivos efeitos.

A existência do sujeito, portanto, está submetida ao interdiscurso – reduto das FIs e FDs – universo que não se origina no sujeito e que “fala antes, em outro lugar, e independentemente” (PÊCHEUX, 1997, p. 162), mas que o perpassa e o torna real historicamente. O assujeitamento é, dessa maneira, uma condição necessária e indispensável para que o indivíduo seja alçado à condição de sujeito.

Por esse prisma, Grigoletto (2005, p. 99) endossa e pontua com relevância a constituição do sujeito na teoria pecheuxtiana quando reza que: “o sujeito da AD não é o indivíduo, sujeito empírico, mas o sujeito do discurso, que carrega consigo marcas do social, do ideológico e do histórico e tem a ilusão de ser a fonte do sentido”. Dessa maneira, a Interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do sujeito com a FD em que está inscrito e que o domina.

Pêcheux (1997, p. 159) sustenta que a constituição do sujeito para a AD:

Podemos resumir o que precede dizendo que, sob a evidência de que “eu sou realmente eu” (com meu nome, minha família, meus amigos, minhas lembranças, minhas “ideias”, minhas intenções e meus compromissos), há o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio [...]. (grifos do autor).

Sendo assim, o processo de clivagem do sujeito ocorre a partir do momento em que ele se inscreve num espaço ideológico-interdiscursivo (condição de assujeitado) e numa dimensão psicanalítico-subjetiva (condição do inconsciente-esquecimento), ambos concebidos materialmente através da língua(gem).

A problematização que gira em torno da construção da identidade do sujeito para a AD provém justamente porque o *sujeito do discurso* não é somente o sujeito ideológico marxista-althusseriano (1º deslocamento), nem tampouco o sujeito do inconsciente freudo-laciano (2º deslocamento), muito menos a soma dessas partes da equação, mas o que, com efeito, diferencia este sujeito é a perspectiva histórica que a AD lhe concede e a intervenção da língua(gem) que perpassa o sujeito e o recobre materialmente pela natureza linguística.

O sujeito na AD, portanto, é da ordem da história, da ideologia, do inconsciente e da linguagem. Dessa maneira, o sujeito para a AD pode ser representado – em nossa leitura – pelo esquema a seguir:



Figura 2 – Constituição do sujeito para a AD. **Fonte:** Elaboração do autor

No apagamento das fronteiras estabelecidas entre o sentido e o sujeito é que se instaura a historicidade do próprio sujeito. Sujeito e sentido se constituem, dessa maneira – simultaneamente – na articulação da língua com a história, em que intervêm o imaginário, o inconsciente e a ideologia.

Assim, o sujeito se submetendo à língua significando e sendo significado simbolicamente por meio da história. O encontro do sujeito com o real da língua, o real da história, o real do inconsciente e o real do discurso, apresenta-nos a impossibilidade do sujeito seguir em frente. Dessa maneira, esbarramos inevitavelmente no ponto que reclama deslocamentos na posição sujeito, constituindo um espaço de contradição. Por sua vez, as FDs determinam o sentido e a sua respectiva dispersão. Essa dispersão dos sentidos gerando a dispersão do próprio sujeito é a condição que subjaz peremptoriamente a existência do próprio discurso.

Neste sentido, Orlandi (2012, p. 45) pertinentemente pronuncia-se:

Para a AD, o sujeito do discurso é histórico, social e descentrado. Descentrado, pois é cindido pela ideologia e pelo inconsciente. Histórico porque não está alienado do mundo que o cerca. Social, porque não é o indivíduo, mas àquele apreendido num espaço coletivo.

Assim sendo, o *sujeito do discurso* descentra-se porque não tem o domínio sobre o modo como é afetado pela linguagem, pela ideologia, pelo inconsciente e pela história. Os sujeitos são determinados pelas posições sociais que eles ocupam e que os envolvem no processo do jogo discursivo e, conseqüentemente, no contexto em que os discursos são produzidos, proferidos e inscritos. É nesse espaço de representações sociais que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Os sentidos, por sua vez, dividem-se em diferentes direções e esferas institucionais historicamente determinadas.

Conforme já dissemos, para Pêcheux a ideologia é resultado de práticas sociais e históricas e se materializa no discurso dos sujeitos por meio de mecanismos que também são de ordem do inconsciente.

Por essa razão, o discurso consegue nos tirar de um espaço absoluto, uma vez que não podemos apreender todos os sentidos presentes e possíveis (mas não ditos) nos discursos, desvendar todas as formações ideológicas e sociais que governam o discurso e a própria forma *sujeito do discurso*.

O processo de interpelação (recrutamento, convocação) dos indivíduos (a sujeitos) por uma certa ideologia, ocorre numa relação de identidade com um conjunto de valores e de uma prática discursiva ideologicamente determinada.

Nessa instância, Pêcheux (1997, p. 159-160) assevera que:

[...] É a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que pode ser, e isso, às vezes, por meio de desvios linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada do jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (grifos do autor).

Althusser (1974) usa o nascimento de uma criança como exemplo de um ritual ideológico “sem falhas” para ilustrar como essa interpelação se dá sem

possibilidades de recusa. A criança, na proposta de Althusser, já nasce dentro de uma configuração ideológica familiar específica, na qual encontra seu lugar no mundo. (ALTHUSSER, 1974, p.115).

Sendo assim, só é possível ser sujeito, isto é, afetado por uma *forma-sujeito* através de uma FD que lhe determina e, mais que isso, permite-lhe ser sujeito. Tal assujeitamento não pode ser medido em termos de intensidade. A forma-sujeito, segundo Althusser, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais. Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma-sujeito. (citado por ORLANDI, 2006, p.18).

Entretanto, há, segundo Pêcheux (1997), a possibilidade de o sujeito realizar seu assujeitamento sob o desdobramento estratégico inerente a toda FD por meio de modalidades distintas da forma-sujeito a partir dos lugares ocupados ou posições sustentadas pelos sujeitos e que se evidenciam no discurso. Essas modalidades encontram-se representadas nas análises do *corpus*.

A primeira delas, compreende o discurso do *bom sujeito*. Nessa modalidade, temos aquele sujeito que se identifica plenamente com a FD em que a forma-sujeito está filiada, refletindo-a espontaneamente, ou seja, o sujeito reproduz sem questionar os saberes da FD pela qual está determinado. Neste viés, em suma, o sujeito identifica-se com uma FD que é dominante, em relação a todo o *complexo com dominante* no interior do interdiscurso onde estão dispersas todas as FDs de um determinado discurso.

A segunda modalidade, por conseguinte, caracteriza o discurso do *mau sujeito* porque o sujeito do discurso ocupa uma posição que confronta e rechaça a forma-sujeito. Nessa perspectiva, este sujeito, da ordem da enunciação, volta-se contra o *sujeito universal* por meio de uma tomada de posição extrema e contrária (contra-discurso) ao que ele (o sujeito universal) lhe “dá a pensar”. Há, aqui, uma espécie de não aceitação, de rechaçamento e não identificação com a FD que lhe é imposta. Assim, o sujeito (contra)identifica-se com os saberes dominantes e impostos pela FD através do interdiscurso. Todavia, o sujeito não fica livre e acaba filiando-se aos saberes de outras FDs, também de ordem interdiscursiva.

Por sua vez, a terceira modalidade, toma a forma de uma (des)identificação radical em relação ao sujeito e os saberes de dada FD, ao passo que busca identificar-se com as organizações políticas “de tipo novo” (PÊCHEUX, 1997, p. 217). Essa (des)identificação está longe de significar um (des)assujeitamento. A

desidentificação recobre o *acontecimento discursivo* enquanto “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2012, p. 17), sendo responsável por realizar a ruptura do sujeito do discurso com a forma-sujeito e a FD que o determina.

É somente através de um acontecimento discursivo, instaurado por meio de uma intervenção histórica e, conseqüentemente, desestabilização da memória discursiva, que se pode conceber uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, uma nova FD que rompe totalmente com a memória e os saberes da FD nos quais o sujeito do discurso estava anteriormente filiado, ou seja, “a memória irrompe na atualidade do acontecimento” (COURTINE, 2009, p. 103).

Na verdade, nesse caso, reforçamos que a ideologia do sujeito não desaparece jamais, mas trabalha às avessas, recaindo, por meio de um mecanismo inverso, “sobre e contra si mesma”, através de um desordenamento e reordenamento de todo complexo das FIs e das FDs que estão intrincadas no cerne do interdiscurso. A desidentificação exerce um golpe de força tão contundente sobre o sujeito que não há mais espaço e nem possibilidade para que ele permaneça inscrito na mesma FD. Aqui, o sujeito também não fica nunca livre, mas debruça-se sobre outra FD. (PÊCHEUX, 1997, p. 217-218).

É necessário pontuarmos ainda em relação ao sujeito, outra discussão cara que se estende ao *corpus*: os *esquecimentos*. É fundamento na tese da interpelação ideológica, relacionada à tese do inconsciente freudiano, que Pêcheux (1997) instaura a teoria do duplo esquecimento.

Em síntese, o **esquecimento nº 1** define-se como um processo ideológico-inconsciente, em que o sujeito acredita ser a origem (zona) do sentido de seu discurso: ilusão, a partir do momento em que o sujeito se identifica com a FD em que se inscreve. O **esquecimento nº 2**, por sua vez, constitui-se como um fenômeno pré-consciente e refere-se ao processo de seleção de certos discursos (enunciados) em detrimento de outros, privilegiando certas sequências e formas discursivas e apagando outras. A teoria dos esquecimentos evidencia o esforço de Pêcheux de introduzir em seu processo de teorização a relação ou o atravessamento da ideologia com o inconsciente.

Dito de outra forma, o sujeito é desde sempre atravessado pela ilusão necessária e constitutiva de seu dizer, de seus discursos e, conseqüentemente, de seus respectivos sentidos. O sujeito esquece os outros sentidos possíveis ao longo

de todo dizer. Ao falar, fazemos de uma forma e não de outra, de uma certa posição social e inscritos em dada FD.

Em suma, Indursky (1997, p. 33) assevera que:

[...] sua *interpelação em sujeito* relaciona-o com o imaginário e sua *estruturação como sujeito* faz-se através de sua relação com o simbólico. E essas duas regiões tão diferentes em sua essência – sujeito social dotado de inconsciente – manifestam-se conjuntamente na constituição do *sujeito do discurso*: é interpelado, mas se acredita livre; é dotado de inconsciente, mas se percebe plenamente consciente. Assim constituído, o sujeito produz seu discurso afetado pelos dois esquecimentos analisados anteriormente. (grifos da autora).

O sujeito-enunciador, em última análise, “esquece” que todos os seus discursos e, conseqüentemente, os seus sentidos e sua identidade são oriundos da FD em que está inscrito. É relevante elucidar ainda que, tanto o *esquecimento nº 1* quanto o *esquecimento nº 2* estão numa (inter)relação contínua na constituição do sujeito e funcionamento discursivo sendo impossível dissociá-los.

Em última instância, Pêcheux (1997) elucida o processo de clivagem do sujeito e a antítese existente entre os esquecimentos embasado em *Lacan*: o *nº 1* corrobora o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, ou seja, o *Outro lacaniano* (do inconsciente), já o *nº 2*, constitui a representação imaginária necessária da identidade (autonomia) do sujeito.

Dessa forma, o sujeito é constituído por várias FDs e suas coerções são (re)configuradas no complexo das formações ideológicas, no pré-construído, no já-dito ou no *sempre-já-aí*. Por isso, o sujeito sempre enuncia a partir de uma posição demarcada discursivamente, ideologicamente e sócio-historicamente e essas posições correspondem às diversas FDs. E aqui, reconhecemos o abandono de uma constituição de sujeito resguardada sob a égide cartesiana e empírica, da racionalidade e da consciência.

1.4 O DISCURSO E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Pêcheux (1969) concebe o discurso como *efeito de sentido entre interlocutores*. Esse efeito de sentido não está associado ao discurso como um mero objeto que estabelece comunicação transmitindo informação, ou seja, o discurso não é instaurado por um mero ato do dizer que “mascara” as práticas sociais. Instaurado a partir dos embasamentos marxistas e estruturalistas, unindo estrutura e acontecimento, o discurso se torna um poderoso objeto de intervenção política e representa o lugar material onde a ideologia se debruça sendo, dessa forma, um solo fértil para os propósitos teóricos de Pêcheux.

Assim, Pêcheux concebe o discurso como um objeto integralmente social, histórico, político e ideológico, muito embora, essas questões tenham tomado rumos diferentes em Pêcheux, Foucault, Marx, Lacan e Saussure.

A partir do que precede, Courtine (2006, p. 9) dispõe que:

O aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa é contemporâneo à conjuntura política dos anos 1968-1970, dominada pelos acontecimentos de maio de 68. O discurso fluía perdido no espaço. Maio de 68 produziu uma exasperação da circulação dos discursos, sobre as ondas, sobre os muros e na rua. Mas, também, no silêncio das escritaninhas universitárias. Era o tempo da multiplicação das releituras, das grandes manobras discursivas; os conceitos se entrecrocavam: a luta de classe reinava na teoria.

Dessa maneira, todo discurso é resultado de um complexo jogo ideológico onde entram em cena suas condições de produção. É por meio do funcionamento discursivo que percebemos a constituição dos sentidos. Os sentidos, por sua vez, se instauram nas grandes formações sócio-históricas que determinam as formações ideológicas em que os discursos estão inscritos.

De maneira bastante esquemática, podemos sustentar que o discurso é constituído pela língua posta em funcionamento por indivíduos interpelados em sujeitos através da ideologia e produz sentidos inseridos em uma dada conjuntura social. A produção do discurso acontece por meio da instância da história em sua relação com a língua(gem) onde sabemos que a ideologia se materializa.

Portanto, o discurso apresenta uma natureza de dimensão complexa. Algumas dessas relações, entre outras, podem ser representadas e observadas – em nossa leitura – a partir do gráfico a seguir:



Figura 3 – Constituição do discurso para a AD. **Fonte:** Elaboração do autor

É público que a questão semântica sempre foi muito cara para Pêcheux (1975) e o ponto central para que ele pudesse questionar e interrogar a Linguística, pois “[...] a semântica é o ponto nodal em que se condensam as contradições que frequentam a linguística [...] o ponto em que a linguística tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais, na maior parte das vezes sem reconhecê-lo” (MALDIDIÉ, 2003, p. 45).

Dito de outra forma, a Semântica representa, para Pêcheux, o ponto nodal das controvérsias no âmago da Linguística imanente com seus respectivos efeitos de evidência e unicidade do sentido, ou seja, é no escopo da Semântica que nos encontramos no campo das incertezas da lógica e onde percebemos os efeitos da ambiguidade e da polissemia irrompendo no equívoco, nas falhas, através das fissuras.

Os sentidos representam – em nossa perspectiva – fenômenos simbólicos que se instauram e emergem de formas [objetos] simbólicas através da história e da ideologia e se materializam nos discursos. Portanto, é no discurso que a AD

investiga “[...] as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 2012, p. 44) por sua ausência necessária e constitutiva.

Com efeito, conforme percebemos no *corpus*, todo discurso segue uma rota histórica que o direciona em resposta a alguém ou a outros discursos numa relação de aliança ou embate, além do mais, o discurso exerce uma força e uma ação transformadora que impõe a sua verdade ideológica e não volta sem ter causado o efeito de sentido. Some-se a isso a característica fugidia do discurso, seu refazer-se perene como algo que está, efetivamente, sempre em curso, em movimento; embora apresente certas regularidades, essas regularidades se dissolvem, se estilhaçam, à medida que tocam o simbólico e a história. Essa é a dimensão que sustenta o *corpus*.

Por sua vez, a noção de *condições de produção* (doravante CP), enquanto fundamento teórico que compõe o quadro epistemológico da AD foi tomada emprestada de uma concepção marxista acerca das formações sociais, da relação entre as classes e do modo de produção. As condições de produção são reflexos do contexto histórico-social e ideológico que constituem os discursos. Percebemos claramente esse movimento a partir dos recortes que analisamos.

Pêcheux (1969) propõe a reformulação da noção de CP para substituir a compreensão (Pragmática) muito vaga que se tinha acerca das “circunstâncias” em que os discursos são produzidos, a fim de elucidar, nesse contexto, os elementos sociais, históricos e ideológicos que condicionam o funcionamento do discurso e, outrossim, os sujeitos. Pêcheux afirma que um discurso é sempre produzido e, proferido a partir de condições específicas, ou seja, o que o sujeito diz deve, pois, sempre ser referido às CP em que ele diz, e sua posição sócio-ideológica intervém neste sentido.

Nessa perspectiva, Pêcheux (1969) nos diz que as CP de um discurso são definidas por meio de posições e representações imaginárias⁸ do sujeito em relação a seu interlocutor e vice-versa, isto é, o jogo de imagens de um discurso, para

⁸ Essa é uma noção central no desenvolvimento nas análises. A partir do que é teorizado por Pêcheux [1969], trabalhamos com a representação imaginária do Outro nos recortes, seguindo de perto também o que estabelece Mariani [1996] acerca do comunismo imaginário em sua tese.

utilizar os seus termos. As relações imaginárias, envolvendo os sujeitos em processos discursivos, são evidenciadas na análise do *corpus*.

Segundo Orlandi (2010, p. 16), estas relações são constituídas por meio de mecanismos de “antecipação” que representam:

[...] a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta [...] a troca de linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra. E, não esqueçamos trata-se de um jogo que se assenta no imaginário [...] em relação a esse imaginário o que conta é a projeção da posição social no discurso. Desse modo, não é do operário que estamos falando, por exemplo, mas da imagem que nossa sociedade faz do operário.

Em nosso caso específico, na análise do *corpus*, evidenciamos a projeção social da imagem de presidente exclusivamente autoritário de Médici, através de seu discurso socialmente sustentado e legitimado pelo Regime Militar. Por isso, o sujeito-presidencial enunciador, pelas condições históricas de produção no período da ditadura, não admite nenhuma interlocução com os destinatários a quem seu discurso é direcionado. Em nosso gesto de interpretação, esse processo de “antecipação”, conforme explicita Orlandi, no discurso de Médici, é totalmente apagado e subvertido por meio de um processo de silenciamento do sujeito. Nos dizeres de Pêcheux (1997, p. 78):

Os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (grifos do autor).

Pêcheux explicita, nesta citação, que as condições de produção de um discurso são determinadas também por elementos transfrásticos ou extralinguísticos, e que os sujeitos (“protagonistas”) envolvidos no processo discursivo enunciam de um determinado lugar sócio-histórico, a que estão submetidos. Por essa razão, os protagonistas, utilizando o termo de Pêcheux, não são livres para proferirem o que querem e as tomadas de posição são determinadas por instâncias (forças) ideológicas e sociais.

Por essa via, Courtine (2009, p. 51-52) também reflete em sua tese sobre as transformações da noção de condições de produção a partir de seu caráter histórico, materialista e heterogêneo quando discorre:

O caráter heterogêneo e instável na noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma [...] das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito.

Assim, as condições de produção podem ser consideradas em sentido restrito, ou seja, o contexto histórico no qual se deu a enunciação de determinado discurso e em sentido mais amplo, à medida que constitui, com maior amplitude, o cenário que envolve o surgimento de um discurso. Na verdade, trata-se de uma classificação metodológica, mas na prática não há como dissociá-las. Ambas estão imbricadas nas situações de interação e no jogo discursivo.

O campo discursivo de referência analítica, a ditadura Médici, tal como proposto por suas condições de produção, é um campo restrito porque “[...] tange a uma fonte particular no interior do campo discurso político, por exemplo, o discurso político produzido por tal locutor ou tal formação política, do discurso que tange a uma fonte e a um momento histórico determinado [...]” (COURTINE, 2009, p. 54).

Por fim, pensar na AD, em seu objeto e em sua especificidade, implica refletir acerca de um processo complexo e analítico de (des)estruturação dos discursos e compreender, ao mesmo tempo, os dispositivos discursivos numa conjuntura organizada, determinada e governada por leis em uma instância sócio-histórico-ideológica que pré-determina as negociações discursivas, os sentidos e os sujeitos.

2. A PROPÓSITO DO SILÊNCIO E DO SENTIDO

“O silêncio não são as palavras silenciadas que se guardam no segredo, sem dizer. O silêncio guarda um outro segredo que o movimento das palavras não atinge”. Le Bot.

Nesta seção, propomos situar o silêncio em sua relação com o sentido na perspectiva da AD. O sentido do silêncio, por sua vez, está associado basicamente à presença de duas faces: a face constitutiva e a face do silenciamento. A compreensão desse processo é fundamental porque ele dá sustentação às análises realizadas a partir do *corpus* e seus respectivos recortes.

Interessamo-nos pelo silêncio através das reflexões teóricas que sobre ele se fazem no âmago da AD, ou seja, numa perspectiva discursiva que, em nosso caso em particular, tem como campo de referência analítica a Ditadura Militar. Para tanto, ancoramo-nos principalmente na proposta teórica apresentada por Orlandi (1992).

Entretanto, antes de compreendermos o estatuto do silêncio pelo viés da AD é necessário que apresentemos algumas concepções gerais acerca dos sentidos do silêncio e suas circulações em nossa sociedade.

A história, por exemplo, está repleta tanto de silêncios quanto de palavras e, às vezes, mais de silêncios, por meio de múltiplas faces que significam de formas diferentes. Cristo, segundo a tradição cristã, foi um homem de muita ação através do silêncio mais do que pela palavra. A arte também significa diferente pelo silêncio, ou seja, há significados no silêncio da arte que podem ser percebidos através de palavras ou por meio de sua ausência.

A literatura também está cheia de silêncios, por exemplo, o silêncio de “culpa” de Capitu quando questionada acerca do adultério por Bentinho... Os silêncios de Hamlet (*the rest is silence*) e de Édipo, que significam diferente perante os limiares da vida e da morte, o silêncio por um crime, por um trauma vivido, o silêncio nostálgico, da paixão, do consentimento, da desaprovação... Enfim, pensamos, ilusoriamente, que só se pode haver sentido naquilo que é recoberto pela palavra.

Em nossa concepção, a palavra subjuga os sentidos através daquilo que pode ser nomeado e representado. Por isso, o silêncio, enquanto morada dos

sentidos, abre fissuras no significante (na linguagem) para que eles transbordem. Os sentidos do silêncio não podem ser banalizados pelos sentidos do senso comum, que geralmente operam nas palavras. E se nos permitem o trocadilho, um silêncio vale (significa) mais que mil palavras. Steiner assevera que em sua dimensão “a linguagem só pode lidar, de modo significativo, com um segmento especial e restrito da realidade. O resto, e é provável que seja a maior parte, é silêncio” (STEINER, 1988, p. 40).

Talvez muitos possam fazer as seguintes interrogações: ora, como analisar o silêncio enquanto categoria discursiva se ele não é constituído por palavras? Como o silêncio pode ser ouvido? Como exemplo de lugares onde podemos perceber a presença significativa do silêncio podemos citar a hesitação, que representa o limiar entre o dizer e o não dizer, um espaço existente entre as frações de segundo em que se separam fala e silêncio.

Também na superfície linguística, a sintaxe da pontuação discursiva também é um bom exemplo que representa um espaço de fios ideológicos costurados por meio do silêncio/silenciamento. Através das marcas da pontuação, o sujeito que escreve deixa escapar que há pausas e rompimentos na linearidade, o espaço de circulação do silêncio e daquilo que é indizível, por isso “a pontuação é um gesto de interpretação e, neste gesto, materializa o ideológico, marcando os espaços de acréscimo, os espaços de silêncio” (LISBÔA, 2008, p.108).

Entretanto, esclareça-se que a pontuação não é a representação material ou linguística do silêncio, pois esta está para além da substância, mas é a evidência que reforça a presença latente do mesmo.

Nessa perspectiva, trabalhar com o silêncio no discurso, sob o viés da AD, implica colocarmo-nos no hiato entre o dizível e o indizível (o silêncio e o indizível inter-relacionam-se, pois significam no lugar vazio deixado pelas palavras, deslocando-se e reverberando em outros objetos simbólicos, espaço inatingível onde as palavras falham e faltam), ou seja, trabalhar com essa categoria de análise no discurso significa palmilhar, *a priori*, um terreno movediço, complexo e opaco por excelência.

Quando afirmamos, contudo, que o silêncio é uma categoria discursiva é porque entre o não dito e o dito opera o espaço entre a palavra e aquilo que não foi verbalizado, porém sempre-está-aí, significando de maneira fundante num *continuum*.

Outrossim, inferimos que o silêncio não é e nem se confunde com o implícito, a pressuposição, e muito menos é um sentido que está subtendido (a Semântica e a Pragmática, por exemplo, já teriam respondido a essas questões) e tampouco é o que reside nas entrelinhas. Segundo Tfouni, “a concepção de implícito remete a algo não dito, mas que, por ser transparente, seria inteligível, seria um acréscimo ao verbal, que se pode recuperar e traduzir mesmo verbalmente” (TFOUNI, 1998, p. 91-92).

Em relação ao implícito, Orlandi (1992, p. 106) apresenta com relevância a diferença existente entre o silêncio e o implícito:

O conceito de silêncio, em nossa perspectiva, recobre uma região teoricamente diferente da do implícito. O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.

O silêncio apresenta, assim, um estatuto peculiar que lhe confere “materialidade”, existência, significação e movimentos no cerne dos sentidos. Comungando com Orlandi, podemos afirmar que o implícito é de ordem da língua, visto que pode ser acionado e recuperado linguisticamente nesse universo (da língua), em que nem tudo – real da língua – se pode dizer (significar). Já o silêncio, por sua vez, é de orientação do discurso, que abraça e se debruça justamente sobre aquilo que falha, no deslizamento de sentidos, no impossível, naquilo que a língua não atinge ou, em outros termos, não dá conta.

Se pensarmos a questão do implícito – numa perspectiva discursiva e não estritamente linguística – podemos corroborar com Achard (1999, p. 13) quando considera que:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção na paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo.

Ancorados ainda no universo do discurso, o silêncio também não se confunde com o não dito. Segundo Orlandi (1998, p. 39), o silêncio também não é o “não dito” porque:

A concepção discursiva de SILÊNCIO não se esgota nos limites da distinção DITO/NÃO DITO. Mesmo porque o silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio *significa*, ele não fala. A matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal, e remeter o silêncio à linguagem verbal é modificar sua matéria significante, o que não é indiferente ao processo significativo. (grifos da autora).

Dito de outra forma, “o não dito não se refere simplesmente àquilo que não foi falado porque o falante não quis ou não ‘conseguiu’ dizer, mas que remete à instância do impossível mesmo” (SURREAUX, 2000, p. 114). Ou seja, quando tratamos do silêncio não nos referimos ao não dito, que propõe uma redução ao implícito proposto pelas teorias da argumentação e da lógica que excluem a dimensão discursiva e a opacidade do não dito, mas ao que não se diz como marca constitutiva de uma significação própria, impossível de aprisionar-se no signo linguístico. Em última análise, enfatizamos que o sentido do silêncio não deriva dos sentidos das palavras para ter existência, ou seja, o silêncio é independente em relação ao dizer para significar.

Podemos afirmar, portanto, que a AD nos aponta um horizonte para responder a esses questionamentos. O silêncio é passível de análise, pois ele também é uma matéria significante, logo passível de interpretação, porém ele significa diferente da palavra. O silêncio não é o vácuo, nem o vazio, mas, pode ser antes, um gesto de interpretação.

Nessa direção, o vocábulo, como um fio condutor dos sentidos, já não é suficiente, não consegue contemplar toda a multiplicidade dos sentidos que circulam nos discursos. Dessa forma, os movimentos dos sentidos operam inevitavelmente também no silêncio que estão presentes (ou não) na iminência do dizer, isto é, da enunciação e do que é (ou não) enunciável.

Nesse sentido, podemos concordar que “no princípio não era o verbo quem significava”, mas o silêncio, o verbo se instaurou depois para romper o silêncio, pois, nos dizeres de Orlandi: “quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação criou a linguagem para retê-lo” (ORLANDI, 1992, p. 29). E, com a instauração da palavra (verbo), instaura-se necessariamente a consciência da supremacia do silêncio como uma face oculta, porém não neutra. A partir de então, o homem se constitui da linguagem e do silêncio, enquanto sujeito de linguagem e de

silêncio, sujeito à linguagem e ao silenciamento para construir a si mesmo e as suas relações com os outros através dos sentidos dos discursos.

O silêncio desde sempre se mantém silêncio e, à luz de uma perspectiva lógica, antecede à linguagem, porém podemos percebê-lo na ordem do discurso.

Por isso, em nossa perspectiva, é tarefa do analista do discurso também observar o deslocamento ou o movimento dos sentidos não só no universo dos vocábulos, mas também no âmbito do silêncio porque compreendemos que em todo discurso há a presença de outros discursos silenciados e que, ao mesmo tempo, o constituem. Portanto, a construção dos sentidos daquilo que se diz no/pelo discurso está assegurada também por meio daquilo que não se diz ou se diz de outra forma por meio do silêncio. É por essa razão que a incompletude é tão cara para a AD, porque todo dizer necessita da falta, da ausência e do equívoco para significar.

Em nossa orientação teórica, toda palavra é envolvida por silêncios porque sem o silêncio não há sentidos. No entanto, é impossível para a linguagem recobrir o silêncio, ele habita entre ela independentemente. Por isso, para Steiner o silêncio é “contínuo e, por conseguinte, indecifrável. ‘O silêncio tem outro discurso que não o comum’ (*um autre Dire que le dire ordinaire*), sendo, no entanto, linguagem significativa” (STEINER, 1988, p. 73).

Dessa maneira, conforme apresentado pela AD, partimos da premissa de que refletir acerca da natureza constitutiva do discurso, implica necessariamente pensar no silêncio. Para tanto, é necessário sair de um lugar privilegiado e protegido, ou seja, para compreendermos o discurso e sua relação com o silêncio precisamos sair daquilo que nos dá certeza, a fim de assumir, também como possibilidade de sentido e significação, o que seria desconsiderado por muitos: o resto, o disperso, o que ecoa fora da língua da imanência e que nos permite compreender aquilo para o qual não existe palavra para dizer, “traduzir”, representar e significar.

Por isso, não podemos (e mesmo que pudéssemos não conseguiríamos) traduzir o silêncio em palavras, pois a tradução do silêncio em palavras provocaria uma espécie de deslizamentos de sentidos, produzindo outros efeitos. Diante disso, compreendemos que o silêncio significa sempre, mesmo não podendo ser representado por meio de palavras.

Dado o exposto, podemos lançar mão da seguinte indagação: por que muitos não suportam trabalhar com o silêncio? A resposta para esse questionamento nos parece evidente após a discussão precedente sobre o real: o silêncio é insuportável

porque, assim como o real da língua, também é disperso e dispersa (lugar do caos, do impossível), transgride qualquer regra formal imposta, constituindo sentidos naquilo que não fala e que não é apreensível, enquanto que a fala (língua) organiza, estrutura ou aparentemente fixa. Este último lugar, representa uma zona confortável e, portanto, um espaço ocupado pela maioria dos linguistas da Linguística *stricto sensu*.

Diante disso, pode-se compreender porque geralmente o silêncio é tão insuportável. A nossa sociedade é estruturada por meio da palavra e sustentada através de uma ideologia dominante da comunicação em massa onde também intervém o silêncio. Por essa razão, as pessoas respiram palavras, ruídos e o simples fato de estarem em silêncio, às vezes, as assusta, uma vez que um homem em silêncio sempre foi um homem “condenado ao *non sense*”. Eis uma das razões pelas quais não suportamos a ausência das palavras, logo o silêncio causado pela falta delas.

Na perspectiva do discurso, refletimos que aquilo que não está no universo das palavras, pode se tornar discurso e, conseqüentemente, passível de um gesto analítico. Aí habita o silêncio: naquilo que não se diz ou não se pode enxergar e nem ouvir. Diante disso, para nós o silêncio reclama sentidos e, por conseguinte, pensar em efeitos de sentido implica sustentar que o silêncio também entra no jogo discursivo e dá as cartas nesse jogo, na inter-relação entre as diversas FDs e, conseqüentemente, na relação entre os sujeitos e os vários sentidos possíveis.

Nesse jogo discursivo, as regras não são pré-estabelecidas e estão sempre em constante transformação conforme as condições de produção. O cenário desse jogo, a linguagem, desloca-se para o silêncio, ou seja, há uma falta no jogo da língua(gem) que aponta para o silêncio fazer sentido. Por isso, o silêncio se apresenta como disperso e contínuo, simultaneamente.

Na vertente teórica instaurada por Pêcheux, o sentido também não é transparente e pode ser analisável discursivamente, é histórico e perpassa a ordem do simbólico. O silêncio também, para nós, não é transparente. Para compreendê-lo, é necessário, portanto, observar os fenômenos discursivos, a historicidade e a ideologia. A nossa tarefa é, conseqüentemente, enveredar o caminho difícil da opacidade na constituição dos sentidos dos discursos, uma vez que o silêncio sempre deixa pistas, a fim de que possamos perceber os seus furos.

Para analisar o silêncio, portanto, é necessário compreender e apreender a historicidade constitutiva do sentido, visto que ele (o silêncio) não é mensurável pelas mesmas regras que governam o universo lexical.

Nesta dimensão, Surreaux (2000, p. 143-144) nos diz que:

Frente ao silêncio resta-nos a interpretação. E a interpretação que se faz de um silêncio é uma hipótese. Pode-se dizer que o significado do silêncio não é fixo. Eis o porquê do silêncio com frequência se tornar inquietante, angustiante.

Assim, o silêncio não é visível e uma compreensão empírica do silêncio o reduz à falta das palavras.

Para encerrar essa discussão, cedemos novamente a palavra a Orlandi (2013), que em entrevista concedida ao Globo Universidade, volta a tocar na questão do silêncio para a AD quando é perguntada como o silêncio se expressa:

O silêncio não fala, ele significa. Se você fizer o silêncio falar, ele vai significar diferente. Ele significa por ele mesmo, ele faz sentido, e isto é muito importante. Às vezes mais importante que as palavras. **Significar com palavras é diferente de significar com silêncio.** Há o silêncio que é a própria respiração do sentido. A gente pode estar em silêncio e estar significando. E também, muitas vezes, você fala certas coisas para que outros sentidos não apareçam. Isso é o silenciamento. Mas o sentido silenciado não desaparece. Porque o homem tem necessidade vital de significação. Onde ele não pode significar, migra para outros objetos simbólicos. (ORLANDI, 2013, [S. l., s. n.] grifos meus).

Assim procedendo, lançar o olhar sobre o silêncio na perspectiva da AD é, finalmente, ultrapassar os limites fronteiriços estabelecidos por uma linguística formal, uma vez que é no discurso que o homem participa inteiro e com toda a sua história, com tudo aquilo que foi dito e/ou foi silenciado por meio de relações hierárquicas de poder, de coerção, de dominação, de alianças, de antagonismos e silenciamentos. São esses os movimentos que veremos na seção a seguir.

2.1 A POLÍTICA DO SILÊNCIO: O SILENCIAMENTO

Nesta seção, abordamos o silenciamento como uma face marcadamente presente no *corpus*, ou seja, uma política de silenciamento utilizada como prática constante durante a ditadura Médici. Para isso, estabelecemos uma relação mais explícita entre o *silêncio constitutivo* e o *silêncio local*, tal como proposto por Orlandi (1992), noções fundamentais nessa investigação para percebermos o funcionamento do silenciamento através da censura e da interdição no contexto histórico da Ditadura Militar que abriga nosso gesto de interpretação.

Na perspectiva da AD, compreendemos por silenciamento o funcionamento político-ideológico do silêncio por meio do discurso institucionalizado, ou seja, o silenciamento representa, em nosso caso, um silêncio discursivo instaurado pela censura política e arquitetado por um Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado.

Dito isso, podemos considerar, seguindo as discussões teóricas propostas por Orlandi (1992), no mínimo que: em todo discurso existe uma face do silêncio que opera através do ato da imposição, concebido como uma forma de dominação que exclui o sujeito e sua fala, obrigando o sujeito a ficar sem voz e no espaço do sem “sentido”.

Compreendemos, seguindo Orlandi, esta face enquanto um mecanismo de *funcionamento do silêncio*, ou seja, o silenciamento, um silêncio perante o qual nos assujeitamos sem possibilidade de escolha alguma. Nas análises, vemos – através do nosso gesto de interpretação – que essa face do silêncio atravessa o *corpus* discursivo por meio das condições de produção que determinam esse dizer historicamente e ideologicamente.

Assim, vemos o silenciamento como um mecanismo estratégico utilizado pelos militares, concebido e imposto por meio de uma ideologia dominante e silenciadora que põe a mordaca no sujeito. E se o que precede corresponde à verdade, podemos entender ainda as formas de silenciamento, conforme sinaliza Schons (2006), como:

[...] o indício de tudo aquilo que não deixou lembranças, que foi **silenciado** e produziu desconforto [...] mas que ainda hoje produz encontros de subjetividades e representa possibilidades de reflexão sobre o modo pelo qual o **silenciamento** atua nos processos histórico-discursivos; sobre o embate político com a imagem de outros sujeitos [...] Nesse **silêncio** encontramos marcas do passado

e, junto com elas, a abertura de um novo horizonte. (SCHONS, 2006, p. 13-14, grifos nossos).

Dialogando mais uma vez com Orlandi (1992), compreendemos que a censura funciona – em nossa leitura – como sintoma de silenciamento dos sujeitos e dos sentidos proibidos que não podem circular livremente por ser considerados indesejáveis. A política de silenciamento corresponde ao apagamento desses outros sentidos possíveis, porém proibidos dada a conjuntura histórica e ideológica da ditadura.

Diante disso, o contexto histórico que determina as condições de produção do *corpus* representa um bom exemplo de um período (acontecimento) de censura e silenciamento de sentidos, logo dos sujeitos, ou seja, é através de condições históricas que percebemos o caráter revelador da ideologia silenciadora, bem como os respectivos sentidos que são silenciados.

Assim, as formas de silenciamento das vozes dissonantes dos sujeitos em relação à política militar imposta com/pela ditadura evidenciam o processamento das coerções ideológicas repressoras como forma de autoritarismo e violência física e/ou ideológica por parte do Regime Militar contra os sujeitos.

Dessa maneira, conforme lemos em Althusser (1974), o silenciamento que se instaura na ditadura é fruto da ação do ARE que usa os signos do medo e da censura a fim de coagir os sujeitos. Neste caso, estamos diante de um mundo de vozes que não podem ser ouvidas, onde aquilo que é silenciado e, conseqüentemente, não ouvido, desloca-se para ressoar nas margens de outro objeto simbólico: no discurso da resistência contra a ditadura. Por essa razão, o discurso militar age estrategicamente através do silenciamento do sujeito no intuito de garantir o apagamento das outras vozes, direcionando os sentidos em direções ideologicamente arquitetadas pelos militares.

Nessa perspectiva, para os sujeitos, o silêncio não é uma simples e mera opção, mas uma forma de violência, isto é, o sujeito é obrigado a dizer “A” porque não lhe é permitido dizer “B” e nem significar em “C”, silenciando os respectivos sentidos que poderiam significar em dada FD. Dito de outra forma, aquilo que é proibido (toda forma de reação contra a ditadura) deve ser silenciado a qualquer custo! O domínio do silenciamento entre os sujeitos pressupõe um traço de

autoridade máxima e inquestionável que lhes nega todo e qualquer direito, inclusive ao discurso, conforme veremos nas análises do *corpus*.

No *corpus*, vemos, ainda, que também se diz a partir do silêncio, uma vez que ele representa – em nossa perspectiva – uma das várias posições que o sujeito pode ocupar perante os discursos socialmente sustentados e legitimados pela política de silenciamento instaurada pela ditadura enquanto aparelho ideológico e, ao mesmo tempo, funcionando através da repressão pelo Estado. Dessa forma, ocupar essa posição implica necessariamente inserir-se no sentido e aí significar também pelo silêncio. Sobre essa reflexão, Orlandi (2009) propõe dois pontos centralizadores:

O primeiro é o de que o silêncio, tanto quanto a palavra, tem suas condições de produção; por isso, dada a diversidade dessas, o sentido do silêncio varia, isto é, ele é tão ambíguo quanto as palavras [...] O segundo ponto é o de que a fala é silenciadora em vários níveis [...] O silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto que o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência. Ambos produzem uma ruptura, no caso, desejada. Por outro lado, o silêncio pode produzir uma ruptura não desejada [...] é o silêncio radical. A fala pode ser silenciadora quanto ao que se diz. Em certas condições, se fala para não se dizer certas coisas, para não se permitir que se digam coisas que causam transformações [...]. (ORLANDI, 2009, p. 263-264).

A partir do que precede, podemos entender que o silêncio caracteriza, em nossa reflexão analítica, as muitas vozes daqueles sujeitos, na conjuntura histórica da ditadura, que foram reprimidos socialmente por uma ideologia instalada numa FD autoritária dominante e que buscam significar em/no silêncio à proporção que são obrigados a viver sob a sombra de uma ideologia dominante, ou seja, o silêncio que perpassa as palavras transforma-se ideologicamente em silenciamento no discurso político-militar da ditadura historicamente sustentada e legitimada.

É justamente aí, ao estar em/no silêncio, que o sujeito marca uma possibilidade de estar na linguagem e, conseqüentemente, no sentido. Dito de outra forma, o silêncio é caracterizado então, em última instância, como sendo uma “resposta” do sujeito frente a uma coerção, coibição e violência que obriga o sujeito a falar. Em nosso caso específico, o sujeito silencia porque dele exige-se que fale. Por isso, compreendemos que um sujeito em silêncio não é jamais um sujeito sem sentido ou relegado ao frio do vazio.

No campo da AD, portanto, o analista do discurso pode compreender o funcionamento do silêncio a partir de métodos de observação do fio discursivo, como pensar sua ligação com a função da autoria⁹, por exemplo, em que muitas vezes, um determinado autor passa por meio de um processo de silenciamento de sua voz [silenciamento da autoria] no discurso de outrem. Silenciamento esse, muitas vezes, necessário para que os sentidos possam circular e ser (re)atualizados.

A autoria, dessa forma, representa um efeito de sentido que tenta silenciar as evidências do interdiscurso. Assim, o maior ou menor grau de silenciamento das vozes contraditórias impõe que o sujeito assuma várias posições enunciativas diferentes deixando as pistas dos lugares por ele antes ocupado.

Nesse silenciamento é que entram em cena as formas de resistência à censura e à repressão. Nesse sentido, silenciamos o que não queremos dizer, através do preenchimento deste espaço com outro dizer. É nesse silenciamento necessário que entendemos o silêncio como constitutivo para que o sujeito estabeleça sua posição, o lugar de seu dizer (im)possível.

Eis a relevância de abordarmos anteriormente a formulação feita por Pêcheux e Gadet acerca do real da língua – o impossível de tudo se dizer – pois em nosso gesto analítico, o silenciamento também ocupa o espaço do impossível, onde o que é mais relevante é apagado ou nunca diz ou se diz de outra maneira por meio de determinações históricas e ideológicas que demarcam, assim, os deslocamentos de posições-sujeito, o jogo das denominações, das representações imaginárias e, conseqüentemente, a deriva dos sentidos.

Seguindo de perto o que preconiza nossa orientação teórica, em nossas interações sociais, no simples fato de “selecionarmos” determinados discursos em detrimento de outros, na tentativa de imprimirmos certos efeitos de sentido, na constituição discursiva, vários outros são silenciados, não pelo mero fato de serem silenciáveis, mas pelas condições de produção dos discursos, pelas FDs em que os sujeitos estão inscritos. Esse é um dos movimentos centralizadores que mobilizamos nas análises do *corpus*.

Na Ditadura Militar, existiam formas de violência através do silêncio/silenciamento, que “forçavam” o silêncio a falar e que calavam/silenciavam um sujeito, não deixando outra possibilidade a não ser permanecer em

⁹ Direcionamos, nesse sentido, o leitor para Orlandi (1992) onde a autora discute acerca do silêncio e suas respectivas relações com a cópia, o plágio e o “meio-plágio”.

silêncio/calado. É a força da interdição e da censura que silenciam o sujeito e ele não ousa falar de certa forma, de certas posições, de certos assuntos.

O discurso de exceção assume uma postura de coerção, por meio da violência sobre o sujeito, e obriga-o a “quebrar o silêncio”, a sair do silêncio/silenciamento minando a própria identidade do sujeito, conforme veremos na próxima seção e ao longo do desenvolvimento de nosso olhar analítico.

Eni Orlandi (1992, p. 11-12), trabalhando com o discurso, aborda as formas e as movências dos sentidos do silêncio no campo de reflexão epistemológica da AD:

Acredito que o mais importante é compreender que: 1. Há um motivo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; 2. O estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas “pôr em silêncio”) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do “implícito”. (grifos da autora).

Nesse ínterim, nas análises, o sentido se instaura no silenciamento de maneira fundadora dada à necessidade de dizer (significar) aquilo que não é possível (permitido no/pelo discurso) e determinado por uma FD, ser dizível no universo em que estão dispersas as palavras: o contexto da ditadura. O silenciamento opera nesse axioma que é, em nossa visão, constitutivo de todo e qualquer discurso, ou seja, o silenciamento é a condição subjacente para que a linguagem signifique e, significando, faça sentido, causa primeira do *corpus*.

Ainda nessa direção, Orlandi (1992, p. 13-14) corrobora que:

O silêncio é assim a “respiração” (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é “um” para o que permite o movimento do sujeito. Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. (grifos da autora).

Assim, em nosso caso particular, dada à natureza dos recortes que propomos nas análises, podemos afirmar que o silenciamento representa o ponto de constituição dos discursos enunciados por Médici.

Conforme citamos anteriormente, Orlandi (1992, p. 54) apresenta duas formas do silêncio: o silêncio fundante ou fundador de sentidos e a política do silêncio (o funcionamento do silêncio: o silenciamento):

A primeira nos indica que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio; a segunda diz que - como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo “outros sentidos”. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos. Há, pois uma declinação política da significação no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é uma dimensão política. (grifos da autora).

Dito de outra forma, o silêncio fundador torna-se por primazia o princípio de toda significação que atravessa também a política do silenciamento, ou seja, dizer implica, necessariamente, não dizer.

Em relação a uma política da resistência por meio do silêncio, Surreaux, (2000, p. 119) acrescenta que:

Silêncio *de resistência*: aparece como resposta à interlocução com vozes que “exijam” que o sujeito fale. Justamente aí, ao estar em silêncio, o sujeito marca uma forma de estar na linguagem [...] Ecoam aqui [...] as vozes da pedagogia, da medicina, da linguística, do discurso científico, da técnica [...] Este silêncio seria, então, “uma resposta” a uma imposição [...]. (grifos da autora).

Nesse sentido, Lagazzy (1988, p. 97) discorre que: “a resistência é a batalha do sujeito pelo direito de se colocar, de não aceitar a correção, é a batalha por um ‘lugar no qual o sujeito encontre um poder de dizer’, com ou sem o respaldo da hierarquia”. O sentido reside, portanto, justamente naquilo que não se diz através das palavras, ou se diz entre elas, ou ainda se diz diferente por meio delas: o primado do outro sobre o mesmo. Nesse sentido, todo dizer silencia outro necessariamente porque, para dizer, é necessário não dizer, e, mesmo assim, está no sentido. Portanto, todo dizer traz consigo marcas de sentidos que foram silenciados nos discursos.

Essa forma de silenciamento, de certos sentidos, é própria da constituição dos discursos porque eles (os discursos) esbarram no “furo” do real da língua, pois segundo Coracini:

[...] mesmo que se tente impedir a disseminação de sentidos, vedando as brechas da língua no fio do dizer, sempre e inevitavelmente escaparão sentidos outros – indesejáveis, inadequados ou interditados por e numa dada formação ou prática discursiva – irromperam fragmentos, fagulhas do Real que apontam para o não-todo, para o impossível de dizer e para o impossível de não dizer. (CORACINI, 2011, p. 146).

O *silêncio local* é representado, assim, visivelmente por meio da censura e da repressão e da coerção onde os sentidos permanecem interditados em dado momento histórico, ou seja, o silenciamento tem uma relação direta com o contexto político e histórico, estando relacionado com a permissão do (não) dizer.

A política de silenciamento, assim, regula o que pode ou não ser dito. Nesse caso, o silenciamento estabelece uma relação direta com o dizer. Na Ditadura Militar brasileira, a censura normatizava o que era possível ser dito e o que estaria excluído da possibilidade da palavra.

Na realidade, quando se proíbe algo de ser dito, o que está sendo proibida é a formulação e a possibilidade de circulação de um de determinado tipo de discurso, inscrito em determinada FD antagônica a uma FD autoritária e dominante. Privando, dessa maneira, o direito do sujeito ao “seu” discurso, proíbe-se a possibilidade de assumir uma identidade e nega-lhe, por conseguinte, o direito à existência. Portanto, se o discurso de um sujeito não estivesse dentro dos padrões pré-estabelecidos, era banido, expurgado do sistema.

Ainda em relação ao *silêncio local* enquanto representante e caracterizador da censura, Orlandi (1992, p. 107) complementa que:

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível define-se pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. Desse modo, impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, se identifique com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável como autor.

Indubitavelmente, Orlandi elucida que é necessário, assim, apreender que: o silêncio está impregnado de sentidos que foram silenciados (mascarados) por sujeitos inscritos e filiados a determinadas FDs que determinam os sujeitos, os sentidos, os discursos, os silenciamentos e o hiato em que operam o dizer e o não dizer, ademais “a censura é um sintoma de que ali pode haver um outro sentido. Na censura, está a resistência. Na proibição está o ‘outro’ sentido. E isto porque, como dissemos, a censura atinge a constituição da identidade do sujeito” (ORLANDI, 1992, p. 121). O que chamamos aqui de um efeito ou sintoma de silenciamento em consonância com Surreaux (2000).

Dessa maneira, silenciar o Outro, a forma *sujeito-discurso* implica, *a priori*, pôr em silêncio as palavras consideradas “feias” e “proibidas” em determinadas circunstâncias, ou melhor, condições de produção dos discursos impostas pelas alianças, pelos embates e pelo jogo discursivo-ideológico, buscando a neutralização de outros sentidos e, assim, levantar as barreiras do silenciamento.

Em suma, a prática ou, dito de outra maneira, o funcionamento do silêncio denuncia a manifestação (materialização) dos efeitos de sentido do discurso no movimento contraditório entre o falar e o calar, o dito e o não dito ou, por assim dizer, “o não ouvido”.

Finalmente, justificamos que não tratamos aqui de uma representação mística do silêncio, aquele em que os sujeitos se encontram objetivando encontrar uma entidade espiritual, apesar de o silêncio significar também, de certa maneira, nesse universo, mas nos referimos ao silêncio enquanto um processo ideológico, histórico e, conseqüentemente, discursivo, simbólico e “material”. O silêncio que – em nossa visão – não é distanciamento da realidade, mas uma presença constante e significativa. Ademais, também não nos referimos ao silêncio enquanto sentido de morte ou vazio de significação, mas como um processo discursivo de opressão, de violência contra os sujeitos e de silenciamento dos mesmos. É esse o olhar que esperamos ter despertado no leitor desse trabalho.

SEGUNDA PARTE

SITUANDO O *CORPUS* E PREPARANDO AS ANÁLISES

3. O DISCURSO POLÍTICO E SEU FUNCIONAMENTO

As práticas sócio-históricas são regidas pelo imaginário, que é político.

Orlandi

Neste capítulo, propomos situar o *corpus* no contexto histórico em que se insere. Abordamos, ainda, as especificidades do funcionamento do discurso político, seguido de nosso gesto analítico.

Em sua tese sobre o discurso político, bem como na reflexão introduzida a partir das metamorfoses do discurso político contemporâneo, Courtine (2006, 2009) faz uma brilhante descrição teórico-analítica, à luz da AD, dos mecanismos que estruturam o funcionamento do discurso político na sociedade, propondo também deslocamentos importantes a partir do que foi pensado por Pêcheux, considerando que as determinações sócio-históricas também propõem rupturas e reconfigurações no quadro em que a teoria se inscreve. É o que, de certo modo, também é proposto por Corten (1999) e Cazarin (2004).

Retomando o que já dissemos, vimos que o projeto-piloto da AD é um projeto essencialmente político, quer pela conjuntura política que a França atravessava na época em o projeto foi idealizado por Pêcheux, quer pela própria paixão de Pêcheux pela prática política e por sua filiação ao Partido Comunista Francês (PCF). O discurso político foi, desde a instauração da AD, o grande objeto de desejo de Pêcheux e, portanto, necessário para que as intervenções políticas fossem realizadas no pensamento filosófico-científico da época.

Por isso, o contexto político francês contribui substancialmente e significativamente para que a AD se voltasse especificamente, nos anos iniciais, para a análise dos *corpora* políticos (sobretudo discursos políticos de esquerda). As reflexões iniciais de Pêcheux, assim como os seus escritos posteriores, denunciam que ele foi um pensador que esteve todo o tempo ancorado do lado da teoria, da

política e com as ideologias, cujo instrumento de materialização é por excelência o discurso. Assim, a AD institui o discurso como seu objeto teórico, por meio do qual é possível explicar a relação existente entre a Língua e a História, única maneira considerada por Pêcheux para a explicação do funcionamento dos sentidos nos discursos.

O elemento político, para a AD, é um mecanismo ideológico de constituição inerente a todo e qualquer discurso e um produto nos processos de circulação discursiva que constrói a montagem e delimita o fechamento da cena na enunciação, fazendo com que o sentido ocorra sempre em uma direção dada. Direção esta, que não é indiferente às relações de forças que derivam da forma de como a sociedade se estrutura através da luta de classes ao longo da história que, por conseguinte, contribui e, ao mesmo tempo, legitima o espaço de representação da instância do político através da “[...] estratégia da diferença sob a unidade formal [...] que constitui assim a *nova língua de madeira da época moderna*, na medida em que ela representa, no interior da língua, a maneira política de negar a política” (PÊCHEUX, 1990, p. 11, grifos do autor).

Dito de outra forma: “de acordo com o que pensamos, o político não corresponde ao Discurso Político. Enquanto este tem por objetivo movimentar a opinião pública; aquele é, em si mesmo, uma representação, a cena das forças políticas construída pelo discurso” (CORTEN, 1999, p. 37). A cena discursiva onde a ideologia está inscrita e se materializa através da história, (re)produz-se, por sua vez, nas relações imaginárias que derivam de um efeito de sentido que é fruto do trabalho simbólico. É o que, de certa maneira, propõe Cazarin (2004) embasada em Corten (1999) quando de sua reflexão acerca da constituição e funcionamento do elemento político no discurso:

[...] o *político* é a instância que fixa um estatuto extremo de realidade, uma realidade da qual não se pode escapar sem violência, isto é, define o limite da realidade a partir da qual a força se transforma em violência; é, como todo fenômeno atinente ao discurso, construção da realidade e é, igualmente, definição de um limite dessa realidade, pois o estatuto de realidade jamais é independente de uma história que, também ela, vai contribuir para o fechamento do *espaço de representação*. (CAZARIN, 2004, p. 48, grifos da autora).

De forma análoga, Corten (1999) ainda nos diz que as instituições políticas exercem o poder político de maneira funcional por meio da luta política que é posta

em jogo na arena onde se confrontam os discursos, ou seja, Corten compreende a representação do político como um funcionamento da práxis discursiva, responsável pela instauração da cena em que forças políticas antagônicas se enfrentam. “O político é a realidade de forças que perpassam a sociedade e o modo como se destacam, à vista de todos, através dos processos de circulação discursiva.” (CORTEN, 1999, p. 37).

Assim, conforme citado anteriormente, todo discurso carrega esse elemento político porque a história atravessa os discursos e, por conseguinte, legitima tais discursos por meio da luta político-ideológica que, por sua vez, sustenta a forma de representação e funcionamento das forças políticas na instância de circulação discursiva.

No Brasil, quando do surgimento da AAD (1969) na França, vivenciávamos o período da Ditadura Militar, período de forte censura e violência contra os sujeitos. Nessa perspectiva, o discurso político-militar caracterizava-se, entre outros aspectos, por ser um discurso autoritário, autorizado e extremamente dominante. Destarte, podemos afirmar que a maioria dos discursos sempre traz em si o elemento político, uma vez que sua formação discursiva, por meio da língua(gem), regula fortemente as relações entre os homens nos jogos de poder, de dominação e de luta pelo controle na sociedade, ou seja, todos nós nos tornamos enunciadores de discursos políticos, sujeitos inscritos em FDs de discursos políticos.

Por este viés, o discurso político é também concebido por meio do conflito ideológico na sociedade que se instaura por meio do intermédio do funcionamento ou da prática política situada “no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado” (PÊCHEUX, 2010, p. 76). Nas condições de produção sócio-históricas que abarcam o discurso político no período da Ditadura Militar, o Exército era uma forte máquina repressiva de legitimação dos discursos dos militares. Na análise do *corpus*, há a presença desses dois movimentos políticos: o político enquanto fenômeno partidário na conjuntura histórica em que se instaura a Ditadura Militar no Brasil e o político enquanto elemento fundador da luta, da repressão e do silenciamento.

Dessa forma, seguindo o já exposto por Pêcheux (1997) e Althusser (1974), o discurso político se torna, assim, o espaço por excelência de reprodução das relações de produção, bem como o lugar de materialização e ocorrência da própria contradição do conflito ideológico e das desigualdades sócio-econômicas.

No contexto da ditadura, o discurso político assumiu um caráter peculiar utilizado exclusivamente como instrumento de manobra das classes sociais e de silenciamento do sujeito através de uma prática “[...] política que trabalha sobre o imaginário social e que intervém na memória nacional: a detenção dos meios de produção, o cerceamento do sentido e do sujeito” (SCHONS, 2006, p. 13).

Assim sendo, podemos também sustentar que a característica fundamental do discurso político-militar reside no fato de que este necessita, para sua existência, impor uma “verdade” absoluta, inquestionável e, muitas vezes, é o que está mais ameaçado de não conseguir fazê-lo. É o discurso cuja verdade está sempre ameaçada em um jogo de representações imaginárias e ressignificações. Ele sofre historicamente a desconstrução, ao mesmo tempo só se constrói pela desconstrução e silenciamento do outro. É, dessa forma, dinâmico, heterogêneo.

Nesse sentido, Pêcheux afirma que:

[...] de fato, os discursos políticos, muito além de sua função de camuflagem e de autojustificação, constituem também um vestígio, uma rede de indícios para compreender concretamente como se chegou até aqui e, ao mesmo tempo, para reconstruir a memória histórica a partir deles [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 22).

Seguindo de perto as reflexões propostas por Indursky (1997), em nossa compreensão, o porta-voz de um discurso político, para legitimar-se, deve, antes de tudo, ser legitimado como porta-voz do “povo”, enquanto discurso de uma autoridade competente. Isso quer dizer que a FD do discurso político determina seus movimentos de sentido, ao mesmo tempo em que apaga e silencia outros sentidos. Quando se determina certo sentido em detrimento de outros, tal escolha está relacionada à questão do que se pode e deve falar em determinadas condições históricas, causa primeira da FD. Neste movimento, as questões efetivamente de interesse do povo nunca são discursivizadas, são silenciadas. Analisar o discurso político-militar implica, portanto, enveredar o caminho da transgressão e tocar, muitas vezes, no proibido.

Indursky (1997, p. 65-66), ancorada em Pêcheux (1969), apresenta as representações imaginárias em relação à constituição do sujeito do discurso político-militar:

Como é possível perceber, o sujeito do discurso presidencial apresenta-se fortemente ancorado em três imagens – o **presidente democrata**, o **presidente militar** e o **presidente autoritário**. Se a primeira imagem corresponde ao modo como deseja ser visto, a segunda mostra em que seu perfil democrata distingue-se da concepção vulgar de presidente democrata. Já a terceira – resultante da tensão entre as duas primeiras – corresponde ao que de fato é. Vale dizer que entre a idealidade e o real interpõe-se o **poder** [...] Tais representações mostram o modo como este sujeito relaciona-se com a forma-sujeito da FD que o afeta. (grifos da autora).

Assim, todo discurso se constrói na luta/busca pelo poder, à medida que todos os discursos pretendem impor “verdades” cristalizadas a respeito de um tema específico ou de uma área da ciência, da moral, da ética, da arte, do comportamento, etc. Todavia, o discurso político se destaca de todos os outros em particular, porque enquanto os outros discursos tendem a deslocar-se mais no espaço da opacidade, o discurso político-militar explicita e põe em evidência a sua luta pelo poder, pela supremacia, pela dominação, enquanto discurso autoritário, tal como proposto por Orlandi (2009) acerca das tipologias discursivas.

3.1 A DITADURA MÉDICI: OPRESSÃO E SILENCIAMENTO

Amo a vida [...] esse direito de estar no mundo [...] Esse direito de todos que nenhum ato institucional ou constitucional pode cassar ou legar. Mas quantos amigos presos! Quantos em cárceres escuros onde a tarde fede a urina e terror. Há muitas famílias sem rumo esta tarde [...] Volto do trabalho [...] fatigado de mentiras. Adeus, Rimbaud, [...] que a vida eu compro à vista aos donos do mundo. Ao peso dos impostos [...] a poesia agora responde a inquérito policial-militar. Digo adeus à ilusão, mas não ao mundo. Mas não à vida, meu reduto e meu reino. Do salário injusto, da punição injusta, da humilhação, da tortura, do horror, retiramos algo e com ele construímos um artefato, um poema, uma bandeira.

Ferreira Gullar, **Mai 1964 - Agosto 1964.**

Nesta seção continuamos a situar as condições de produção históricas que determinaram a constituição do *corpus*. Iniciamos a discussão situando de forma panorâmica a Ditadura Militar. Outrossim, na sequência, nos detemos na descrição de uma parte do período de vigência do mandato do presidente Médici (1969-1972). Para isso, nas análises, nos ancoramos teoricamente na Análise do Discurso que considera a relação entre o discurso e a História de vital importância para compreender os efeitos de sentido e do trabalho simbólico nos discursos.

No cinquentenário da Ditadura Militar no Brasil, vemos, pela primeira vez, tendências político-ideológicas ditas de esquerda, ou seja, de cunho social trabalhista, chegar finalmente ao poder. Mas nem sempre foi assim. E se essa informação corresponde à verdade, basta apenas resgatarmos a memória histórica dos “Anos de Chumbo” para percebemos que a arquitetura simples que hoje se costuma atribuir à ditadura não tem nenhuma sustentação perante a sua devastação. As marcas e as cicatrizes desse período minam a história oficial e permanecem até hoje na sociedade, através das barreiras de silenciamento que foram instauradas nas relações sociais e políticas num período de ações governamentais repressoras.

Nessa direção, podemos observar que o sintagma ditadura militar sofreu um deslocamento de sentido, em nome da democracia, desde sua instauração em 1964. Diante disso, não podemos negar que a ditadura foi e tem sido alvo de várias investigações que estabelecem reflexões entre o passado e o presente de uma

trajetória de nossa história que não podemos, em nenhuma instância, esquecer e, sobretudo, permitir que siga em frente à história de silêncio/silenciamento iniciada com a ditadura.

O Golpe Civil-Militar¹⁰ de 1964 inicia um novo capítulo na História do país e começa-se a escrever uma parte da história, que perdurariam duas décadas (1964-1984), e foi marcada por forte embate ideológico entre as forças políticas e sociais da nação.

Nessa luta, ambos os lados, oposição e Regime Militar, utilizaram todos os recursos possíveis e inimagináveis. Na conjuntura internacional, o fantasma ideológico da Guerra Fria “assustava” os militares com seus desdobramentos de subversão, desordem e caos. Os militares usaram, então, a retórica anticomunista para justificar suas intervenções e empenharam-se na árdua missão de salvar a “democracia” da chamada “ameaça” de esquerda. Os generais temiam, assim, que o populismo e o comunismo, configurados como um perigo para a sociedade, pudessem corromper a “ordem”, disseminar sua ideologia e contaminar o Brasil.

Em 1969, o Colegiado composto pela Junta Militar e instituído pelo Alto Comando das Forças Armadas elege Emílio Garrastazu Médici para assumir o posto de Presidente Militar da República do Brasil. Representante militar totalmente adepto da chamada “linha dura”, seu mandato estende-se de 1969 a 1974. Nas acepções de Gaspari (2002), o governo de Médici é considerado o mais cruel, radical, desumano e repressivo do período conhecido como os “Anos de Chumbo”. A repressão aos opositores e à luta armada ganham força e uma severa e intolerante política de silenciamento, através da censura, é colocada em prática.

Os meios de comunicação e expressão contrários ao Regime como jornais, revistas, livros, peças teatrais, filmes, músicas e várias outras formas de criação cultural e expressão do pensamento artístico são categoricamente e

¹⁰ Referimo-nos aqui a um **Golpe Civil-Militar** porque os militares, representantes do alto escalão do Exército, tiveram o apoio de setores conservadores da sociedade civil que idealizavam o Pré-Golpe e o Golpe, como a burguesia industrial ligada ao capital externo, o empresariado, governadores de alguns dos importantes Estados da federação, setores da imprensa e da Igreja Católica (inclusive do Presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, no Pré-Golpe, e Lyndon B. Johnson, no Golpe, que não viam com bons olhos a simpatia de Jango pelas esquerdas) que aceleraram seus planos de destituição do então Presidente João Goulart. O apoio desses setores da sociedade fez com que historiadores e demais pesquisadores interessados no assunto caracterizassem o Golpe de 64 como “civil-militar” e não somente militar, conforme já se convencionou designar. O documentário **O Dia que Durou 21 Anos** traz revelações contundentes acerca da influência norte-americana no Golpe Militar brasileiro.

implacavelmente censurados. A perseguição contra políticos, professores e escritores em geral era constante. Quando não eram presos, torturados e mortos, eram exilados do país.

Durante a vigência do mandato de Médici, quase todos os direitos estudantis, políticos e as organizações civis foram dissolvidos e todas as formas de manifestações, reivindicações salariais e qualquer outra forma de expressão popular contra o Regime e a ordem estabelecida pelo governo foram fortemente proibidas. A forte censura, caracterizada enquanto *silêncio local* e engendrada pela Ditadura Militar, é sustentada e compreendida da seguinte maneira por Orlandi (1992, p. 107-108):

A censura tal como a definimos é a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas, isto é, proibem-se certos sentidos porque se impede o sujeito de ocupar certos lugares, certas posições. Se se considera que o dizível pelo conjunto de formações discursivas em suas relações, a censura intervém a cada vez que se impede o sujeito de circular em certas regiões determinadas pelas suas diferentes posições. Como a identidade é um movimento, afeta-se assim esse movimento. A censura sempre coloca um “outro” no jogo. Ela sempre se dá na relação do dizer e do não poder dizer, do dizer de “um” e do dizer do “outro”. É sempre em relação a um discurso outro – que, na censura, terá a função do limite – que um sujeito será ou não autorizado a dizer.

Nessa querela iniciada por Orlandi, sujeito e sentido instauram-se no/pelo discurso. Através do funcionamento da censura impede-se a circulação de determinados sentidos e, conseqüentemente, impede-se que os sujeitos ocupem certos lugares e assumam certas posições discursivas. Por isso, na análise do *corpus*, reconhecemos a íntima relação do discurso da censura e sua operação e constituição numa FD específica: a interdição da FD comunista caracterizada como subversiva à Ordem frente à ditadura.

Assim, na região que recobre a censura proibem-se certos discursos para proibir certos sentidos. Em última instância, a censura pode ser compreendida como um mecanismo de controle que impossibilita a inscrição do sujeito em certas FDs, corrompendo, assim, a própria identidade do sujeito, uma vez que sua identidade é sustentada e constituída por meio de um processo de identificação com dada FD.

Mas houve resistência perante esse cenário? Sim. Sem dúvida! Com o advento do regime ditatorial, tivemos aqueles que não foram espectadores passivos

assistindo indiferentes às injustiças militares e que lutaram por uma ação política mais justa e humanizadora deflagrando, para isso, fortes atos de resistência. A imposição de uma prática genocida, por parte de Médici, esbarra inevitavelmente em uma forte resistência por parte de alguns setores da sociedade.

O campo de resistência ao Regime por excelência era representado veementemente pelos estudantes, acadêmicos e intelectuais através da Música Popular Brasileira (MPB), com destaque para a produção musical de Chico Buarque de Hollanda, o movimento artístico-cultural denominado Tropicalismo liderado por Caetano Veloso e Gilberto Gil, além do discurso da Vanguarda Poética Concretista, com destaque para o poeta Ferreira Gullar. Representando o silêncio dos oprimidos, denominado o *Discurso da Resistência* por Orlandi (1992), esses grupos utilizavam a ambiguidade da língua(gem) na tentativa de se impor e resistir frente à opressão, ou seja, a palavra configura-se como arma contra a opressão adquirindo um sentido reivindicatório dizendo o “mesmo” para significar “outro” sentido, uma vez que “censura e resistência trabalham a mesma região de sentidos” (ORLANDI, 1992, p.115).

Não obstante, infelizmente o protagonismo dos movimentos sociais e dos grupos populares não foi suficiente para responder à altura perante o poder de fogo dos militares legitimado pelo Estado. Para os militares, os opositores deveriam ser combatidos e seus obstáculos removidos, os alvos precisavam ser definitivamente abatidos e não contornados.

No auge da repressão, da tortura e da censura, no governo Médici, uma parte da resistência militante não teve outra alternativa a não ser buscar exílio em outros países, como foragidos, e pagar um preço alto através do silêncio e do isolamento numa “prisão sem muros”, ideologicamente arquitetada. Os que insistiam em ficar no Brasil eram torturados e mortos.

Conforme já dito, o discurso do governo, durante o Regime militar de Médici, é fortemente marcado pelo autoritarismo e a censura aos meios de comunicação na luta contra a liberdade de expressão. Estava declarada a ditadura abertamente e sem máscaras ou, para utilizar os termos de Gaspari (2002), estava declarada a *Ditadura Escancarada*. Um intenso processo de “caça às bruxas” desencadeou-se Brasil afora. Os opositores eram perseguidos politicamente e a eles era destinada a prisão, a tortura, o silenciamento e até a morte. Essa era a política de Estado vigente.

No contexto político-social da Ditadura Militar, são instaurados arbitrariamente vários Atos Institucionais (AIs)¹¹ como estratégias utilizadas pelos militares para legitimar/legalizar várias ações políticas que eram consideradas arbitrárias perante a própria Constituição brasileira. O decreto do AI-nº 5, promulgado pela Ditadura Militar em 1968, foi um golpe de força em toda a história do Regime militar. Em suma, o AI-nº5 concentrava nas mãos do governo poderes plenos e absolutos por tempo indeterminado. Assim, apoiados em prerrogativas constitucionais, os militares não deixaram outra possibilidade de escolha para o povo brasileiro além de um mergulho profundo no mar do silêncio imposto pela repressão política.

Segundo Gaspari (2002, p.133), o então nomeado Presidente da República Médici:

Não só se orgulhou de ter namorado o AI-5 desde antes de sua edição, como sempre viu nele um verdadeiro elixir: “Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”, disse certa vez a um de seus ministros. “Eu tinha o AI-5, podia tudo”, rememorou na única entrevista que concedeu.

A partir de então, sob as asas do terror do AI-nº 5, a ditadura poderia dissolver a Câmara de Deputados e o Senado Federal, cassar majoritariamente mandatos de parlamentares em todos os níveis, demitir, aposentar e cassar os direitos políticos e civis de qualquer cidadão, suspender o *habeas corpus* de presos políticos, decretar o estado de sítio e confiscar bens. Também poderia perseguir e punir todos aqueles que se manifestassem pelas vias da legalidade ou não, contra o governo. Além disso, o Poder Judiciário ficava expressamente proibido de apreciar a legalidade de decisões baseadas no Ato.

Após o golpe de 1964, esse outro golpe foi o mais radical de toda a ditadura. Ancorado “legalmente” e deliberadamente no AI-5, Médici fecha o cerco contra a

¹¹ Recebeu o nome de **Ato Institucional** uma série de normas arbitrárias editadas à época do regime de exceção instalado pelos militares no Brasil em 1964 e tinham por objetivo fazer prevalecer o controle dos militares frente às instituições legais do país, procurando dar uma aparência de legalidade aos atos arbitrários realizados em nome da chamada Revolução. Além de seus conteúdos arbitrários, os AIs eram aprovados sem qualquer consulta popular ou legislativa. Foram editados ao todo **17 Atos Institucionais** no curto período entre 1964 e 1969, regulamentados por **104 atos complementares**. Os responsáveis por suas edições eram os comandantes chefes da Junta Militar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (o autodenominado Comando Supremo da Revolução), ou o próprio Presidente da República, com respaldo dado pelo Conselho de Segurança Nacional.

resistência política fortalecendo o seu regime repressivo através da consolidação da censura e de outras estratégias de violência contra os opositores. Dessa maneira, o governo assumia publicamente uma postura radical no que concerne à prática da violência como um instrumento para coibir maciçamente a resistência.

A esse respeito D'Araújo (1994, p. 10) comenta que:

Jamais, em qualquer época, a instituição militar esteve tão diretamente envolvida com as atividades de repressão política. Mais do que isso, as Forças Armadas, naquele espaço de tempo, detiveram, soberanos o monopólio da coerção político-ideológica.

Nesse âmbito, à medida que o autoritarismo e a repressão ganhavam força e se acentuavam, uma onda de protestos e ruidosas manifestações também ganhavam força, espalhavam-se e radicalizavam-se do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste do país, mobilizados por estudantes universitários e secundaristas ligados ao movimento estudantil, por setores da Igreja e da sociedade civil contra o Regime Militar. Um dos maiores movimentos organizados pela resistência contra o regime político-militar foi a chamada *Passeata dos Cem Mil*. No dia 26 de Junho de 1968, no Rio de Janeiro, a militância política organiza a maior manifestação e sai às ruas para soltar um forte grito de protesto contra os militares.

O AI-5 provocou, assim, uma transformação visível na ordem do discurso político-militar e, conseqüentemente, também instaurou uma ruptura na ordem do discurso da resistência em seu modo de constituição e circulação.

Esses movimentos, considerados subversivos pelos militares, desencadearam um forte processo reivindicatório que, também na compreensão dos generais, desembocava numa espécie de contestação da ordem constitucional. Os grupos "subversivos" tinham como uma de suas principais bandeira a liberdade de expressão, essas correntes ideológicas eram representadas por círculos de intelectuais e políticos de esquerda que, por sua vez, foram sumariamente perseguidas.

Um fato relevante é necessário destacar: a realização do chamado "Milagre Econômico" ocorrido no período da ditadura Médici. Sobre esse avanço econômico Gaspari (2002, p. 215) descreve que:

Ao êxito econômico não correspondeu progresso político algum. Pelo contrário, entendeu-se que a ditadura era, se não a causa,

indiscutivelmente a garantia da prosperidade. O controle da imprensa desempenhou um papel essencial na cantata desse “Brasil Grande” e na supressão dos conflitos que abrigava.

A estratégia militar pautada na insistência em falar no repentino crescimento econômico vivido pelo país, através de uma política de “apaziguamento”, exaltava o ideal de “Brasil Grande”, que nada mais era do que uma tentativa do governo militar de mascar e camuflar a grande desigualdade que assolava o país no que concerne à distribuição de renda perante a sociedade. O “Milagre Econômico” estava resguardado sob o seguinte tripé: o arrocho salarial, a contratação de uma exorbitante dívida externa que o padrão econômico brasileiro não poderia suportar e a forte repressão política.

Nessa perspectiva, o “Milagre Econômico”, como já era de esperar-se, contemplava apenas uma pequena parcela da sociedade, ou seja, aquela que era, na hierarquia elitista, economicamente e politicamente privilegiada e só servia para aumentar a distância do abismo que separava ricos e pobres, deixando à margem do “Milagre Econômico” a maioria da sociedade brasileira.

Dessa maneira, a forte opressão e o autoritarismo da polícia política e militar eram utilizados como mero pano de fundo para justificar e assegurar a continuidade do desenvolvimento do “Milagre Econômico” cujo lema era: “Pra Frente Brasil!”. Com a promulgação do AI-nº 5, os brasileiros passaram a ser vigiados e monitorados em toda a sua rotina diária. Os censores dos quartéis foram intensificados em suas intervenções e tudo passava pela varredura da censura.

Nessa direção, Skidmore (2003, p. 232) comenta que:

Escuta telefônica, violação de correspondência e denúncias por informantes tornaram-se lugar-comum. As aulas nas universidades eram controladas e uma onda de expurgos atingiu os principais docentes – especialmente em São Paulo, onde um futuro presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso, foi aposentado compulsoriamente. Numerosos outros docentes foram atingidos, perdendo seus direitos políticos por dez anos. As forças de segurança puseram na mira especialmente clérigos e estudantes da oposição – entre os quais as doutrinas da teologia da libertação eram ainda influentes.

Perante essa perseguição, os argumentos de Médici para justificar as intervenções e, conseqüentemente, os rompimentos da ordem constitucional pautavam-se sempre no discurso ideológico calcado na obrigação, por parte dos

militares, de defender a “segurança nacional” supostamente ameaçada pelos movimentos subversivos e rebeldes de esquerda denominados “inimigos da revolução” e que precisavam ser controlados a qualquer custo em nome da “ordem” e do “progresso” do país.

Para isso, Médici não utilizou somente práticas coercitivas para exercer a hegemonia de seu poder, mas também investiu gigantescamente nas propagandas veiculadas pela mídia como subterfúgio para transmitir, perante a sociedade, um simulacro de democracia, um jogo de imagens ideologicamente favorável ao Regime Militar.

Buscava-se, assim, frente à opinião pública, a construção de uma atmosfera democrática, igualitária e incluyente, de paz e esperança, enquanto que os opositores eram silenciados e coibidos em suas práticas de incentivo à liberdade de expressão. Por essa razão, em todo o desdobramento da Ditadura Militar percebemos, por parte do governo, um estímulo constante voltado para o conformismo e para a passividade perante a realidade social e econômica que envolvia os cidadãos.

Nessa discussão, vale a pena retomar Althusser (1974, p. 55-56), retomando Marx em sua famosa tese acerca da Ideologia e dos Aparelhos Ideológicos e Repressores do Estado (AIE-ARE) quando enuncia e defende que:

O papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise *relações de exploração*. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio [...] mas também e, sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Conduzidos pelos argumentos elencados por Althusser (1974), compreendemos que a forte acentuação da repressão política e da barbárie representam as características mais marcantes do governo Médici em defesa do poder e da dominação. O aparelho ideológico repressivo do Regime Militar, na era Médici, era, assim, responsável por resguardar a hegemonia da ideologia dominante sob a égide da violência e contava, para isso, com a atuação efetiva dos Destacamentos de Operações de Informação (DOIs) e os Centros de Operações de

Defesa Interna (CODIs). Suas sedes eram localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo com outras células difundidas pelo país.

Sobre a criação dos DOIs, Gaspari (2002, p. 178) acrescenta que:

Seria muita ingenuidade acreditar que os generais Emilio Médici e Orlando Geisel criaram os DOIs (destacamentos de operações de informações) sem terem percebido que a sigla se confundia com a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *doer*. Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar.

Um dos objetivos centrais do DOI-CODI¹² era combater a luta armada no Brasil, bem como os chamados “inimigos ideológicos” do Regime militar, além de ser responsável por buscar, apreender, torturar e interrogar suspeitos. Para Médici, a repressão, enquanto forma de violência, era necessária para manterem-se intocáveis os pilares que sustentavam a sociedade representada pela elite dominante, e ele não economizou esforços para pô-la em prática.

Sobre as torturas nesses órgãos dos quartéis, Skidmore (2003, p. 246) descreve que:

As forças de segurança interrogavam todos os suspeitos da guerrilha com os métodos que eram normais para criminosos comuns, mas não praticados com a elite. Um deles era o pau-de-arara, em que a vítima era pendurada nua numa vara horizontal e submetida a espancamento e choques elétricos. Um outro consistia em submergir a vítima em água suja e disparar uma arma bem sobre sua cabeça quando o corpo vinha à tona. Para casos particularmente difíceis, isto é, quando a confissão ou a prova incriminadora não estava próxima, a eletricidade era aplicada nos órgãos genitais, ouvidos e outros orifícios do corpo.

Esses órgãos repressores, arquitetonicamente insaturados pela lógica da violência repressiva do Regime, foram responsáveis pelo maior número de desaparecidos, na história da ditadura, de presos políticos e serviam como cativo, câmara de interrogatório, tortura e execução. Quando questionados pelos métodos severos e brutais nos interrogatórios, o comando militar (os mandantes) negava categoricamente os excessos cometidos por parte dos interrogadores (torturadores).

¹² O DOI-CODI também era chamado “carinhosamente”, pelos militares, de “A Casa da Vovó”. Esse também é o título do livro lançado recentemente por Marcelo Godoy (12/12/2014).

A propósito das torturas, Marcelo Paixão de Araújo (1998 *apud* GASPARI, 2002, p. 185), tenente e torturador do 12º RI de Belo Horizonte de 1968 a 1971, rememora e descreve minuciosamente o método cruel aplicado numa entrevista concedida à revista *Veja* em 09 de Dezembro de 1998:

A primeira coisa era jogar o sujeito no meio de uma sala, tirar a roupa dele e começar a gritar para ele entregar o ponto (lugar marcado para encontros), os militantes do grupo. Era o primeiro estágio. Se ele resistisse, tinha um segundo estágio, que era, vamos dizer assim, mais porrada. Um dava tapa na cara. Outro, soco na boca do estômago. Um terceiro, soco no rim. Tudo para ver se ele falava. Se não falava, tinha dois caminhos. Dependia muito de quem aplicava a tortura. Eu gostava muito de aplicar a palmatória. É muito doloroso, mas faz o sujeito falar. Eu era muito bom na palmatória. [...] Você manda o sujeito abrir a mão. O pior é que, de tão desmoralizado, ele abre. Aí se aplicam dez, quinze bolos na mão dele com força. A mão fica roxa. Ele fala. A etapa seguinte era o famoso telefone das Forças Armadas. [...] É uma corrente de baixa amperagem e alta voltagem. [...] Não tem perigo de fazer mal. Eu gostava muito de ligar nas duas pontas dos dedos. Pode ligar numa mão e na orelha, mas sempre do mesmo lado do corpo. O sujeito fica arrasado. O que não se pode fazer é deixar a corrente passar pelo coração. Aí mata. [...] O último estágio em que cheguei foi o pau-de-arara com choque. Isso era para o queixo-duro, o cara que não abria nas etapas anteriores. Mas pau-de-arara é um negócio meio complicado. [...] O pau-de-arara não é vantagem. Primeiro, porque deixa marca. Depois, porque é trabalhoso. Tem de montar a estrutura. Em terceiro, é necessário tomar conta do indivíduo porque ele pode passar mal.

Durante todo período do Regime Militar (1964-1984), oitenta por cento (80%) dos casos de desaparecimentos constatados ocorreram no governo Médici! Os movimentos sociais foram fortemente reprimidos, seus líderes foram presos, torturados, assassinados ou expulsos do país. Os sindicatos foram invadidos, fechados e as intervenções militares trataram de obliterar os focos de resistência.

A imagem de “tranquilidade” política e econômica era sustentada pela vigência do AI-nº 5, utilizado para eliminar e silenciar “legalmente” os opositores por meio da repressão e da censura. Ademais, o país gozava do “Milagre Econômico”, que mostrava à sociedade que o sonho idealizado e tão exaltado pelos militares de um país com um futuro de fato promissor enfim tinha sido alcançado. O efeito simbólico de naturalidade é uma dos mecanismos mais repressores e cruéis apresentado pelo movimento militar para constituir e sustentar a ditadura.

Tudo isso externava, ainda que implicitamente, a face ideológica repressora e autoritária do Regime militar: um projeto excludente no que concerne à economia e

extremamente autoritário no âmbito da política que relegava e conduzia à subalternidade e à clandestinidade os brasileiros que foram condenados e sentenciados, sem direito a voz, a ficar para trás na marcha pelo progresso do Brasil e com uma ferida causada pelo silêncio/silenciamento que não cicatrizaria completamente jamais.

Em suma, muitos foram os que lutaram, resistiram até o fim e morreram sem conhecer a Constituição de 1988, onde o direito a liberdade de expressão passou a ser “assegurado” e “legitimado”, mas já lutavam com todas as suas forças para que o sonho de liberdade e democracia fosse enfim concretizado. Também não conheceram os movimentos contra a tortura (Tortura Nunca Mais) que sustentam uma bandeira em favor dos direitos humanos, resgatando a memória histórica das lutas políticas e sociais no período da Ditadura Militar, contribuindo, dessa maneira, para a promoção dos direitos humanos e a manutenção do Estado democrático. Nem tampouco chegaram a conhecer a Comissão Nacional da Verdade¹³ (CNV), promulgada pela Lei 12.528/2011 e sancionada em 18 de Novembro de 2011. A CNV foi instituída oficialmente em 16 de Maio de 2012 e é responsável por investigar e apurar as violações dos direitos humanos ocorridas durante o Regime Militar.

Nossa Constituição nasce, assim, há 26 anos, marcada pelo grito de sofrimento abafado que jamais foi ouvido e pelo sangue de heróis e heroínas que travaram uma luta incansável em busca do sonho de liberdade e que perseguiram o direito humano de existir. Homens e Mulheres, exemplos de uma tomada de consciência e resistência inigualáveis, modelos a ser seguidos, símbolos da luta e da resistência de um segmento social que não aceitou o cárcere e lutou bravamente em nome do ideal de liberdade e que ousaram assumir a postura de sujeitos do discurso da resistência.

Caracterizada como a “Era de Chumbo”, a ditadura Médici faz jus metaforicamente ao metal que representa, carregando para as profundezas

¹³ A Comissão Nacional da Verdade foi instaurada após o Brasil ter sido condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (2010). O objetivo central da CNV é apurar os casos de violação contra os direitos humanos praticados durante a ditadura militar e concretizar a Justiça de Transição no Brasil. Em 2014, após dois anos e sete meses de intensa atividade, a CNV, vinculada ao Ministério da Justiça, entregou à Presidente da República Dilma Rousseff e à sociedade brasileira o relatório final sobre as investigações das torturas, mortes e desaparecidos políticos que violaram os direitos humanos na época da ditadura militar. O relatório contém mais de duas mil páginas e está organizado em três volumes. Simbolicamente e não por acaso, o relatório foi entregue no dia 10/12/2014, Dia Mundial dos Direitos Humanos. O relatório está disponível na íntegra no *site* da CNV: www.cnv.gov.br. O relatório representa um alento e um grande passo dado na busca pela verdade, pelo direito à memória e à justiça.

movediças do esquecimento e para o reino do silêncio a memória turva e fúnebre de um passado marcado pela dor da violência física e simbólica que impregnou a história da ditadura nacional e ainda que muitos queiram e insistam em esquecer-la, silenciá-la ou apagá-la, ela permanece indelével e latente até hoje, denunciando um passado de violência e repressão camuflados que se delineiam ao longo da história oficial e ainda sangra na memória de nossa nação.

3.2. ANÁLISE DO CORPUS

Nesta seção, a discussão segue metodologicamente a seguinte ordenação, por meio do movimento de análise: a partir dos quatro arquivos que constituem o quadro analítico mais amplo (*corpus empírico*), composto pelo domínio discursivo do sujeito-enunciador Médici: “**O Jogo da Verdade**” (07/10/1969 – discurso proferido para justificar a indicação de Médici à presidência), “**Mundo sem Fronteiras**” (30/10/1969 – discurso de posse do Presidente), “**A Verdadeira Paz**” (01/05/1970 – discurso de abertura das comemorações do dia do trabalhador) e “**O Grande Ato**” (21/04/1972 – discurso proferido em cadeia nacional na abertura da solenidade do sesquicentenário da Independência). A partir desse campo discursivo de referência procedemos ao recorte de sequências discursivas (SD – *corpus discursivo*), que utilizamos para mobilizar analiticamente as categorias teóricas que foram recortadas do campo da AD em resposta ao que se configura no *corpus*.

Na constituição do *corpus* percebemos a presença de duas *formações discursivas* antagônicas que constituem e regulam o modo de dizer do presidente: descrevemos a primeira FD como dominante no discurso político-militar enunciado por Médici à medida que se caracteriza como autoritária por determinações das Forças Armadas enquanto Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado que institucionalizava a ditadura naquelas condições históricas; e, em segundo lugar, uma FD comunista caracterizada e descrita como contrária e subversiva em relação à FD militar. Essas duas FDs operam em um espaço de contradição e tensão, ao mesmo tempo em que são atravessadas por outros saberes, de natureza interdiscursiva, que reverberam em outros discursos socialmente legitimados: os saberes da democracia e da religião, por exemplo.

Diante da natureza e (re)ocorrência de certas “regularidades” nos recortes em relação à forma como o Outro se constitui no discurso presidencial e como se produz o efeito de silenciamento do Outro, o direcionamento analítico segue principalmente a seguinte discussão teórica:

- O jogo ideológico, posto em prática por meio de FDs antagônicas, na constituição e **projeção da imagem** do sujeito-presidencial através de um simulacro de presidente que enuncia em nome da democracia;
- O funcionamento discursivo da **negação**;

- As estratégias discursivas utilizadas na constituição de um “**nós político**” que ora se universaliza (indetermina) jogando para o discurso outro a responsabilidade pela ação do Regime Militar, ora se individualiza (determina) através de um efeito ideológico que intensifica a repressão e a violência contra o outro;
- O **comunismo imaginário** e sua constituição a partir do discurso **sobre** o Outro;
- Os **esquecimentos** que afetam a identidade do sujeito presidencial;
- As operações discursivas que se utilizam do **silêncio** e da política de **silenciamento** de sentidos e dos sujeitos através da **designação** e da **apropriação** (posse) do discurso do outro para constituir ideologicamente o modo de dizer **sobre** o outro.

Perante esse cenário, para orientar o nosso gesto analítico, recorreremos principalmente às teorizações de Pêcheux (1969, 1975), Althusser (1974), Courtine (2006, 2009), Indursky (1997, 2013), Mariani (1996) e Orlandi (1992). Vejamos o que nos diz o *corpus* a partir de nosso gesto de leitura e interpretação.

Recorte 1: O Jogo da Verdade

SD-1:

*“**RECEBO a indicação** do meu nome para a Presidência da República consciente da responsabilidade excepcional dessa **missão que me foi imposta** pelo consenso das Forças Armadas e tornada irrecusável pelo confiante **acolhimento da Nação**. Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome **não** fosse cogitado. Não consegui, porém, demover meus pares, que tomaram a seu cargo a tarefa de resolver o problema sucessório, nem mesmo os três Ministros Militares **foram sensíveis ao meu apelo**”.* (MÉDICI, 1969, p. 9).

Esse discurso foi proferido por Médici no dia 07/10/1969 através da rede nacional de rádio e televisão, vinte e dois dias antes de sua posse efetiva. Neste pronunciamento, Médici se dirige a sociedade para justificar a suposta “indicação” de seu nome para presidir o país através das Forças Armadas.

A partir desse pronunciamento, fizemos o recorte de quatro sequências discursivas (**SD1, SD2, SD3, SD4**) que analisamos a seguir. Em todas essas

sequências encontramos um movimento discursivo similar: o jogo com o **comunismo imaginário** através da designação e da apropriação do discurso do Outro e os respectivos efeitos que produzem.

Conforme sabemos, a Análise do Discurso postula que o contexto sócio-histórico e as condições em que os discursos são produzidos tornam-se imprescindíveis para a constituição e circulação dos sentidos dos discursos.

Diante disso, seguindo de perto o pensamento de Pêcheux (1969) e Althusser (1974), compreendemos que, nesta sequência, o discurso político-militar é um discurso de aparelho por excelência, ou seja, um discurso institucional(izado) e de controle que opera no espaço de tensão por meio do jogo da luta e interesse de classes através da ideologia e da repressão.

A partir dessa orientação, analisemos inicialmente o título desse recorte. Vemos que esse título representa a promessa, feita por Médici, de se jogar um “jogo da verdade” que, dada à conjuntura histórica da ditadura, não passou de um grande jogo com cartas marcadas que tinha o propósito unicamente de silenciar as vozes dos que eram contrários à chamada “Revolução”, defendida a ferro e fogo pelos militares.

Destacamos, ainda, nesse recorte, a relação existente entre a formação imaginária que o sujeito-presidente sustenta e busca projetar sobre a imagem que as pessoas construíam historicamente de um presidente realmente democrata que defende um discurso fortemente preocupado com a verdade, a igualdade e a fraternidade entre os povos, à medida que convoca a “todos” para jogar com a verdade.

Assim, podemos entender que Médici ao dizer “jogo da verdade”, sentidos silenciados podem surgir a partir do dito uma vez que – em nossa leitura – esse jogo pode também representar, por meio de um efeito metafórico, “o jogo da mentira”, o que logo nos sugere que o discurso de Médici é atravessado simultaneamente pela opacidade e pelo efeito de transparência de seu dizer, ou seja, percebemos no discurso de Médici um sujeito fortemente afetado pelo **esquecimento nº 1**, tal como proposto por Pêcheux (1975).

É um discurso com um efeito transparente porque o sujeito-presidencial tem a ilusão de que está determinando o que é, de fato, a “verdade” para desconstruir a mentira perante a sociedade; e opaco porque também pode nos direcionar para outro sentido, proibido, para outra verdade: o jogo da mentira jogado pelos militares.

Dito de outra forma, compreendemos que se há o intuito de se jogar com a “verdade” é porque, para Médici, na sociedade jogava-se um suposto jogo de “mentiras” que, por sua vez, subvertia a “verdade” no cenário político do Brasil. Por outro lado, já que com a “Revolução” de 1964 os militares pretendiam instalar a “verdadeira” democracia no Brasil há, no discurso de Médici, um jogo ideológico porque entendemos que na democracia não pode haver espaço para a mentira e, por isso, deve-se jogar com a verdade.

Neste recorte, podemos observar também um discurso de “entrega” de um homem que se sujeita em favor de um bem maior e que abraça uma causa para acabar com as “mentiras” que supostamente assolavam o Brasil.

Diante disso, em primeiro plano, por meio das condições de produção sócio-históricas do discurso militar, podemos atestar que essa “possível” indicação do nome de Médici (“**RECEBO a indicação...**”) para a sucessão presidencial não se configurou, em nenhum momento, como um ato de **imposição**, por parte das Forças Armadas, para que Médici chegasse à Presidência, ocasionando uma espécie de sujeição a um “sacrifício” sem possibilidades de escolhas, sustentando, dessa forma, a imagem de um herói que parte para a guerra e que, mesmo podendo evitá-la, não o faz em nome do patriotismo.

Podemos perceber que o tom no discurso de Médici representa o discurso de um presidente que se sente “injustiçado” frente à missão que lhe é “imposta”, mas que aceita a “imposição” como novilho que vai para o abate. Seguindo a tradição discursiva dos presidentes militares antecessores (e depois os sucessores) a Médici, todos os militares sustentavam (contraditoriamente) com veemência o mesmo discurso: que chegaram à presidência sem jamais terem desejado o cargo.

Ademais, os registros históricos apontam que com uma voz forte, punho de ferro (leia-se, chumbo) e vocação para a coerção e a truculência, Médici presidiu o país por meio da política do silenciamento e paulatinamente não poupou esforços para pôr seu plano em prática.

É relevante que não esqueçamos que Médici era membro efetivo da chamada cúpula de “linha dura” e comungava abertamente com a ideologia de “chumbo” do grupo. Por isso, não nos assusta saber que Médici foi o primeiro a aprovar o AI-nº5 e que fez cumprir, a qualquer preço, em seu mandato, todos os atos advindos do Ato Institucional.

Um segundo aspecto silenciado no discurso de Médici é justamente em relação à sua nomeação “popular” através do suposto “**acolhimento da Nação**”, silenciamento evidenciado porque a população não tinha nenhuma participação direta ou indireta na indicação de possíveis nomes para a presidência do país (Nação), a participação popular, representada pelos setores mais radicais e movimentos populares (**as minorias políticas**), era completamente excluída das decisões políticas (não só) tomadas por parte dos militares e a voz do cidadão era fortemente silenciada. O espírito nacionalista e o acolhimento se instauram ideologicamente no discurso de Médici para legitimar, através de um efeito de naturalidade, a própria truculência da ditadura perante o povo.

Essa relação pode, ainda, ser observada por meio de operações sintático-semânticas no eixo do enunciado que, nesse recorte, identificamos por meio do funcionamento discursivo da **negação**, como uma das marcas da heterogeneidade discursiva e do efeito metafórico.

Nesse sentido, Indursky (1997) estabelece que esse princípio da negação determina os limites fronteiriços estabelecidos entre os discursos contrários ideologicamente, ou seja, que se instauram pelo viés de FDs antagônicas produzindo efeitos de sentido diferentes por determinação do antagonismo de tais FDs. Dessa forma, temos a presença de dois discursos que, do ponto de vista da constituição e do funcionamento, se opõem, porque estão filiados a duas formações ideológicas distintas na disputa pela hegemonia dos sentidos. Nessa direção, Indursky instaura três formas de determinações discursivas por meio das negativas:

[...] A **negação externa**, que incide sobre o que *não pode* ser dito de FD1; a **negação interna**, que incide sobre o que pode, mas não convém ser dito neste domínio de saber e a **negação mista**, que mobiliza as duas modalidades anteriores numa única operação de negação. (INDURSKY, 1997, p. 215, grifos da autora).

Nesse recorte, especificamente, o funcionamento discursivo da negação **mista** é localizável no enunciado que reproduzimos a seguir:

*“Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome **não** fosse cogitado.”*

Indursky (1997) sustenta que para percebermos o funcionamento e os respectivos efeitos de heterogeneidade da negação, é necessário transformar

metodologicamente a negação em afirmação ou, em nosso caso, suprimi-la porque acreditamos que as relações sustentadas por FDs antagônicas pressupõem uma lógica diversa ancorada na diferença, isto é, a lógica da equivalência. No caso desse enunciado, afirmação e negação são faces constitutivas da mesma moeda porque para negar é necessário que se reconheça antes a presença latente da afirmação como seu avesso, jogando para fora, para o discurso outro, a responsabilidade pelo que é enunciável.

Assim, desconstruindo a superfície discursiva, transformamos a negação em afirmação através do processo metodológico da deriva, bem como por meio de um ordenamento parafrástico que se constitui a partir da seguinte construção:

*“Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome **[não]** fosse cogitado.”*

Na segunda construção, por meio da supressão do elemento de negação, verificamos um ponto de deriva ou deslizamento de sentido no discurso. Esse deslizamento aponta para outro discurso (sentido) que não seria “conveniente” ser proferido por Médici porque produz um efeito de sentido contrário nas circunstâncias históricas em que estava inserido, logo deve ser silenciado (neutralizado) por meio da operação discursiva e efeito da negação. Dito de outra forma, o discurso de Médici é fortemente determinado através da contingência requerida pelas condições de produção daquele momento histórico: a Ditadura Militar.

Neste caso, a realidade histórica, através da negação externa, reverbera um sentido outro intrincado no discurso do enunciador. Assim, o funcionamento discursivo da negação demarca aquilo que não pode ser dito, que não pode ser formulável por determinações ideológicas.

Em outras palavras, o discurso de Médici apresenta, em primeira instância, uma vinculação político-ideológica à FD de um discurso autoritário (militar) que regula o seu dizer e se apropria também ideologicamente do discurso do outro (da democracia, por exemplo) para constituir o seu dizer a partir do outro e sobre o outro, deixando transparecer que um é o avesso do outro e, por sua vez, impõe imaginariamente deslocamentos na posição-sujeito para que o sujeito possa enunciar ora da posição-sujeito autoritário, ora da posição-sujeito inscrita numa FD democrática com seu discurso de salvação da pátria, o que também nos indica a

partir da heterogeneidade inerente à própria FD, que há fraturas na própria FD militar tida como dominante no *corpus*.

Sendo assim, podemos sustentar que nessa SD há uma FD que constitui um discurso “legitimado” e regulado pelo *Aparelho Repressivo do Estado (FD1- militar)*. Essa FD é heterogênea porque é atravessada por saberes de outras FDs que também constituem outros discursos legitimados pela sociedade ocidental.

Podemos perceber, na configuração do discurso militar, nesse recorte, um jogo ideológico de imagens, tal como proposto por Pêcheux (1969), ou, por assim dizer, um simulacro de representações imaginárias que é posto em jogo no discurso de Médici para enfatizar os seus “atos democráticos” e tangenciar (silenciar) os atos advindos da repressão político-ideológica.

É relevante reforçar que, nesse jogo de espelhos, a imagem que deve sempre ser projetada para o interlocutor é a imagem de um presidente acolhido e eleito pelo “povo”. Construindo, assim, uma imagem de presidente sensível aos problemas e apelos do povo. Por isso, temos a projeção de um discurso pautado por meio da ordem, do bem comum e, sobretudo, da democracia mascarada no discurso de Médici. Assim, quanto mais o discurso de Médici se aproxima do “discurso da democracia”, apropriando-se do discurso do Outro, mais Médici se contradiz e se torna mais ditador.

A construção de um simulacro de imagem de presidente fantasiado de democrata está fortemente presente no domínio discursivo em que opera o discurso de Médici, à medida que convoca a voz legitimada e instaurada pelo discurso da democracia através de um mecanismo de antecipação que determina o que “o outro vai pensar” (PÊCHEUX, 2010, p. 76).

Assim, falando do espaço interdiscursivo da democracia, tornamo-nos igualmente “democratas” perante os nossos interlocutores porque nossos discursos reverberam saberes próprios da FD que constituem tal discurso, ou seja, a legitimidade de um discurso é, portanto, determinada pela posição social da instância militar ocupada pelo sujeito. No caso de Médici, o posto de Presidente da República. Nesse sentido, para Indursky (1997, p. 56):

Esta imagem representa o desejo de ir ao encontro do imaginário de boa parte da opinião pública para a qual o presidente deve ser um democrata. Esses procedimentos indicam a busca de autenticidade para o regime. Sendo o presidente democrata, o poder é legítimo

porque exercido com base nas instituições democráticas e emanado da vontade do povo.

Concordando com Indursky, a imagem de um suposto presidente democrata se projeta no discurso de Médici na tentativa de assegurar o poder, legitimar o poder e justificar qualquer decisão que fosse tomada em nome de valores caros à sociedade como a ordem e a democracia. Por isso, queremos enfatizar mais uma vez, nesse recorte, o caráter lacunar e heterogêneo da FD em que o sujeito-enunciador se inscreve e que regula ideologicamente o discurso de Médici.

Dessa forma, conforme Pêcheux (1975), o caráter heterogêneo de uma FD pode ser atestado por meio da mobilização, ou seja, da presença e do acionamento do interdiscurso que se faz presente de maneira latente em todo e qualquer discurso através de uma dada FD dominante.

Dito de outra forma, quando sustentamos que o discurso político-militar enunciado por Médici é constituído por uma FD autoritária atravessada por saberes de uma suposta “FD democrata”, é porque estamos considerando, primeiramente, o caráter da diferença/contradição que as atravessa e que lhes são inerentes constituindo um espaço de heterogeneidade através dos furos que, por sua vez, promove deslocamentos na posição-sujeito, uma vez que se tais FDs não fossem diferentes elas não poderiam compartilhar o princípio de equivalência, do contrário, elas seriam simplesmente idênticas e é justamente essa aparente homogeneidade (igualdade) entre FDs, *o primado do outro sobre o mesmo*, tal como pensado por Pêcheux (1983), que produz uma ruptura.

Em suma, as FDs postas em jogo no discurso de Médici são atravessadas ao mesmo tempo pela relação de equivalência porque são justamente diferentes/antagônicas, ou seja, a “estratégia da diferença sob a unidade” (PÊCHEUX, 1982, p. 11) e, em determinados contextos históricos (neste caso o da ditadura), resultam das relações de força entre FDs em concorrência num mesmo espaço interdiscursivo, além de poderem aparecer imbricadas uma na outra por meio de determinações ideológicas e políticas.

Vejamos o que nos diz ainda o recorte a seguir.

SD-2:

*“O meu Governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em todas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida, vivendo **sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade,** exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorre. Desse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar **definitivamente instaurada a democracia em nosso país** e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. **Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva** que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais. [...] **Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula**”.* (MÉDICI, 1969, p.10-11).

Analisando esse segundo recorte, também percebemos que ele se pauta na arbitrariedade de um regime que se sustenta através de um discurso autoritário que se contrapõe a um regime instalado pela democracia. O tom de promessa, típico dos discursos políticos e religiosos, é marcadamente perceptível.

Destacamos ainda que Médici, em seu mandato, nunca esteve preocupado com os interesses do povo e a relação existente entre **dominador x dominado** sempre esteve explícita em seus discursos. Os seus interesses políticos contemplavam apenas o grupo minoritário do alto escalão das Forças Armadas.

Conforme analisamos também na SD-1, nessa sequência podemos ter o mesmo mecanismo de funcionamento das negativas: *“[...] **pretendo negar essa realidade [...] voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula**”*. Através do funcionamento da negação discursiva, podemos antever um discurso que interpela como subversivos aqueles que são contrários ao autoritarismo e que serviram como manobra de silenciamento de sua voz, de seus direitos, ou seja, na cena discursiva de Médici, o outro é inexoravelmente rechaçado através da violência físico-simbólica durante a ditadura.

Por isso, nesse recorte, percebemos novamente o antagonismo entre a FD militar e a apropriação dos saberes que constituem uma FD atravessada pela democracia. Ora, como Médici, enquanto sujeito enunciador pode sustentar um discurso expressamente contrário à ideologia da repressão militar, ou seja, um discurso que “jamais subjugaria a vontade popular”, quando esse mesmo sujeito tinha aprovado com veemência o AI-nº5 e que, por sua vez, estava justamente vinculado à ideologia dominante que centralizava todo o poder na cúpula dos militares, subjugava e cassava os direitos políticos e civis do povo? A AD nos fornece uma resposta possível para esse questionamento e mais uma vez somos caudatários da concepção do desdobramento das posições-sujeito sustentadas no discurso.

Nesse sentido, conforme lemos em Pêcheux (1997), é somente por meio de deslocamentos realizados na posição-sujeito que podemos contemplar a heterogeneidade das FDs, do discurso e, conseqüentemente, da própria identidade da *forma-sujeito* do discurso. É justamente nesse deslocamento discursivo de posições-sujeito, realizado por meio de determinações históricas e ideológicas, que o sujeito é autorizado a enunciar um discurso e assumir uma posição no discurso, mesmo que esta seja atravessada por FDs antagônicas.

Diante disso, sustentamos que não podemos pensar em regularidade absoluta, no discurso político-militar sustentado por Médici, porque os sentidos que são convocados por FDs contraditórias se estilhaçam na superfície discursiva à medida que o discurso se inscreve na história e esbarra no acionamento da memória.

Se considerarmos as condições sócio-históricas da ditadura, perceberemos que a efetivação da tão sonhada democracia no Brasil não passa de uma mera ilusão no discurso de Médici. Vejamos, por exemplo, que historicamente a tirania militar ainda persistiu nos mandatos dos respectivos sucessores de Médici: Geisel e Figueiredo, ainda que moderadamente.

O discurso “progressista” sustentado pelo grande desenvolvimento e o repentino “milagre econômico” do Brasil, na era Médici, não passaram de pano de fundo para manter a ideologia dominante que opera no discurso militar, sustentado pelo sintagma do “Tudo vai bem no Brasil”, à medida que se acentuavam os arrochos salariais, aumentavam o abismo da desigualdade social, justificavam-se e

intensificavam-se as torturas nos quartéis, além da disseminação de uma forte epidemia de silenciamento no país.

O espaço coletivo, ou melhor, “**os atos de vontade coletiva**” são invocados por Médici para corporificar e responsabilizar o povo pelas pressões políticas no país, esbarrando numa espécie de silenciamento de sentidos indesejados que possivelmente irromperiam sobre o Regime Militar exercendo, por sua vez, forte pressão também sobre o Presidente da República.

A convocação universal de “**todos**” para concretizar a tão sonhada democracia novamente era apenas uma estratégia para projetar uma imagem de presidente democrático perante a nação, até porque a democracia não pode, de fato, ser constituída pela vontade individual, mas a partir de um esforço verdadeiramente da vontade coletiva em que a voz de todos seja ouvida e se faça realmente presente nesse processo.

Ora, como um presidente militar pode almejar instalar a democracia no país, no final do seu mandato, quando o seu governo está ancorado sob a égide da repressão que, por conseguinte, nega veementemente à sociedade o princípio basilar na consolidação da democracia: a liberdade? Percebemos que a construção de uma representação discursiva do sujeito do discurso, como porta-voz da democracia, é realizada por meio de processos discursivos de incorporação do discurso do Outro e, conseqüentemente, uma espécie de identificação – como diria Pêcheux (1997) – que instalam imaginariamente o sujeito do discurso dentro de uma FD “genuinamente” democrática.

Só podemos compreender esse processo através das negociações discursivas realizadas no jogo das FDs que impõem deslocamentos na posição-sujeito determinando o seu discurso. Movimento similar, também encontramos no recorte a seguir através do funcionamento discursivo do “**nós político**”.

SD-3:

“Vamos dar efetividade a esses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores, os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro. Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem”. (MÉDICI, 1969, p. 12-13).

Neste recorte, invocamos inicialmente, a discussão proposta por Indursky (1997) acerca do “**NÓS**” político. Segundo a autora:

“[...] **nós** designa conjuntos lexicalmente não nomeados, nós o entendemos como uma *não-pessoa discursiva*. Ou seja, na *interlocução discursiva*, a *não-pessoa discursiva* corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual eu se associa para constituir **nós**.” (INDURSKY, 1997, p.66-67, grifos da autora.).

Nessa direção, na SD3, a *não-pessoa discursiva* é invocada pelo grupo lexical representado por: [nós] “*vamos dar efetividade... [nós] iremos ouvir... sobre o **nosso** País, os **nostros** problemas, os **nostros** interesses e o **nosso** destino.*” Nestes casos, percebemos que o enunciador-presidente busca se isentar da responsabilidade, por meio do “nós” enunciativo da *não-pessoa discursiva*, de implicações que possam surgir ideologicamente através da sustentação do seu discurso, à medida que o sujeito-enunciador invoca a instância social em que ele está inserido e a partir dela enuncia para legitimar e autorizar o seu discurso, a sua voz.

No entanto, também observamos processos discursivos de diferenciação, que permitem ao sujeito do discurso destacar-se dos demais sujeitos (brasileiros) que participam do referente discursivo designado pelo “**nós político**” porque aquele – o Presidente – é representado como um enunciador legitimado pelo Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado enquanto instância político-militar.

Há, também, uma deriva de sentido através do silenciamento em “**objetivos revolucionários**”. Se observarmos bem, esse enunciado aponta, por meio do

deslizamento de sentido, para o Golpe Militar de 1964. A partir de então, o Golpe passou a ser sinônimo de uma suposta “Revolução Democrática”, porque esta última não poderia estar associada à ditadura, logo ao Golpe. Por isso mesmo, os militares passaram a utilizar a insígnia de “revolucionários” e a base política de esquerda, por sua vez, passou a sustentar, por meio da imposição ideológica e projeção no jogo de imagens favorável aos militares, o emblema de “contrarrevolucionários” perante a sociedade civil.

Dessa forma, Médici, enquanto porta-voz autorizado invoca o Regime Militar, “os revolucionários”, o Exército (**ELES + EU = NÓS político-militar** e dirige-se a **vocês/eles = brasileiros**) e em nome de suas ideologias enuncia para justificar, através da “legalidade constitucional”, os efeitos de evidência dos atos de um sujeito (presidente) extremamente autoritário que recorre linguisticamente à impessoalidade gramatical deslocando a enunciação para o terreno da universalidade que, por sua vez, representa um simulacro de verdades universais inquestionáveis, ou seja, seguindo a reflexão de Pêcheux (1997), desdobrando ideologicamente o contradiscurso do *mau sujeito* no discurso do *sujeito universal* que está ancorado na FD militar dominante e aí ficando “resguardado”.

Destacamos mais uma vez que, nesta sequência, que o jogo de imagens é um ingrediente constitutivo do discurso de Médici, pois durante a ditadura o diálogo travado entre Médici e a população não existia, onde a voz do povo não era nem poderia jamais ser ouvida, desvelando o caráter puramente demagógico no discurso do presidente no que concerne à realização “da vontade do povo”.

Na realidade, o objetivo principal de seu governo era perpetuar um projeto antidemocrático de centralização do poder no âmago dos círculos militares que se instituíam como um grupo cada vez mais coeso, fortalecido e extremamente fechado aos interesses do povo, determinando, para isso, a segregação político-econômica entre militares e civis, o que – em nossa visão – põe por terra um projeto de governo que supostamente – conforme podemos perceber no recorte – estaria pautado numa postura democrática ou de redemocratização do país através da força da vontade conciliatória e coletiva.

O espírito de um suposto presidente “democrata” preocupado com a integração de todas as classes na sociedade e extremamente sensível aos seus apelos se intensifica através do quantificador universal em “**todo** o povo brasileiro”.

No entanto, os atos presidenciais põem por terra a bandeira levantada em nome do “bem comum” e “felicidade geral” da nação, porque um país democrático não se constrói com discursos vazios acerca da prosperidade, igualdade e, muito menos, com um movimento político totalitário. O “**todos**” aqui se individualiza, por meio de um efeito ideológico, uma vez que se apropria de um discurso aparentemente preocupado com um **nós**, mas que silencia o outro nas condições de produção da ditadura. O espaço plural se constitui, assim, como um simulacro de **todos nós** que se legitima através de saberes oriundos de discursos instaurados pela força da democracia.

Sendo assim, uma nação governada por um regime de fato democrático tende a uma conseqüente democratização dos espaços onde o discurso político circula o que – em nossa leitura – não ocorreu no espaço de circulação do discurso de Médici. Novamente, a imagem de um presidente “conciliador” não passa de um simulacro daquilo que o povo realmente queria enxergar diante do espelho através de uma falsa política de mão estendida que dava com uma mão e tirava com a outra e que nunca seria estendida a todos.

Porém, para que o discurso de Médici se constituísse, de fato, um discurso legitimado pelo povo, ou seja, para que Médici fosse considerado o seu porta-voz legítimo e de direito se jogava um constante jogo imaginário de posições para que se pudessem projetar determinadas imagens em situações desejadas pelo Regime Militar. É relevante salientar que o ato de legitimar um discurso por meio de uma instituição ou por alguém implica fazer necessariamente um deslocamento para o terreno da ordem do simbólico.

Mais uma vez, o “esforço” de Médici em resgatar um diálogo entre o discurso militar-autoritário e o discurso democrático não passou de um discurso constituído por meio de promessas vazias que jamais seriam e nem poderiam, naquelas condições de produção sócio-históricas, ser concretizadas.

Outro aspecto que queremos enfatizar na análise da SD3 é a forte alusão no discurso de Médici a uma FD antagônica ao discurso político-militar e que denominamos aqui – em nosso gesto analítico – de “FD comunista”. Diante do que temos analisado até agora, enfatizamos que o embate entre a FD militar e a “FD comunista” foi responsável no contexto histórico-ideológico da ditadura – em grande medida – pela separação do “joio do trigo”, ou seja, pela instauração dos dois principais blocos de força política da ditadura: os chamados “revolucionários”, os

militares da extrema direita; e os supostos “comunistas” denominados de “contrarrevolucionários”, e representantes da extrema esquerda.

É neste último grupo que encontramos os principais focos de resistência perante a devastação ideológica do discurso político-militar e que tiveram, na mesma proporção, as vozes silenciadas.

Para Médici, os **comunistas imaginários** – na acepção proposta por Mariani (1996) – supostamente lutavam para disseminar e propagar o pensamento político-ideológico preconizado por Marx e Lênin também no Brasil, e, por isso, seus seguidores deveriam ser expurgados.

Diante disso, o discurso de oposição à ditadura é imaginariamente constituído por meio de uma “FD comunista” e, por essa razão, foi fortemente e violentamente silenciada pela força do Regime Militar, pois o suposto discurso comunista era considerado subversivo ao governo na época.

Por meio do fenômeno da denominação e representação imaginária, o discurso comunista passa a representar um lugar de memória antagônica, por assim dizer, através dos saberes dessa FD dominante (a memória aciona ideologicamente o medo em relação ao comunismo), por essa razão toda crítica e subversão ao governo-militar foram coladas, então, no mesmo espaço ocupado por essa FD (“comunista” rechaçada pela FD militar dominante) mesmo que a crítica e a subversão estivessem ancoradas nos saberes de outras FDs.

Para Mariani, a representação imaginária acerca do comunismo:

É um efeito de memória do discurso já constituído sobre o comunismo que entra na validação/consolidação desse imaginário político instituído pela prática totalitária da censura militar. Trata-se de um processo discursivo que, ao mesmo tempo, institui e silencia sentidos (MARIANI, 1996, p. 225).

Assim, a resistência, a crítica, a subversão e o comunismo eram considerados uma coisa só (como pertencentes ao mesmo domínio de memória e de saberes ancorados na FD comunista) pelo governo militar e tinham que ser silenciados. A esses sujeitos era destinado um reino de silêncio, um mundo de vozes que não eram e nem poderiam ser ouvidas. Dessa maneira, enunciar um discurso numa FD contrária à FD da Ditadura Militar implicava enunciar de um lugar não consentido (legitimado) politicamente e ideologicamente, portanto, implicava também enunciar

do lugar do “inimigo ideológico da Revolução”, do subversivo, do transgressor, do terrorista.

Dado o exposto, não é difícil perceber que a simples presença da sombra do comunismo no Brasil assustava Médici e os demais militares, que defendiam a perpetuação e concentração do poder exclusivamente no âmbito dos quartéis.

Assim, percebemos, em nossa leitura, que Médici, bem como os adeptos do Regime Militar, impõem um único movimento de direção ideológica dos sentidos que são constituídos por meio dos discursos **sobre** os comunistas/comunismo e através de um mecanismo de funcionamento da denominação/designação e associação reduzem os comunistas à categoria de “inimigos vermelhos” do verdadeiro e suposto Estado “democrático”, concebidos como portadores de uma “técnica subversiva”, cruel, requintada e que deveriam ser exterminados. Por isso, “o discurso do *outro* é apropriado enquanto o outro é apagado” (INDURSKY, 2013, p. 334).

Compreendemos, assim, que a construção do discurso **sobre** o comunismo é importante, para a análise, porque esse mecanismo representa a apropriação do discurso *outro* para constituir o seu dizer a partir do silenciamento do *outro* e representa, ao mesmo tempo, a constituição e representação imaginária do *outro* através da memória da violência. Para Mariani, a constituição do **discurso sobre** atua:

[...] na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* (‘discurso origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64, grifos da autora).

Diante disso, a emergência de conflitos entre FDs antagônicas no discurso de Médici dá vazão conseqüentemente à instauração de questões ideológicas, ou seja, instaura-se um conflito entre valores simbólicos entre a FD militar e a FD comunista. Retornando aos saberes interdiscursivos, ou seja, ao funcionamento no discurso político através do já-dito sobre o imaginário dos comunistas, percebemos que o sentido que se configura na base da referencialidade discursiva **sobre** o comunismo é fortemente negativo e põe na condição de “comunista” todos aqueles que eram

contrários ao Regime Militar e, por esse movimento dêitico-ideológico, eram considerados perigosos e todos passavam a ser tratados como “subversivos”, tornando-se, assim, suspeitos dentro da ótica do Regime Militar que incitava o medo do suposto “perigo comunista” por parte daqueles que almejavam instituir o comunismo país.

Assim, percebemos as estratégias de silenciamento utilizadas para reiterar um sentido de repulsa e aversão contra os comunistas. Por isso, neste recorte, encontramos uma rejeição ideológica explícita em relação ao comunismo, ou seja, podemos dizer que o sujeito-enunciador identifica-se plenamente com a FD militar, retomando os pré-construídos que lhes são inerentes: o autoritarismo e a exceção.

É necessário ressaltar que neste recorte, em suma, os comunistas são falados pelo sujeito do discurso militar através do funcionamento do discurso **sobre**. Neste caso, o que temos é um simulacro da fala do “comunismo” e, portanto, sua voz não se faz ouvir senão pela voz do outro, pois conforme já discutimos, na perspectiva teórica da AD, não se concebe a autonomia do sujeito em relação ao seu dizer. O mecanismo de assujeitamento torna-se mais complexo e contundente quando tomamos esse discurso enquanto um discurso sustentado pela rigidez do aparelho militar, pois nele encontra-se um locutor (sujeito) institucionalmente autorizado e responsável pela reprodução do seu discurso.

Assim, o gesto do sujeito-militar de reprodução da ideologia dos supostos comunistas no seu discurso já se encontra submetido às determinações históricas, ou seja, de forças externas, enquanto causa primeira. O que é permitido retomar sobre os comunistas, nesse recorte, é esse esvaziamento (silenciamento) da possibilidade de se falar de sua ideologia senão do ponto de vista de sua subversão contra a ordem, por exemplo.

Vemos, também, que Médici até reconhece, em seu discurso, a guerra ideológica travada mundo a fora em relação aos ideais comunistas, mas não utiliza explicitamente o termo “comunista”, “driblando” certos sentidos carregados pelo vocábulo, ou seja, na superfície discursiva percebemos que há mais um **silenciamento** – neste caso de silenciamento do outro através de sua **não nomeação** – de sentidos que não permitem ideologicamente a lexicalização do segmento “comunista” no discurso de Médici, mas o percebemos através do apagamento do mesmo. É justamente por meio do movimento de silenciamento do discurso político, neutralizando a significação política acerca dos comunistas que

vislumbramos o lugar social de onde Médici enuncia: do domínio de saber da FD autoritária do Regime Militar.

No entanto, reforçamos que a neutralização morfológica não é – em nossa perspectiva teórica – um mero fenômeno linguístico, mas um mecanismo ideológico atravessando o discurso, ou seja, aqui reconhecemos com propriedade o funcionamento no fio discursivo **do esquecimento nº 2** que afeta a identidade do sujeito-presidencial, utilizado para marcar a posição ilusória de não comprometimento do sujeito ou de ruptura em relação à “FD comunista” concebida como antagônica e que deixa, ao mesmo tempo, um espaço vazio que é ocupado pelo deslocamento de nominalização/designação a partir dos seguintes grupos sintagmáticos: “**grupos minoritários** [...] **técnica subversiva** [...] *pretendem servir a **ideologias** [...]*”, marcando, no discurso de Médici, uma posição-sujeito extremamente anticomunista, identificada a partir do momento em que o próprio sujeito toma posse do discurso do outro para enunciar do lugar discursivo ocupado por um suposto presidente democrata que compromete o seu discurso, por meio de um atravessamento ideológico, e que repercute também no deslizamento de sentidos enunciado pelo sujeito porque democracia e comunismo não poderiam ocupar o mesmo espaço.

Diante disso, observamos que nessa sequência:

[...] a saturação dos nomes empregados sofre coerções oriundas da FD pela qual é afetado o sujeito que as produz e das quais resulta a *determinação discursiva* que tem por efeito produzir *um sentido coerente com o quadro ideológico a que tais sequências estão vinculadas* (INDURSKY, 1997, p. 181, grifos da autora).

Compreendemos, ainda, que por meio dessa estratégia discursivo-ideológica, em última instância, se “[...] produz um movimento dêitico discursivo que consiste em jogar para fora do discurso militar, apontando para o discurso-outro” (INDURSKY, 2013, p. 328).

Assim, através do funcionamento discursivo dessa denominação ou designação, submetida à opacidade da língua, podemos perceber, pelo menos, dois efeitos de sentido produzidos pela substituição de uma denominação por outra, e que conferem uma dupla condição ao comunismo: primeiro, que a denominação de “comunista” recobre um espaço de violência e transgressão de valores “caros” à sociedade, como a suposta liberdade sustentada pelo discurso militar; e, em

segundo lugar, porque confere uma representação político-simbólica sempre negativa que afeta a construção imaginária da identidade do “ser comunista” deslocando-a para o terreno da criminalidade. O jogo do vai e vem do *comunismo imaginário* no discurso de Médici é fortemente marcado pela designação como estratégia discursiva no jogo das representações imaginárias sobre o Outro para desvincular (esvaziar) a *forma-sujeito* do comunista dos discursos que se constituem através da ordem e da democracia.

Desse modo, Médici Intervém ideologicamente na construção imaginária do interlocutor desse discurso porque institucionaliza os sentidos sobre o Outro. Isso fica em evidência a partir do momento em que reconhecemos que Médici enuncia de um lugar determinado socialmente, ou seja, do posto de Presidente da República legitimado e autorizado pela instância militar naquelas condições históricas. Por isso, no discurso de Médici, o comunista nunca fala, é falado por Médici. Com isso, esse falar **sobre**, produz efeitos de sentido diferentes.

Por esta razão, os termos relacionados a “grupos minoritários” e “comunistas” estabelecem efeitos de sentido ou efeitos metafóricos diferentes que migram para outros objetos simbólicos através do silenciamento de certos sentidos e provocam, por sua vez, representações imaginárias diferentes diante do povo enquanto interlocutor desse sujeito enunciador. Por isso, para Médici, os “comunistas” estavam sempre lá, mas não se podia falar deles dada a conjuntura histórico-social, logo se fala deles de outra forma: através do silenciamento, assumindo inconscientemente uma postura ideológica.

Aqui também reconhecemos a presença da face do silêncio constitutivo através de deslizamentos de sentidos onde o sujeito presidencial diz **X** (“grupos minoritários”) por não poder dizer **Y** (comunistas) nas condições históricas da Ditadura Militar. Em outras palavras, se diz “grupos minoritários” porque não se pode dizer “comunistas”, silenciando, assim, os efeitos de sentido indesejáveis através da política do silêncio – o que sinaliza que há sentidos no silêncio – principalmente nesse contexto.

Assim, o discurso de Médici, caracterizado em si por meio da FD da ditadura militar, não poderia abrigar o mesmo espaço ocupado pela FD “comunista”, tornando-as incompatíveis. Somente através de um simulacro de representações ideológicas e imaginárias poderíamos conceber um discurso militar constituído por

bases filosóficas que defendessem os interesses da “verdadeira” democracia e da classe trabalhadora sem o conflito entre as outras vozes.

Em suma, compreendemos que essa denominação, presente nesse recorte, não é nunca um movimento neutro por parte do sujeito-enunciador, mas um efeito ideológico que atravessa o discurso de Médici. Portanto, compreendemos que o mecanismo ideológico de funcionamento discursivo através do **silenciamento** de certos sentidos e de **apagamento/deslocamento** dos sujeitos tem o poder de preservar algo que significa diferente simbolicamente, mesmo que inconsciente, e que se recupera através da memória discursiva: o medo perante a possível “ameaça dos comunistas” pelo Regime Militar, por exemplo.

Do mesmo modo, o reconhecimento desse movimento de silenciamento no discurso de Médici das *outras vozes* nos faz atestar que a presença constitutiva desse **Outro** (FD comunista) está sempre aí latente, mas dados sentidos dessa presença significativa não podem ser invocados e nem circular livremente porque eles são falados do/pelo lugar discursivo ocupado pelo sujeito militar e, conseqüentemente, os sentidos são recortados e neutralizados pela FD dominante em que o discurso do aparelho militar se sustenta *determinando o que pode e deve ser dito*.

Nessa deriva de sentidos presente neste recorte, também desvelamos o *furo do real* da língua, ou seja, a hiância, a equivocidade, como proposto por Pêcheux e Gadet (2004). Na referência alusiva à “FD comunista” compreendemos, por meio do funcionamento da pressuposição, que o sujeito-enunciador tem disponível em seu repertório linguístico o vocábulo “comunista” e que pode ser acionado, mas não o faz porque é da instância do impossível, do inaceitável por meio das terminações ideológicas e políticas no cerne do embate e das relações de forças sociais no contexto da ditadura.

Ademais, por meio das condições de produção históricas em que este discurso está inserido e do acionamento da memória através de saberes do eixo interdiscursivo podemos inferir que esses termos se referem, de fato, aos comunistas. Por sua vez, para os objetivos políticos traçados pelos militares, os comunistas com suas “técnicas subversivas” e que agiam “ora por meio da violência, ora por meio da corrupção” precisavam ser silenciados porque ameaçavam o modelo de governo do Regime Militar. E é essa a imagem que se projeta no discurso de Médici: a de representação de rechaçamento do comunismo.

Em suma, é relevante destacar que, no discurso de Médici, o **comunismo imaginário** foi forçadamente deslocado do campo político-partidário para que a ideologia comunista fosse concebida como uma ameaça constante à própria constituição da identidade do espírito de “brasilidade” e “patriotismo”, termos que desfilaram exaustivamente subvertidos nas passarelas dos discursos militares.

Dito de outra forma, a utilização ou designação do comunismo imaginário, tal como pensado por Mariani (1996), por parte dos militares, e constatado por Médici nesse recorte, foi uma estratégia política e ideológica posta em prática maciçamente no jogo das representações imaginárias e chegaram até as últimas consequências deslocando o sentido do termo comunismo do âmbito político-partidário para ressignificar em um universo discursivo extremamente negativo, ou seja, um discurso enunciado do lugar imaginário de “inimigo perigoso”, subvertendo, assim, a memória e o imaginário sobre o comunismo/comunista.

Diante disso, concordamos com Mariani quando atesta que:

Se o lugar de inimigo já está previamente assinalado no imaginário social, significar o comunismo e os comunistas deste modo possibilita torná-los visíveis, singularizá-los e, assim, deixá-los isolados e sob controle, como todo inimigo deve ficar. A denominação ‘comunista’, então, passa a corresponder a sujeitos cuja identidade e modo de agir já se encontrariam previamente significados em termos sócio-históricos. (MARIANI, 1996, p. 121-122).

Por essa razão, para Médici, a justificação para a forte acentuação da violência contra o povo era a ameaça iminente da destruição, por parte dos comunistas, do espírito de “democracia” que reinava soberano e legitimado no discurso político-militar. Dessa maneira, o comunismo imaginário é sustentado através de uma suposta teoria da conspiração arquitetada pelos “comunistas” contra a nação.

Assim, constrói-se imaginariamente o lugar discursivo em que se sustenta uma “violência democrática” por oposição à “violência comunista” que, sempre evidenciada pelos militares, corresponde a mais uma forma de homogeneizar e deslocar o comunista para o lugar relegado ao inimigo, ao fora da Lei. Vejamos o que nos diz o recorte a seguir.

SD-4:

“Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência”. (MÉDICI, 1969, p. 16).

Nesta sequência, podemos perceber que o discurso de Médici é constituído e atravessado pela *língua de chumbo* que, por sua vez, constitui o discurso sustentado por um nítido aparelho repressivo do Estado e que ideologicamente também funciona por meio da violência e do silenciamento porque há sentidos que não se podem dizer.

O forte tom ameaçador e autoritário traz à memória, através do interdiscurso, as relações estabelecidas entre senhor e servo. Observe-se que, também neste recorte, a FD militar apresenta um efeito de aparente homogeneidade que se apropria e, ao mesmo tempo, esvazia o discurso do outro por determinação e legitimação do lugar ocupado pelo sujeito-enunciador do discurso presidencial. Assim, a paz e a ordem são ressignificadas a partir desse lugar, dessa posição-sujeito. A política de silenciamento se configura, neste caso, através da tomada do discurso (voz) do outro. Nessa perspectiva, uma única voz se faz ser ouvida em alto e bom som, enquanto as vozes discordantes são silenciadas.

Aqui, vemos que Médici se coloca visivelmente na posição de ditador, ainda que essa posição seja sustentada em nome da ordem e da paz. Identificamos, também, o desdobramento do discurso do *bom sujeito*, tal como proposto por Pêcheux (1997), isto é, o discurso sustentado por Médici enquanto sujeito presidente-enunciador se identifica plenamente e sem questionar os saberes impostos pela FD repressiva dominante do Regime Militar a que está filiado.

É interessante notar que enunciado: “*Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência*”, equivale ao dito popular utilizado rotineiramente do “quem semeia vento, colhe tempestade” e representa uma justificativa perante o forte apelo à violência à medida que ela se dará rigorosamente na mesma proporção contra aqueles que a sustentarem.

Na superfície linguística, observamos que a presença da primeira pessoa (sujeito desinencial) aliada a verbos no futuro do presente faz com que o sujeito-

presidente se apresente explicitamente como legitimado, isto é, institucionalmente autorizado pelo seu dizer e pelas ações de punição e violência a que se refere. A revelação da ideologia presente na FD do Presidente militar apresenta-nos Médici como aquele que tem o poder de decidir em quaisquer circunstâncias e a qualquer preço. Novamente, a paz e a ordem (FD democrática) aparecem como sinônimos de violência (FD autoritária) contra o Outro.

O imperativo categórico – “*advirto que todo aquele que tentar contra a tranquilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido*” – também é invocado para acentuar a força coercitiva e silenciadora do discurso de Médici e esbarra no lema sustentado durante a ditadura: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. A tensão é instaurada, nesse recorte, a partir das relações de poder e força que estão presentes no discurso de Médici irrompendo no nível de tensão extrema através da imposição do *silêncio local* (ORLANDI, 1992) caracterizador da forte censura, intolerância e silenciamento das *outras vozes*, tal como pensado por Indursky (2013).

Mais uma vez, a memória comunista toma forma determinada discursivamente através da associação entre a subversão e a “FD comunista” que é invocada, nessa sequência, para justificar a violência do Presidente contra a população, demarcando também o grau de distanciamento e não comprometimento de Médici perante o seu discurso, uma vez que os “comunistas” eram sempre responsabilizados por atentarem contra a ordem, “a tranquilidade pública e a segurança nacional”.

Por isso, Médici evidencia em seu discurso a submissão à violência que todos estariam inapelavelmente sujeitos se fossem contrários aos preceitos do Regime Militar, ou seja, que a mão de ferro recairia sobre todos aqueles que não comungassem com a política ideológica da ditadura e seriam utilizados como peças no jogo de tiro ao alvo pelos militares.

A suposição, por parte de Médici, de uma atitude arbitrária (suspeita) perante a ditadura, era suficiente para se atribuir automaticamente a etiqueta de comunista aos sujeitos. Essa dimensão ideológica nos permite compreender a relevância que as práticas sociais e históricas têm na vida dos sujeitos. Assim, o *comunismo imaginário* era uma configuração arquitetonicamente ideológica utilizada pelos militares e (re)produzida historicamente mundo a fora.

Esses construtos ideológicos permitem – no caso do discurso político-militar sustentado pelo sujeito-enunciador Médici – a manutenção e concentração do poder para o Presidente e a submissão perene do dominado frente ao dominador através de mecanismos de controle, ou seja, através do assujeitamento eterno do sujeito à violência militar.

Esse discurso deixa explícito, dessa forma, a força que a instituição militar impõe para realização das práticas coercitivas dos militares. Antes da era Médici, nunca os quartéis tinham se empenhado tanto para concretizar os objetivos centralizadores da política de intolerância da ditadura. O desejo de manter a “ordem” e a “paz” também é fruto, ao mesmo tempo, do desejo da truculência e da violência imposta por Médici perante a sociedade civil. Essa estratégia também se materializa no recorte a seguir.

Recorte 2: O Grande Ato

SD-5:

*“**Voltamos** o pensamento para os que, nas manifestações nativistas, nas lutas externas e fronteiriças nos movimentos precursores e nas guerras da Independência, ensinaram às sucessivas gerações que a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, **antes se conquista**, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e se preciso, **o sangue de homens como todos nós**. **Voltamos** o pensamento para os que começaram a afirmar-se como **brasileiros** na **expulsão do estrangeiro invasor** — para **os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias**. Voltamos o pensamento para todos os que, serenamente, transmutaram sofrimento e vilipêndio em sementes de emancipação, bem como para os heróis ignorados do povo, que se deram e que se dão, **no silêncio e por inteiro**, à construção deste país [...] Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro [...] com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de **fraternidade e de paz**”. (MÉDICI, 1972, p. 47-48).*

Simbolicamente, esse discurso foi proferido por Médici no dia 21/04/1972, dia de Tiradentes, fato que, por si só, já representa e configura o caráter histórico-simbólico da memória acerca do líder da Inconfidência Mineira, além de ser o discurso para a abertura das comemorações do sesquicentenário da Independência

do Brasil e transmitido também através da rede nacional de rádio e televisão. Desse discurso, recortamos a **SD5** analisada a seguir.

O título desse pronunciamento – “*O Grande Ato*” – representa uma convocação dos brasileiros para a luta iminente contra a ideologia comunista e resgata, através da memória, os grandes feitos de heróis da história nacional que lutaram pela Independência do país, *O Grande Ato*, a que Médici se refere. Por isso, todos os brasileiros, ou melhor, através de uma *determinação discursiva* apenas os *bons brasileiros* são chamados para cumprir a missão para a qual estão vocacionados: proteger a nação contra a ideologia política do “**estrangeiro invasor**” que, através de um efeito metafórico, novamente compreendemos que apresenta como referente discursivo o comunista = “**maus brasileiros**”. Portanto, era papel do Presidente convocar os brasileiros e alertar à sociedade da ameaça dos “inimigos hostis”.

Por isso, a estratégia discursiva utilizada, por Médici, de convocar a memória nacional para justificar a aversão do seu governo (dos militares) ao comunismo é fortemente denunciada em seu discurso. Ora, através da deriva de sentido, tal como pensado por Pêcheux (1969), podemos perceber que no discurso de Médici, dada a conjuntura histórica da ditadura que determina a produção de sentido em seu discurso, o termo “**estrangeiro invasor**” remete – em nossa leitura – ao **comunista**, utilizado, mais uma vez, estrategicamente para incutir o terror e a violência na sociedade brasileira através do discurso **sobre** o comunismo durante a ditadura; enquanto que, por sua vez, nas condições históricas do Brasil colonial (antes da Independência), o termo “**estrangeiro invasor**” estava associado aos **portugueses**.

Diante disso, vemos que o heroísmo foi, desde o início da colonização do Brasil, um mecanismo ideológico de legitimação dos grupos políticos hegemônicos. Assim, todos que se dizem brasileiros querem ser herdeiros das revoluções libertárias, e são convocados para continuar os seus ideais. Os seus antepassados são considerados protótipos para gerações futuras. Não obstante, as gerações futuras não podem reverenciar heróis cujas vozes foram silenciadas pela história por comungarem com a ideologia do comunismo.

Para isso, neste recorte, o sujeito-enunciador utiliza um tom grandiloquente e épico que reivindica e recorta a memória coletiva remetendo ideologicamente aos discursos sobre a luta revolucionária dos mártires (*Camarão, Henrique Dias...*) que

lutaram até a morte e que deram o seu sangue para que o ideal de liberdade (espírito de independência) fosse conquistado pelo Brasil. Diante disso, observamos um apelo forte, com a descrição heróica, que busca perpetuar uma direção de sentidos através de eventos históricos que devem ser repetidos pela ditadura e, por isso, são rememorados para fortalecer a ideologia dominante da Ditadura Militar.

Neste caso, convoca-se a memória coletiva unicamente para legitimar os interesses dos militares, ou seja, a retomada histórica, a ameaça iminente pelos invasores, são marcas utilizadas por Médici como estratégias discursivas para a produção ideológica do aparente efeito de verdade daquilo que ele enuncia.

A utilização da primeira pessoa do plural busca, mais uma vez, apresentar um discurso com uma aparente homogeneidade, sustentando que a busca pela fraternidade e pela paz é uma tarefa que cabe a todos nós (brasileiros) porque somos vocacionados, mas que isenta, em certa medida, o sujeito-enunciador. Neste caso, há um aparente apagamento/silenciamento do lugar institucional que o sujeito enuncia, ou seja, do posto da Presidência da República a partir do momento em que Médici “se iguala” a nós (*bons brasileiros*, civis, patriotas), porque a soberania da nação somente pode ser conquistada pela vontade e pelo esforço **coletivo**.

Em última instância, ressaltamos novamente que há fronteiras, na FD a que Médici está filiado, que nos faz perceber a presença de uma FD antagônica ao seu discurso e que interdiscursivamente se estilhaça no discurso “comunista”, ou seja, ao enunciar, Médici, enquanto sujeito do discurso que sustenta, inscreve-se em dada posição que nos possibilita, pelo acionamento do interdiscurso, reconhecer uma posição ideológica que condena o comunismo.

Note-se que a nacionalidade brasileira, ou seja, que só podemos ser alçados a condição de “brasileiros” se igualmente aos heróis da independência, por exemplo, começarmos “*a expulsar o estrangeiro invasor do Brasil*”. Por meio de um deslizamento de sentido, mais uma vez, o comunista é elevado à condição de “invasor” como inimigo de valores nacionais que giram em torno da paz e da fraternidade produzindo, assim, uma divisão entre o “bom” brasileiro e o Outro, o comunista.

Essa estratégia representa, no discurso de Médici, um esforço no sentido de convocar os soldados (brasileiros) para uma luta armada contra os comunistas através do ideal de liberdade e democracia. Na realidade, percebemos aqui mais um movimento de subversão discursiva. Os brasileiros, em nosso gesto de leitura, não

estavam sendo convocados para uma luta em favor dos direitos da nação, mas dos interesses político-ideológicos pertencentes à cúpula militar. É justamente por essa razão que, ao lado dos “comunistas” é colocada a extrema esquerda, ou seja, o grupo dos *maus brasileiros* que, por sua vez, são silenciados porque tentam contra o plano de hegemonia do poder do Exército, e se levantam como símbolos de subversão e afronta ao poder “legitimamente instituído”.

Recorte 3: Mundo sem Fronteiras

SD-6:

“Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem **fronteiras ideológicas**, onde cada povo **respeite a forma dos outros povos viverem**. **Creio** em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta”. (MÉDICI, 1969, p. 35). **“E homem de fé, creio nas bênçãos de Deus [...] E creio nos milagres** que os homens fazem com as próprias mãos. E nos **milagres** da vontade coletiva. **Creio** na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. **Creio** na alma generosa da mocidade. **Creio** na minha terra e no meu povo. **Creio** na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. **Creio** no apressamento do futuro”. (p.39-40). **“Homem de família, creio** no diálogo entre as gerações e as classes, **creio** na participação. **Creio** que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar. Homem do **povo, creio** no homem e no **povo**, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude **coletiva**, que requer a mobilização total da opinião pública. E, porque assim o **creio**, e porque o sinto amadurecido para a tarefa global, é que **buscarei ouvi-lo sempre [...] Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade**”. (p.35-36). (MÉDICI, 1969).

Esse é o título do discurso de posse de Médici, em 30/10/1969, divulgado através da rede nacional de rádio e televisão. Desse pronunciamento extraímos a **SD6**.

Analisando, primeiramente, o título desse pronunciamento, podemos perceber, pelo menos, um movimento de sentido: ora, ao afirmar que desejava um “Mundo sem Fronteiras” Médici demarca, em seu discurso, a real possibilidade de

existência das próprias fronteiras porque a sua não existência está condicionada, antes de tudo, a sua existência.

No entanto, apesar de Médici afirmar e reconhecer, em seu discurso, a existência de tais fronteiras demarcáveis ideologicamente e que separavam o Brasil, tanto politicamente quanto economicamente, do resto do mundo, os seus atos enquanto presidente nunca foram favoráveis para que, de fato, esses limites fronteiriços fossem ultrapassados. Até porque, um projeto de abertura política realmente democrática colocaria Médici em uma situação delicada perante a extrema direita e o Exército. Então, essa era mais uma estratégia discursiva utilizada por Médici para manter-se ileso no poder. Assim, reconhece-se que as fronteiras político-ideológicas estão sempre lá, mas nunca poderiam ser transponíveis.

Nesse recorte, mais uma vez, vemos que o discurso de integração dos povos (**todos**) é recuperado interdiscursivamente para legitimar institucionalmente a política praticada pelo aparelho militar. Percebemos, também, a **crença** de um homem que resguardado sob a égide do signo da fé defende a ideologia que se materializa em seu discurso: a ideologia militar que atesta a existência de fronteiras determináveis, mas que não deseja que elas sejam efetivamente contornáveis.

A incorporação do outro no discurso de Médici instaura espaços de contradição nesse dizer: se diz crença, entrega e submissão, mas apenas para reforçar esse lugar de autoridade que se constrói no discurso, para legitimar a voz do ditador como a do eleito pelo povo. E ao pregar a **crença**, demarca-se no discurso uma ruptura com o discurso sustentado por aqueles sujeitos interpelados sem fé (os comunistas). O furo no discurso religioso confere a Médici, por conseguinte, a condição de “soldado” legítimo e convocado para cumprir a difícil missão de “purificar” o país dos “inimigos da Revolução” que estavam supostamente empenhados em instalar o caos e o comunismo no Brasil.

Há, então, um distanciamento do sujeito-presidencial através de um discurso constituído no eixo da **crença** para não se envolver completamente com o que enuncia no discurso. Aqui, reconhecemos uma tentativa imaginária de (contra)identificação do sujeito, como proposto por Pêcheux (1997), ou seja, o desdobramento do discurso do *mau sujeito* que na enunciação tenta rechaçar a forma-sujeito do discurso militar ancorado numa FD autoritária que lhe é dominante.

É relevante salientar novamente a presença de furos do discurso religioso marcando o espaço de heterogeneidade no discurso de Médici, pois “[...] o discurso

político pode ser aproximado, à sua maneira, de alguns textos religiosos [...]” (COURTINE, 2006, p. 89).

Diante disso, em nosso gesto de interpretação há, nesse recorte, uma tentativa de “subversão” do discurso político-militar através da invocação de elementos lexicais que são próprios dos discursos governados por uma FD que entendemos – através do propósito analítico – que constituem os discursos religiosos. Com esse movimento, percebemos que o papel da FD militar é “dissimular através da transparência do sentido que nela se constitui” (PÊCHEUX, 1997, p. 162) os saberes oriundos de outras FDs, ou seja, no complexo jogo de produção dos sentidos há aqueles que sempre permanecem indesejados e, por isso, são silenciados em determinado discurso por meio da luta ideológico que, em nossa leitura, caracteriza-se, no discurso de Médici, pela apropriação do discurso outro demarcando, com isso, os pontos de contradição na FD militar.

No contexto político da Ditadura Militar brasileira, os ideais de liberdade e fraternidade, sustentados pelo discurso político de esquerda, possuem uma histórica e inegável ligação com alguns setores da Igreja Católica que foram igualmente silenciados e torturados, tornando-se lugar comum, no discurso dos militares, a associação entre católicos e comunistas ateus, por defenderem discursos contrários aos interesses dos militares da linha de direita, que, por sua vez, apresentavam o discurso da “terra prometida” ideologicamente pautado nos ditames da democracia.

Perante esse cenário, os argumentos que põem por terra o discurso profético de Médici encontram-se na prática da tortura e repressão que foram utilizadas para subjugar indistintamente todos que abraçaram, por exemplo, a Teologia da Libertação, experiência teológica nascida na América Latina que obteve bastante vigor na era de chumbo. O grupo defendia uma ideologia pautada na concretização dos interesses dos pobres não só do ponto de vista de um fazer teológico diferente, mas também numa dimensão que acolhe o fiel em suas necessidades espirituais e, sobretudo, político-sociais.

Neste recorte, percebemos um movimento contrário. **A Profissão de Fé**, enquanto ritual religioso típico na tradição cristã-católica (FD religiosa), é recuperada pelo verbo “crer” repetido exaustivamente para reforçar, por meio do discurso, a imagem de um presidente-militar devoto pautado nos princípios e valores da fé cristã que, por sua vez, postula a onisciência divina. Com esse movimento de apropriação do outro, esse discurso contrapõe-se a FD do discurso militar que é instaurada por

meio do espírito anticlerical dos militares que lutavam com todas as armas para destituir o poder de alguns setores da Igreja e concentrá-lo somente no Exército. Os atravessamentos do discurso religioso se intensificam à medida que o discurso militar se apropria do discurso outro e tenta silenciá-lo.

Além da forte alusão a um discurso pautado nos dogmas e crenças religiosos, a sequência anterior apresenta um elemento importante que queremos analisar a luz do que foi proposto por Indursky (1997) em relação à ambiguidade do elemento lexical **povo**. Seguindo de perto o que é preconizado por Indursky (1997), é necessário destacar que o termo **povo**, no *corpus*, representa uma das várias formas de referir-se ao outro, ou seja, um possível interlocutor para o sujeito-enunciador do discurso político-militar.

No entanto, o “povo”, nas condições de produção históricas, políticas e ideológicas que determinam esse modo de dizer é aqui meramente mencionado, ou seja, “produz-se um discurso sobre o povo e não o discurso do povo” (INDURSKY, 1997, p. 101). Trata-se, em nossa percepção, de um discurso forjado, pois esse discurso do “povo” é construído a partir do lugar social que o sujeito-presidencial ocupa que, por sua vez, atravessado por uma FD dominante instaura um discurso “sobre o povo e a ele atribuído” (INDURSKY, 1997, 106). Essa é a conotação que o termo “povo” assume neste recorte, isto é, o *povo* é aqui invocado para representar apenas um interlocutor plenamente passivo, silenciado e interpelado, pelo discurso político-militar, legitimado através *do povo* enquanto massa de manobra política.

Recorte 4: A Verdadeira Paz

SD-7:

*“**Trabalhadores de meu país** (p.37). Coerente com essa linha de pensamento, o Governo pode hoje conceder — e o faz sem buscar dividendos **popularescos** — mas tão-somente, no exercício de um dever [...] Atentos aos **ditames da justiça social**, ressaltamos a valorização do trabalho, pela ampliação **de oportunidades** de especialização e aperfeiçoamento, pela vigilante fiscalização de suas condições de realização, pelo planejamento regional e racional das necessidades de mão-de-obra, pela proteção contra o desemprego [...].” (MÉDICI, 1970, p. 39-40).*

Esse discurso foi pronunciado por Médici, no dia do trabalhador (01/05/1970), do Palácio das Laranjeiras, e divulgado pela rede nacional de rádio e televisão. Desse pronunciamento, extraímos uma única sequência discursiva, ou seja, **SD7**.

O discurso de Médici faz uma alusão clara ao discurso sustentado por Getúlio Vargas que, com sua aparente política de mão estendida, desenvolveu, em sua agenda política, importantes projetos trabalhistas voltados para o “povo”, projetando, assim, uma imagem de presidente “democrata” e protetor dos “trabalhadores”.

No entanto, no discurso de Médici, identificado com a herança varguista, as reais condições de trabalho no país foram silenciadas em um período de forte desvalorização da classe trabalhadora. A desigualdade salarial, o arrocho salarial, as condições de trabalho subumanas chegando a se aproximar das relações estabelecidas entre patrões e escravos estão presentes. O termo – “popularescos” – faz referência à chamada Era Vargas, em tom de crítica, porque se pensava que Vargas representava, para os militares, uma verdadeira aliança entre a ditadura e os ideais comunistas. Por isso, o governo Vargas recebeu a fama de um “período democrático” onde o povo teve sua voz realmente “ouvida”, apesar de também se configurar como um regime ditatorial.

Outra questão que nos chama atenção, nesse recorte, é o enunciado **“Trabalhadores de meu país”**. Como em todos os discursos proferidos por Médici, o povo, os trabalhadores, as classes menos favorecidas e o interesse geral da nação não passaram de mero **vocativo** utilizado como recurso retórico para se dirigir a um interlocutor silenciado e, portanto, sem voz e sem vez, invocado por um porta-voz com um discurso autoritário e, na maioria das vezes, velado. Observamos que a estratégia discursiva de apropriação de saberes outros instaura espaços de

contradição nesse dizer: se diz “**ditames da justiça social**”, mas apenas para reforçar esse lugar de autoridade que se constrói no discurso, a fim de legitimar a voz do ditador através de seu modo dizer.

A verdadeira paz, proposta por Médici, nesse recorte, portanto, não passou de uma proposta de paz armada onde os *ditames da justiça social* não tinham nenhuma sustentação perante a ditadura e sim força retórica para recuperar os anseios do povo.

Conforme já dissemos anteriormente, esse recorte também se instaura nas condições de produção do chamado “milagre econômico” sempre incorporado com muita alegria no discurso de Médici. O ideal de “Brasil Grande” e do “País do Futuro” foi inculcado na sociedade para que não se enxergasse, de fato, a verdadeira ordem política e econômica que regia o país. A tão sonhada e verdadeira paz estava muito longe de tornar-se realidade no discurso de Médici e a sociedade tinha que se contentar com uma “falsa paz” ou, por assim dizer, a paz armada, a paz da exceção.

No entanto, historicamente, é lícito que o Brasil atravessava uma boa fase de desenvolvimento, mas os benefícios desse desenvolvimento não chegavam – e nem poderiam politicamente – a todas as camadas sociais. Nos dizeres de Indursky (1997, p. 107), o fermento do *milagre econômico* fez o bolo crescer, mas esse bolo nunca foi repartido igualmente entre o povo que, por sua vez, foi excluído de seus benefícios. Por isso, esse é um discurso ideologicamente subvertido, pois enquanto Médici utilizava o “milagre” como “tábua de salvação” para justificar a forte censura e perseguição aos “inimigos vermelhos”, os trabalhadores recebiam um salário de miséria.

Por fim, para encerrar essa reflexão, lançamos mão das interrogações que levantamos no início deste trabalho a fim de traçarmos algumas conclusões através das reflexões da AD: como o Outro se constitui e se projeta no discurso de Médici? Quais as estratégias discursivas utilizadas para produzir o efeito de silenciamento no modo de dizer do presidente? Eis, então, uma das tantas razões pelas quais Médici e os militares estiveram durante tanto tempo no centro do poder e não puderam ser questionados: porque o discurso militar representava ideologicamente um simulacro de um discurso político-democrático legitimado e autorizado pelo povo, ou seja, o sujeito-presidente “simula exercer o poder pelo povo e para o povo, saindo engrandecida a sua imagem democrática” (INDURSKY, 1997, p. 116).

Em nossa leitura, esse simulacro se constitui, no modo de dizer de Médici, através de duas estratégias discursivas arquitetadas ideologicamente: a primeira se refere a como o comunismo/comunista passa a significar no discurso de Médici, legitimado por um aparelho ideológico/repressivo do Estado, isto é, o comunismo é deslocado, sem possibilidades de escolha, para o lugar do inimigo que ameaça a ordem e a paz; e, em segundo lugar, através da política de silêncio/silenciamento posta em prática a partir da tomada da palavra do outro, dos saberes inerentes a FD de discursos outros, por meio de uma espécie de apropriação e esvaziamento do outro para então constituir um modo de dizer aparentemente homogêneo e soberano. Sendo assim, compreendemos que essas estratégias discursivas são:

[...] responsáveis pela *incorporação* ao discurso presidencial de elementos que são alheios ao seu domínio de saber, daí resultando uma *heterogeneidade não marcada*, que rompe com a *homogeneidade imaginária* desse espaço discursivo. (INDURSKY, 2013, p. 189, grifos da autora).

Em suma, podemos entender que esses dois movimentos discursivos colocam imaginariamente o modo dizer de Médici em uma única direção de sentidos: aquele que se reveste do espírito nacionalista e é porta-voz da democracia. É através desse efeito ideológico de apropriação do outro, a partir da tomada da palavra que lhe corresponde, para dar força e legitimar o seu modo de dizer autoritário que atestamos que a política do silenciamento é posta em prática no dizer do presidente. Com esse movimento, uma única voz, a voz do presidente, determina o que pode e deve ser dito e ouvido, se ela não for ouvida e repetida, será silenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sempre fica a insatisfação de saber que não se pode dizer tudo. São as margens. O que nos liga na vontade de ainda aprender mais.”

Eni Orlandi.

“O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.” **Guimarães Rosa.**

Buscar pôr um ponto final e concluir um trabalho em AD certamente é uma das tarefas mais difíceis, e esse trabalho também não é alheio à incompletude. Até porque – como nos diz Orlandi na epígrafe acima – somos inevitavelmente atravessados pela perene incompletude e, por isso, sempre os sentidos escapam-nos. E se não fosse assim, nada poderia fazer sentido.

De todo modo, a fim de produzir um efeito de “fim”, nesta última seção, abordamos neste trabalho o que julgamos ser fundamental nas discussões instauradas pela Análise do Discurso e a constituição de seu aparato teórico-metodológico, buscando, ao mesmo tempo, elucidar, por meio das reflexões e das análises aqui apresentadas, a problemática que gira em torno dos fenômenos do discurso político-militar, das suas condições de produção sócio-históricas, da ideologia que o atravessa através de FDs antagônicas no interior de uma FD dominante, dos efeitos de sentido que fizeram significar o seu modo de dizer através da história, do silêncio que lhe é *local*, e de sua *forma-sujeito* constituída pelo autoritarismo.

Diante disso, neste trabalho não objetivamos instaurar um juízo de valor absoluto em nossas análises, porque compreendemos que nossas reflexões não se fecham e nem tampouco se encerram aqui, uma vez que tantas outras respostas que permeiam o discurso político-militar poderão ainda ser (re)tratadas. Até porque, o discurso é um objeto histórico e processual, por isso suas concessões podem não ser definitivas. Ademais, sabendo que a completude de um discurso já é um efeito de sentido podemos concordar com Daltoé:

[...] estamos cientes de que o *dito* desta pesquisa permanecerá constitutivamente e continuamente aberto, esperando o *dito de outro modo*, que poderá lhe acrescentar, ou refutar, mas que sempre promoverá novas formas de pensar o mesmo objeto [...] ou mesmo

de pensar outros objetos a partir do que construímos teoricamente (DALTOÉ, 2011, p. 204, grifos da autora).

Queremos, em suma, enfatizar um aspecto já apresentado neste trabalho e que julgamos ser crucial ao falarmos na representação imaginária do Outro, para o qual as nossas reflexões apontam e gostaríamos de insistir nisso recuperando um questionamento que lançamos no início desse trabalho: Qual o efeito de sentido produzido através do jogo ideológico da denominação? Ao analisarmos as representações imaginárias acerca do “ser comunista”, a partir do discurso de Médici e seu modo de dizer, desvelamos uma prática discursiva que envolve relações de dominação por meio da denominação e do silenciamento, bem como de subversão ideológica da identidade e da memória do Outro, afetado negativamente por meio de uma ideologia repressiva e dominante no cenário político brasileiro.

Trabalhamos, nas análises, com recortes marcados pelos deslizamentos de sentidos, por efeitos metafóricos, pelos deslocamentos de posições, bem como pela indistinção e indeterminação de sujeitos e, sobretudo, pela projeção da voz do sujeito-presidencial e silenciamento da voz do outro, seja pela negação do que não pode/deve ser nomeado ou formulável no nível do enunciado, seja pela indeterminação daquilo que possa ser e assim significar diferente, seja pelo silenciamento de sentido que recai no discurso do outro através do discurso *sobre* o Outro.

Observamos, ainda, a partir do funcionamento do discurso político-militar marcas do autoritarismo, através do poder legitimado e institucionalizado, ambos inscritos no discurso *sobre* o Outro, configurando uma voz imaginária para o comunista/comunismo.

O discurso de Médici remete, assim, à configuração de uma imagem de “justiceiro” que se reveste de seu lugar institucionalizado para silenciar o Outro e justificar esse silenciamento, instituindo um discurso baseado num legítimo Aparelho Ideológico/Repressivo do Estado para se estabelecer. Diante disso, a imagem construída para o comunista é sempre a de inimigo do Estado de Direito, uma imagem imposta, forçada, sem possibilidade de escolhas, cujo efeito de sentido é determinado por uma FD opressora, permeada de silenciamentos.

Assim, através desse movimento ideológico, o discurso sobre o comunismo/comunista provoca uma inversão na ordem do discurso por meio de um

efeito de sentido que não seria o mesmo perante o povo. Conforme já dissemos ao longo da análise, esse deslizamento de sentido, em relação à representação do Outro, na produção discursiva de Médici, vai além da designação de uma ideologia político-partidária à medida que se desloca desse campo e afeta simbolicamente a memória do Outro resignificando-a.

Assim procedendo, a memória sobre o comunismo é discursivamente e ideologicamente atualizada e resignificada pelo jogo imaginário da designação que controla o dizer sobre o Outro, conduzindo, por meio dessa estratégia discursiva, o comunista para um lugar de pertencimento negativo na história: o lugar de inimigo da nação, transformando, com isso, os comunistas em vilões sem nenhuma prática ordeira.

A análise do *corpus* também nos revela, através de sua produção discursiva, o jogo ideológico proposto pelo sujeito-enunciador entre as várias posições-sujeito, conforme diria Pêcheux (1997), na tentativa de redimensionar as formações discursivas diante do interlocutor; e é nesse jogo imaginário que se constrói e se constitui o “ser comunista”, que, de uma forma ou de outra, reverbera na tradição de dominação que permanece até hoje, em alguns setores da sociedade, operando através desses fenômenos discursivos.

Através desse movimento discursivo-ideológico, o discurso político-militar se configura de fato e de direito, na acepção de Althusser (1974), como um verdadeiro Aparelho Ideológico/Repressivo de Estado, que, com seu caráter autoritário, instaura uma política de silêncio/silenciamento que se mostra nos atos e nas palavras de Médici, urdidos com o fim de perpetuar a hegemonia dos militares no poder. Portanto, ao voltarmos-nos para o período da ditadura Médici e o seu modo de dizer, objetivamos compreender as consequências dos atos inexoravelmente silenciados no passado e, sobretudo, para que os erros do passado, porque foram uma vez silenciados ideologicamente, estilhassem os espelhos no presente para que não voltem a ocorrer novamente.

Dado o exposto, chegamos enfim a duas conclusões que se atravessam por meio de uma dupla violência simbólica contra o outro: primeiramente, o efeito de aparente homogeneidade, assegurada por meio da incorporação do discurso do outro, democraticamente aceitável, para tentar dissimular um discurso constituído através de uma FD autoritária que lhe é própria. E, em segundo lugar, a estratégia ideológica que coloca outro no lugar de inimigo por meio de uma representação e,

ao mesmo tempo, silenciando-o. Essa é, em nossa leitura, a maior forma de violência contra o outro presente no *corpus*.

Finalmente, as questões que acabamos de discutir se constituíram, para nós, uma base para investigações referentes aos processos discursivos no cerne da AD e na constituição da nossa própria História. Por isso, o que esperamos que este trabalho tenha sido capaz de mostrar e despertar é a contribuição substancial que uma perspectiva discursiva pode dar através da análise de um acontecimento histórico relevante como a Ditadura Militar brasileira.

Assim, de certa forma, esse trabalho também traz algumas reflexões para o debate político contemporâneo acerca da Ditadura Militar que passou vários anos condenada ao reino do silêncio/silenciamento e deixada de fora do debate do povo. Diante disso, nossas reflexões – até certo limite – “[...] exorcizam a memória daqueles anos” (INDURSKY, 1997, p. 9). Contudo, nem por isso pretendemos apresentar, nem muito menos resolver, todos os problemas que podem ser desenvolvidos e instaurados por estas bases porque o trabalho do analista do discurso é seguir, ao mesmo tempo, um caminho nunca plano e sempre opaco e movediço por excelência.

Diante de tudo que refletimos nesse trabalho, chegamos ao final de um percurso, chegamos enfim ao momento do **silêncio**, tal como proposto por Orlandi (1992), o silêncio que marca a possibilidade de o sentido sempre ser outro, produzindo outros efeitos em nós através da história. “E como é importante a possibilidade de poder dizer diferente, de poder dizer de novo, de poder dizer de outro modo...” (DALTOÉ, 2011, p. 210).

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de J. H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1974 (título original, 1970).
- BARONAS, R.L. (org.) **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- _____. (org.) **Homenagem a Michel Pêcheux**: 25 anos de uma presença. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008.
- CAZARIN, E. A. **Identificação e Representação Política**: uma Análise do Discurso de Lula (1978-1998). Tese de Doutorado, UFRGS, 2004.
- COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- _____. **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da fala pública. Tradução: Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.
- _____. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.
- _____. Discurso, História e Arqueologia. In: MILANEZ, N. & GASPAR, N. R. (Orgs.) **A (des)ordem do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CORTEN, A. Discurso e representação do político. Trad. Ana Maria Lisboa de Melo [et al.] In: INDURSKY, F. & FERREIRA, M. C. L. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. (Orgs.) Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.
- CORACINI, M. J. R. F. Silêncio, Interdito, Real do Discurso: A questão de estranhamentos em migrantes no estado de São Paulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. Cristina Leandro, MITTMANN, Solange. (orgs.) **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.
- DALTOÉ, Andréia da Silva. **As metáforas de Lula**: a deriva dos sentidos na língua política. Tese de doutorado, UFRGS, 2011.
- D'ARAÚJO, M. Célia; SOARES, Gláucio A. Dillon; CASTRO, Celso. **Os Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- DE NARDI, Fabiele Stockmans. **Entre a lembrança e o esquecimento**: os trabalhos da memória na relação da língua com discurso. Revista Organon, v. 17, n. 35, Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2003.

_____. Identidade, Memória e os Modos de Subjetivação. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. Cristina Leandro. (orgs.) **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: Uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. **Tópicos Avançados em Análise do Discurso**. Recife, PPGL-UFPE, 2013.2. (Notas de Sala de Aula e de Orientação).

FOUCAUT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1986. (título original, 1969).

_____. **A ordem do discurso**. Trad. L. F. de A. Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996. (título original, 1971).

GADET, F. & PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível: O discurso na história da linguística**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (título original, 1969).

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIÉ, D. Efeitos do Arquivo: A Análise do Discurso no lado da História. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: ed. da Unicamp, 1994, pp. 163-183.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar**. Tese de doutorado, UFRGS, 2005.

_____. **Análise do Discurso**. Recife, PPGL-UFPE, 2013.1. (Notas de Sala de Aula).

GRIGOLETTO, Evandra. (org.); MITTMANN, S. (org.); CAZARIN, E. A. (org.) **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Trad. brasileira de Maria Fausto P. de Castro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

_____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969) In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (título original, 1969).

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas: SP: Ed. da Unicamp, 1997. (título original, 1992).

_____. As outras vozes e as feridas ainda abertas. In: INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. Cristina Leandro. (orgs.) **Michel Pêcheux e Análise do Discurso: Uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. Cristina Leandro, MITTMANN, Solange. (orgs.) **Memória e História na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

LAGAZZY, Suzy. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LAGAZZY, Suzy & ORLANDI, E. (orgs.) **Introdução às ciências da linguagem: Discurso e Textualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, Editores, 2010.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

LISBÔA, T. N. **A Pontuação do Silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector**. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2008.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso – (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: Ed. Da Unicamp, 1994.

MARIANI, B. S. C. **O Comunismo Imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 – 1989)**. Tese de Doutorado, UNICAMP, 1996.

MÉDICI, E. G. **O jogo da Verdade**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 1969.

_____. **Mundo sem Fronteiras**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 1969.

_____. **A Verdadeira Paz**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 1970.

_____. **Passos Decisivos**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 1971.

_____. **O Grande Ato**. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 1972.

MILNER, J. C. **O amor da língua**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. **Gestos de Leitura**. Campinas, SP: ed. Unicamp, 1994.

_____. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Maio de 1968: Os Silêncios da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Tradução e introdução de J.H. Nunes. Campinas, Pontes, 1999.

_____. **A Leitura e os leitores**. 2. ed. SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso Fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. SP: Campinas: Pontes, 2003.

_____. **Terra à Vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. SP: Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Discurso e leitura**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. 5. ed. SP: Campinas: Pontes, 2009.

_____. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido, Ideologia. 2. ed. SP: Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Análise do Discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. São Paulo: Pontes, 2012.

_____. **Entrevista Concedida ao Globo Universidade**. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2012/11/eni-orlandi-fala-sobre-analise-do-discurso-e-linguagem-em-entrevista.html>> Acesso em: 14 de Dez. de 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. "Delimitações, inversões, deslocamentos". (1982). **Cadernos de estudos linguísticos**, n. 19. Campinas, jul.- dez. 1990, p. 17.

_____. & FUCHS, C. A propósito da análise do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Ed. da Unicamp, 1997, pp. 163 - 252.

_____. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise do Discurso**. In: Escritos, nº. 4, Campinas: EDUNICAMP, 1999. (p. 7-16).

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Brasileira Eni Orlandi. 6. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983) In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2010. (título original, 1969).

_____. O Estranho Espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (orgs.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

SCHONS, C. R. “**Adoráveis**” **Revolucionários**: Produção e Circulação de Práticas Político-Discursivas no Brasil da Primeira República. Tese de Doutorado, UFRGS, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Uma História do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

STEINER, George. **Linguagem e Silêncio** – Ensaios sobre a Crise da Palavra. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1988.

SURREAUX, L. M. **O Discurso Fonoaudiólogo**: uma reflexão sobre sujeito, sentido e silêncio. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2000.

TFOUNI, F. **O Interdito como Fundador do Discurso**. Campinas, IEL/UNICAMP, 1998. Dissertação de Mestrado.

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

O JÔGO DA VERDADE

RECEBO a indicação do meu nome para a Presidência da República consciente da responsabilidade excepcional dessa missão que me foi imposta pelo consenso das Fôrças Armadas e tornada irrecusável pelo confiante acolhimento da Nação.

Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que meu nome não fôsse cogitado. Não consegui, porém, demover meus pares, que tomaram a seu cargo a tarefa de resolver o problema sucessório, nem mesmo os três Ministros Militares foram sensíveis ao meu apêlo.

Não valeram e nem foram consideradas as razões que me levaram a declarar, mais de uma vez, meu veemente desejo de não ocupar tão elevado cargo.

Há 45 anos sirvo ao Exército e a êle, sòmente a êle e à Nação, consagrei todo o meu preparo profissional.

Quis o Alto Comando das Fôrças Armadas, auscultando os altos comandos das Fôrças Singulares, seleccionar meu nome para substituir o presidente COSTA E SILVA, como capaz de manter coesas e unidas as Fôrças Armadas da Nação em tórno dos ideais da Revolução de Março de 1964.

Impõe-me, assim, o Alto Comando das Forças Armadas, mais um dever a cumprir. Não me cabe o direito de fuga.

Revolucionário desde a mocidade, atuei, em 1964, diretamente sob as ordens do Marechal COSTA E SILVA, a cujo governo também pertenci. Durante êsse estreito convívio, aprofundou-se a minha amizade e admiração por aquêle eminente Chefe militar e estadista. É, portanto, compreensível que, ao sentimento de pesar de todos os brasileiros pelo sofrimento que atingiu o Presidente, acrescente-se, em meu íntimo, a tristeza maior do companheiro de mocidade, de vida militar e de serviço público. Não desejaria substituí-lo, muito menos em tão duras circunstâncias. Mas aprendi, com o próprio Marechal COSTA E SILVA, que o destino do soldado não lhe pertence. Nem lhe é permitido escolher encargos.

Sei de minhas dificuldades, mas procurarei ultrapassá-las pela escolha de auxiliares capazes, dignos e patriotas que, em qualquer circunstância, tenham os interesses nacionais acima, e muito acima de seus próprios.

A Revolução de Março de 1964 deu um novo destino ao Brasil, e sua obra, começada com o Marechal CASTELO BRANCO — de saudosa memória — não pôde ser concluída pelo Marechal COSTA E SILVA, infelizmente enfêrmo e incapacitado para o cargo.

Cabe-me, portanto, por imposição de meus pares prosseguir no rumo traçado por êsses dois eminentes brasileiros.

O meu Governo vai iniciar-se numa hora difícil. Sei o que sente e pensa o povo, em tôdas as camadas sociais, com relação ao fato de que o Brasil ainda continua longe de ser uma nação desenvolvida,

vivendo sob um regime que não podemos considerar plenamente democrático. Não pretendo negar essa realidade, exatamente porque acredito que existem soluções para as crises que a criaram ou que dela decorrem. E estou disposto a pô-las em prática.

Dêsse modo, ao término do meu período administrativo, espero deixar definitivamente instaurada a democracia em nosso país e, bem assim, fixadas as bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Advirto que essa não poderá ser obra exclusiva da administração pública, e sim, uma tarefa global da Nação, exigindo a colaboração dos brasileiros de todas as classes e regiões. Democracia e desenvolvimento não se resumem em iniciativas governamentais: são atos de vontade coletiva que cabe ao Governo coordenar e transformar em autênticos e efetivos objetivos nacionais.

É preciso ficar claro que não vamos restabelecer as instituições que nos levaram à crise de 1964. Jamais voltaremos àquele sistema político que subjugava completamente a vontade popular ao jogo das manipulações de cúpula.

Nem àqueles desregrados impulsos de desenvolvimento, mais intuitivos que racionais, e que acabaram redundando na torrente inflacionária.

Temos viva a lembrança de que, por efeito daquele sistema, foram-se distinguindo, no País, uma minoria integrada nas instituições e uma grande maioria marginalizada. Com o tempo, passamos a enfrentar o risco de uma cisão interna, chegando ao ponto que obrigou as Forças Armadas a intervirem para salvar a unidade nacional, evitando a desagregação e o caos. Dêsse modo, as instituições não foram assaltadas pelos militares, como pretendem

apregoar os inimigos da Revolução, mas, de fato, foram sustentadas pelos mesmos, no auge da crise, que ameaçou cindir a Nação, entre uma minoria com participação na ordem econômica e política e, de outro lado, uma maioria não disposta de qualquer renda e, conseqüentemente, sem meios práticos de poder exercer ou exigir os seus próprios direitos, vivendo em condições que, como observou o Papa PAULO VI, na sua histórica visita ao nosso Continente, não se coadunam com a dignidade espiritual do homem.

Por tudo isso, é inaceitável o retorno à situação pré-revolucionária.

Repudiamos a pregação dos extremistas, que exigem, e de forma primária, a destruição das instituições.

E também o apêlo de oligarquias que recomendam a sua inalterável manutenção. Nosso dever é impor-lhes uma profunda transformação pela qual deixem de servir aos privilégios de minorias, para atender aos supremos interesses do País.

Essa reforma das instituições econômicas, sociais e políticas não será obtida com simples medidas corretivas ou repressivas, adotadas ao sabor dos acontecimentos. Exige, na verdade, uma revolução.

Foi isso o que as Forças Armadas se decidiram a fazer: completar o movimento de 1964, transformando-o em uma autêntica Revolução da Democracia e do Desenvolvimento, em consonância com as mais lícitas aspirações nacionais.

Vamos dar efetividade a êsses objetivos revolucionários. Nesse sentido, iremos ouvir os homens de empresa, os operários, os jovens, os professores,

os intelectuais, as donas de casa, enfim, todo o povo brasileiro.

Será um diálogo travado sobre o nosso País, os nossos problemas, os nossos interesses e o nosso destino. Naturalmente, esse entendimento requer universidades livres, partidos livres, sindicatos livres, imprensa livre, Igreja livre. Mas livres, acima de tudo, daqueles grupos minoritários que ainda hoje, como ontem, ora pela violência, ora pela corrupção, jogando com todos os processos de uma técnica subversiva cada vez mais aprimorada e audaciosa, pretendem servir a ideologias que já estão sendo repudiadas e superadas nos seus próprios países de origem. Na medida em que os estudantes, os políticos, os operários, os jornalistas e os religiosos conseguirem livrar-se dessas manipulações e manobras, assegurando autenticidade às manifestações de sua vida institucional, estarão conquistando a própria liberdade que — é bom deixar esclarecido — não cabe ao Governo outorgar, mas, apenas reconhecer. Estarei atento a esse esforço de libertação, em cada dia do meu governo. Mas não me deixarei iludir, nem iludir ao povo. Chegou a hora de fazermos o jogo da verdade.

Apresentarei à Nação, oportunamente, um plano econômico e administrativo, resguardando basicamente os resultados já obtidos pela Revolução, fixando as novas metas de incremento da produção e de expansão do mercado, tendo em vista a prioridade dos setores da educação, da saúde e da alimentação, o atendimento das regiões menos desenvolvidas, a estabilidade monetária, a correção dos desequilíbrios regionais de renda, a redução das desigualdades na distribuição das rendas individuais,

os salários justos e a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento e, bem assim, os critérios das reformas institucionais.

Entretanto, insisto em afirmar que não acredito em nenhum plano de governo que não corresponda a um plano de ação nacional. Na marcha para o desenvolvimento, o povo não pode ser espectador. Tem de ser o protagonista principal. Daí, o apêlo que, nesta oportunidade, dirijo ao País: que todos os indivíduos, classes, organizações sociais e políticas e centros culturais, em todos os recantos do território nacional, formulem os seus programas e reivindicações para o momento presente. Asseguro que nenhuma sugestão deixará de ser devidamente apreciada. Mobilizarei, para êsse estudo e análise, não só os órgãos de planejamento, mas, inclusive, as diversas instituições de pesquisas — civis e militares — a fim de realizar o levantamento global das sugestões e a adequada formulação da sua síntese. Com isso, poderemos completar o plano de ação a ser executado nos próximos anos.

Precisamos reproduzir, na vida político-administrativa, aquilo que conseguimos, até hoje, nas atividades esportivas ou artísticas. De fato, é significativo que tenhamos obtido expressivos triunfos, exatamente naqueles setores em que ocorre uma entusiástica e comovida participação do povo. No entanto, não é possível que, no século das conquistas espaciais, no momento em que os modernos sistemas de computação e informação marcam o fim das soluções meramente ideológicas, no instante em que a extraordinária revolução da técnica possibilita o arranco de tantas nações para o desenvolvimento, não é possível, repito, que um país como o nosso não

venha a registrar, também, realizações e êxitos marcantes na história da civilização. O Brasil é grande demais, para tão poucas ambições. E está a exigir dos seus filhos uma atuação que realmente corresponda à magnitude do seu território, bem como aos alevantados ideais das gerações que nos legaram todo êsse imenso patrimônio. Uma atuação, enfim, que se eleve à altura dos incontidos sonhos da mocidade que se prepara para dirigi-lo e cuja meta não pode ser outra, senão o triunfo final na arrancada para o desenvolvimento econômico e social.

No curso do Governo, jamais procurarei impor o meu programa administrativo, mediante efeitos de propaganda ou a simples divulgação de resultados estatísticos. A última palavra será dada, de acôrdo com os reflexos que efetivamente se verifiquem nas condições de vida. Outrossim, qualquer sacrifício a ser impôsto nos setores privados corresponderá, prèviamente, a um ato ou reforma do próprio Governo.

Simultâneamente, ficarão fixados os limites em que o Estado atuará e aquêles dentro dos quais terão atuação, em maioria, os setores particulares nacionais e, bem assim, os investidores estrangeiros que nos tragam a sua indispensável colaboração de técnica ou de capital.

Manteremos os nossos compromissos internacionais, deixando claro que os mesmos implicam em reciprocidade de tratamento. Vamos cumprir o que nos cabe e exigir o que nos é devido. Não pretendemos aceitar e, muito menos, impor lideranças de qualquer tipo, respeitando a lição da história contemporânea que nos ensina que a convivência internacional só pode ser mantida nos têrmos de uma comunidade de nações livres e soberanas.

Permaneceremos unidos com os países do Hemisfério na luta em prol do nosso desenvolvimento e sempre no sentido da plena efetivação dos princípios cristãos da cultura ocidental. E continuaremos identificados com tôdas as demais nações, no esforço comum pela paz e pela mais justa distribuição das conquistas do nosso tempo, por todos os povos da terra.

É com essa disposição que encaro as minhas novas e graves responsabilidades.

Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo. E confesso, lealmente, que gostaria que o meu govêrno viesse, afinal, a receber o prêmio da popularidade, entendida no seu legítimo e verdadeiro sentido de compreensão do povo. Mas não pretendo conquistá-la, senão com o inalterável cumprimento do dever.

Desejo manter a paz e a ordem. Por isso mesmo, advirto que todo aquêlê que tentar contra a tranqüilidade pública e a segurança nacional será inapelavelmente punido. Quem semear a violência, colherá fatalmente a violência.

Quero transformar em dever de Chefe de Estado o desejo sincero de garantir a harmonia do empenho dos senhores juizes, legisladores e governantes, no âmbito federal como no estadual, para a convergência de esforços e colaboração mútua na consecução de nossos objetivos comuns.

Considero, também, que não podemos perder mais tempo, recordando os erros de administrações anteriores. Em vez de jogar pedras no passado, vamos aproveitar tôdas as pedras disponíveis para construir o futuro.

Interpreto os anseios de afirmação nacional do povo brasileiro como uma tendência irrecusável em nossa época.

E procurarei ser fiel aos seus imperativos simplesmente realizando um governo do Brasil, pelo Brasil e para o Brasil, dentro do concôrto das nações livres da América e do mundo.

Impor-me-ei, como Comandante-em-Chefe das Fôrças Armadas, a consciência de que tôdas as minhas atitudes e determinações terão a plenitude da correspondência de meus chefes comandados, dentro do rigor e da justeza das normas militares que, institucionalmente, nos regem a todos.

Com base indiscutível no mais amplo respeito à disciplina, na fiel observância da cadeia hierárquica e sob o manto de inquebrantável coesão estarão garantidas as condições primordiais do preparo profissional militar e da disposição para manter o ímpeto revolucionário, marcado na alma e na vontade de cada soldado do Brasil.

São êsses os meus propósitos. Que Deus, atendendo às minhas orações, me dê a fôrça, a coragem e a firmeza de cumpri-los.

(Mensagem lida no rádio e na televisão a 7-10-1969).

MUNDO SEM FRONTEIRAS

HOMENS de meu País!

Neste momento eu sou a oferta e a aceitação.

Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem, a humildade, a união.

A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático.

A aceitação da faixa presidencial, faço-a um auto de justiça e a confissão de minhas crenças.

Faço a justiça de proclamar o equilíbrio e a serena energia, o patriotismo e a grandeza com que se houveram os três Ministros Militares no exercício temporário da Presidência da República, que a mim transmitem, no símbolo dessa faixa, pelas mãos honradas de Sua Excelência, o Almirante AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD.

Faço a justiça de dizer, já agora ouvindo a Nação, à cuja frente o destino me trouxe, faço a justiça de assinalar a total dedicação do grande Presidente COSTA E SILVA à causa pública, o empenho tanto, que se fêz imolação da própria voz.

Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho de minha terra e de meu tempo.

Venho do minuano. "Esse vento faz pensar no campo, meus amigos, este vento vem de longe, vem do pampa e do céu."

Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do meu Sul, para ver, no vento, o homem do campo de todo o Brasil — o homem que ninguém vê, sem face e sem história — aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha.

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola, a ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento.

Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens.

Sinto por dentro aquêlê patriotismo aceso dos fronteiriços, que estende pontes aos vizinhos, mas

não aceita injúrias nem desdêns, e não se dobra na afirmação do interesse nacional.

Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem. Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.

Homem da fronteira, conheço o pêso específico de nosso País e hei de fazê-lo valer em favor do nosso povo. Fronteiriço, não sei, não vejo, não sinto, não aceito, outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição da altivez. E sinto que esta nossa América, já na idade da razão, realizado o esforço concentrado e pertinaz de formulação de suas posições, há de receber, em breve, a solidariedade da outra América.

E creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão toda do mapa do mundo. E creio na contribuição de nossa gente, para o entendimento, o respeito e a paz entre os povos.

Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação. Creio que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar. E, porque assim o creio, é que buscarei fortalecer as estruturas de governos municipais e sub-regionais, provendo as comunidades do interior do saneamento básico indispensável à proteção da unidade familiar, pedra angular da sociedade.

Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. E, porque assim o creio, e porque o sinto amadurecido para a tarefa global, é que buscarei ouvi-lo sempre.

Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de tôdas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões, e consolidada a unificação da previdência social, nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador.

Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade.

Homem da caserna, creio nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando. E creio nas messes do planejamento sistematizado, na convergência de ações, no estabelecimento das prioridades. E, porque assim o creio, é que tudo farei por coordenar, integrar, totalizar nossos esforços — tantas vêzes supérfluos, redundantes, contraditórios, dispersivos — em uma tarefa global, regida por um grande plano diretor.

Homem da caserna, creio nos milagres da vontade. E, porque o creio, convoco a vontade coletiva, a participação de todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se tenha espectador e todos se sintam agentes do processo.

Homem de minha terra, creio nas potencialidades e na viabilidade econômica e social de meu País.

Creio no desenvolvimento como fenômeno global, interiorizado primeiro na alma de cada homem, para poder ganhar, então, a alma da terra tôda.

Creio na função multiplicadora da empresa, e, porque assim o creio, buscarei fortalecê-la — sobretudo a empresa nacional — encontrando formas e processos de baratear-lhe os custos de produção, para que se fortifique e mais produza. E me empenharei no sentido da utilização racional e efetiva do território brasileiro, na vivificação das estruturas municipais, na atenuação dos desequilíbrios regionais.

Homem de meu tempo, tenho pressa. Sei que, no ano 63, antes da Revolução, nosso crescimento era nenhum e que a inflação se aproximava de cem por cento. Sei que hoje nosso crescimento oscila entre 6 e 7% e que a inflação decresce, já agora em nível de alguma estabilidade. Sei que nos últimos anos avançamos no fortalecimento das instituições econômicas, edificando, não só a estrutura, mas a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação. Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e êsse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que urge acelerar o processo; que “o minuano para enganar a miséria, geme e dança pela rua”; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer.

Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz.

Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, porque o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada.

Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro.

Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, porque a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico.

Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos.

E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.

Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito. E, porque homem da lei, é que pretendo velar pela ordem jurídica. E, homem, de pés no chão, sinto que, nesta hora, a ordem jurídica se projeta em dois planos. Vejo o plano institucional, destinado a preservar as conquistas da Revolução, vejo o plano constitucional, que estrutura o Estado e assegura o funcionamento orgânico dos Podêres. Estou convencido de que é indispensável a coexistência dessas duas ordens jurídicas, expres-

samente reconhecida pela Constituição, fundada no imperativo da segurança nacional, e coerente enquanto fôr benéfica à defesa da democracia e à realização do bem comum.

Homem da lei, sinto que a plenitude do regime democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional, quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses pessoais. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que êle seja, não só o sustentáculo dêste govêrno, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com o pensamento revolucionário. E espero da Oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo.

Homem da lei, creio imperioso dotar o Brasil de novos códigos que reflitam os progressos da ciência jurídica, a atualização dos institutos e as inquietudes de um povo em desenvolvimento.

E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens.

E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos. E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira. Creio na alma generosa da mocidade. Creio na

minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro.

E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá, na década de 70, a nossa hora.

E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente.

E, porque o creio, e porque o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação.

E aceito, neste símbolo do Govêrno da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias — a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.

E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.

(Discurso de posse, pronunciado a 30-10-1969).

A VERDADEIRA PAZ

TRABALHADORES de meu país.

Sempre que falo à Nação, busco convocar todas as consciências para o grande esforço de realização do objetivo fundamental de meu governo, que é o de acelerar e antecipar o desenvolvimento brasileiro, sem o qual a justiça social não pode prosperar.

E sendo o desenvolvimento e a justiça os dois fins mesmos de nossa ordem econômica e social, quero hoje, neste "Dia do Trabalho", falar a todos também dessa justiça social, que sem ela o desenvolvimento poderá ser instável, enganador e até desumano, pois a verdadeira paz é feita da substância da justiça.

Já vai longe o tempo em que a linguagem de falar ao trabalhador era a linguagem paternalista. Tudo se dava, tudo se prometia, sem se medirem as conseqüências. Deputado, Ministro ou Presidente, dispunham todos, inconseqüentes, da Fazenda Pública e sacavam contra o futuro, em nome de um presente assegurado, de interesses eleitorais atendidos e de rendosa e reprodutiva imagem popular.

Presidente, Ministro ou Deputado, noutros primeiros de maio já distantes, todos cortejavam o trabalhador, oferecendo-lhe o que a Nação não tinha e não podia dar.

Esse paternalismo inspirou a mentalidade contemplativa e apassivada de esperar as graças imediatistas do Governo. Tudo deveria vir exclusivamente dele: o emprego, o abono e o aumento; a casa e a promoção; a previdência e o transporte; recreação, aposentadoria, pensão, e até mesmo outros meses de salário.

E tudo deveria vir de mão beijada, sem a contraparte e a correspondência de deveres e obrigações, de contribuições, esforços e poupanças individuais; tudo o que em verdade era às vezes a grande mentira agradável, o grande engodo, agravando os problemas do amanhã de cada um.

Essa mentalidade paternalista inspirou o vício do empreguismo governamental — renovado sempre a cada eleição — fez mais forte a ineficiência burocrática e tornou bastante instável o surto do desenvolvimento.

Não me canso de dizer que o Brasil fala hoje a linguagem da verdade: paga-se o preço real de cada serviço e prova-se que cumprir o orçamento da República é questão primária de sobrevivência, como a própria sobrevivência do orçamento familiar.

Amadurecido, sofrido e realista, o trabalhador brasileiro é hoje menos espectador e mais participante. O trabalhador distingue agora o possível do impossível, mede a distância entre a verdade e a demagogia e, acima de tudo, compreende a relevância de seu papel na construção de uma sociedade democrática.

Graças a esse amadurecimento, graças a essa nova consciência e, fundamentalmente, a essa participação, logramos os bons resultados de nossa recuperação econômica, surpreendendo o mundo o

termos encontrado o passo e o ritmo responsável do progresso.

Atentos aos imperativos do desenvolvimento, não acenaremos ao trabalhador vantagens ilusórias, passageiras, descabidas, que sirvam só um pouco a cada um, e prejudiquem, isto sim, o bem de todos, debilitando a empresa privada nacional, de cujo fortalecimento, afinal, dependem a estabilidade do operário e a solução maior de nossos problemas coletivos.

Coerente com essa linha de pensamento, o Governo pode hoje conceder — e o faz sem buscar dividendos popularescos — mas tão-somente, no exercício de um dever, novos níveis de salário mínimo a todos os trabalhadores, em bases realísticas, consentâneas com o aumento do custo de vida e as possibilidades gerais do empresariado brasileiro, engajados todos, trabalhador, empresário e Governo, na expansão de projetos de efeito multiplicador.

Além disso, começamos a diminuir, a pouco a pouco, o número de zonas diferenciadas de valor salarial, de forma a alcançarmos, quando possível, a uniformização nacional, para que o salário não seja um elemento a mais de sedução dos grandes centros.

Atentos aos imperativos do desenvolvimento, daremos ao empresariado nacional a estabilidade e a segurança para a ampliação de seus empreendimentos, mas estaremos vigilantes para reprimir tudo quanto possa significar aumento arbitrário de lucros e abuso do poder econômico.

Atento aos ditames da justiça social, renovo a todos os brasileiros que meu governo, em lugar de tomar medidas pressurosas, lenitivas e acessórias, prossegue realizando estudos de base, para que,

sem comprometer o esforço nacional e sem faltar à nossa vocação democrática, possa em verdade contribuir no sentido da mais justa distribuição da riqueza nacional, que, levada mais longe e mais fundo, torne mais estável e mais gerador o processo de nosso desenvolvimento.

Atentos aos ditames da justiça social, ressaltamos a valorização do trabalho, pela ampliação de oportunidades de especialização e aperfeiçoamento, pela vigilante fiscalização de suas condições de realização, pelo planejamento regional e racional das necessidades de mão-de-obra, pela proteção contra o desemprego e pela melhoria da legislação de estabilidade e fundo de garantia, de tal forma a impedir uma perigosa tendência para a excessiva rotatividade de trabalho.

Atento à estrutura e ao funcionamento orgânico da justiça social, estou enviando ao Congresso projeto de lei que simplifica o sistema processual e abrevia o julgamento das reclamações trabalhistas. Nele se estabelece um procedimento sumaríssimo para os dissídios individuais de valor igual ou inferior a dois salários mínimos, cujas decisões são irrecorribéis, salvo se houver matéria constitucional.

Adotam-se os modernos princípios do perito único designado pelo juiz, da redução de prazo de recurso, da eliminação da segunda praça nas execuções e da remição pelo executado só quando este oferecer preço igual ao valor da condenação.

O projeto também extingue a figura das homologações dos recibos de quitação ou pedidos de demissão, em face da experiência colhida, pois só numa Junta de Conciliação e Julgamento, num total de 10.000 processos anuais, cerca de 6.100 eram de homologações. A perda de tempo e de atividade

judicial demonstraram a necessidade de eliminar essas providências que não se justificavam mais. Para o empregado estável, no entanto, restaurou-se a vigência do artigo 500 da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de lhe assegurar inequívoca proteção.

O projeto, finalmente, altera o sistema de assistência gratuita, regulado pela Lei n.º 1.060, e o fez atribuindo ao sindicato a importante missão de colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade social. Assim, cabe-lhe prestar assistência judiciária ao trabalhador, tanto mais que o patrimônio das associações sindicais é constituído principalmente pela contribuição originária de toda categoria e não apenas dos associados.

Atentos aos ditames da justiça social e dado já o passo primeiro da unificação dos Institutos, estamos empenhados na reformulação da previdência, para que se faça mais rápida, mais simples, mais prestante.

O mesmo pensamos e queremos fazer no campo da aquisição da casa própria, pois, tentando emendar os erros da correção monetária, já nos convencemos de que a equivalência salarial ainda não cumpriu em plenitude as finalidades a que veio.

No decurso deste ano começaremos a reforma do ensino médio, fazendo-o voltar-se mais para o trabalho e dobraremos o número de bolsas de estudo concedidas a filhos de trabalhadores, contribuindo também para que a Universidade se democratize ainda mais.

É nosso propósito renovar e incentivar a vida sindical, desenvolvendo ao máximo a associação entre o sindicato e a previdência, por meio de convênios descentralizadores. Mas não vemos apenas

o sindicato servindo como ambulatório, consultório e laboratório, senão também buscamos o sindicato escola, o sindicato centro cívico, cultural, recreativo e desportivo, assim como o sindicato cooperativa de consumo, a que possamos dar facilidades para a aquisição do alimento, da roupa, do remédio e do instrumento de trabalho. Queremos o sindicato integralmente ativo, expressão de defesa do trabalhador, o sindicato assistencial, financiador e fiscalizador do exercício dos direitos e dos deveres dos sindicalizados.

O Fundo Social Rural, inicialmente limitado a certas áreas, já beneficia quinze milhões de trabalhadores do campo. Esperamos estendê-lo, em caráter definitivo, a todos os campos. Trata-se de sistema de ação comunitária e democrática, expressivo exemplo do esforço associado da União, de empregados e de empregadores.

Atentos aos ditames da justiça social, buscamos o máximo aproveitamento de nosso potencial humano, de tal forma que, a pleno emprego e a produtividade plena, possamos atender melhor aos imperativos do desenvolvimento nacional.

Atentos à justiça social, empenharemos o maior número possível de laboratórios dos órgãos estatais e da empresa privada, na produção de alguns medicamentos essenciais, com que se possa atender às doenças mais encontradas, ao preço da bolsa de qualquer um, e sem que isso venha afetar a estabilidade da indústria farmacêutica nacional.

Atentos ao desenvolvimento e à justiça social, daremos tudo de nós para dignificar e harmonizar o trabalho, sempre estimulando o seu sentido espiritual e criador, sempre combatendo, de forma equidistante, o egoísmo e a revolta, pois é, na

harmonia da comunidade do trabalho e na mão generosa do operário, que imita um pouco e sempre a Deus, que se unem as vontades, que se soldam os corações e que nos fazemos irmãos, para construirmos a sociedade próspera e democrática do sonho de todos nós.

(Mensagem transmitida do PALÁCIO DAS LARANJEIRAS, por uma rede nacional de rádio e televisão, no dia 1º de maio de 1970).

— 43

O GRANDE ATO

INICIANDO, no dia de Tiradentes — nosso maior herói popular e patrono cívico da nação brasileira — as comemorações do Sesquicentenário da Independência, em um imenso encontro dos brasileiros com o Brasil, e dos brasileiros consigo mesmos, queremos todos significar que o povo é quem faz a História.

Reunidos, nesta mesma hora, em milhares de encontros, por todas as cidades e todos os povoados do Brasil, para colocar no alto, de por do sol a por do sol, a bandeira de nossa pátria, concentramos, na memória do grande alferes, do cavaleiro e porta-estandarte dos ideais de justiça e liberdade, nossa homenagem a todos os heróis, consagrados, esquecidos ou anônimos, que, antes e depois do gesto do Ipiranga, ajudaram a fazer desta terra uma grande nação.

Voltamos o pensamento para os que, nas manifestações nativistas, nas lutas externas e fronteiriças, nos movimentos precursores e nas guerras da Independência, ensinaram às sucessivas gerações que a soberania de uma nação não se outorga, não se recebe de presente, antes se conquista, se preserva e se amplia, com o trabalho, a inteligência, o idealismo, a renúncia e se preciso, o sangue de homens como todos nós.

— 47

Voltamos o pensamento para os que começaram a afirmar-se como brasileiros na expulsão do estrangeiro invasor — para os Guararapes, para Negreiros, Camarão e Henrique Dias. Voltamos o pensamento para todos os que, serenamente, transmutaram sofrimento e vilipêndio em sementes de emancipação, bem como para os heróis ignorados do povo, que se deram e que se dão, no silêncio e por inteiro, à construção deste país.

Assim voltados para a História, sentimos que nós mesmos a fazemos com a nossa humildade, nossas canseiras e vigílias, nosso entusiasmo, nossas vidas. Daí por que estamos convencidos de que a Independência não foi o grande ato de um passado morto, mas que acontece todo dia no dever bem cumprido de cada um.

Tendo a Independência como processo sempre em marcha, entendemos este encontro como o signo das comemorações do Sesquicentenário: o encontro da comunidade de todos os brasileiros, o encontro com a nossa consciência patriótica e com a nossa vocação de fraternidade e de paz.

Não se limite este encontro à comunhão dos amigos; aos jogos, aos festejos, ao entusiasmo de contágio; às emoções e alegrias da justa comemoração. Seja ele o encontro de brasileiros solidários, não somente nas horas alegres, senão em todas as horas; seja o encontro de homens que fazem da justiça social o mais alto valor da fraternidade humana, o indispensável vínculo entre os brasileiros providos de instrução, de capacidade de consumo e do exercício da liberdade e todos aqueles, irmãos nossos, ainda à margem dos benefícios da civilização; seja o encontro da comunidade de todos e nunca o

da comunidade de alguns; seja o encontro do compromisso visceral entre o homem e a Nação; seja o encontro, por fim, com o Brasil constantemente valorizado, aperfeiçoado e defendido com todo o nosso ardor.

Mais brasileiros cada dia, na simplicidade de nossa casa e de nosso trabalho, coloquemos acima de quaisquer interesses, o interesse nacional, buscando a solução nossa e a prevalência de nossa arte e de nosso engenho.

Com entusiasmo ainda maior, entreguemo-nos à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados.

Vivamos a nossa vocação de fraternidade e de paz, que amanhã mesmo será demonstrada no encontro com Portugal e no reencontro com Pedro Primeiro, o nosso Imperador do gesto final da libertação, como um permanente anseio de entendimento entre as nações.

Voltando o pensamento a Deus, a quem devemos agradecer a inspiração, a altivez e a coragem, com que temos sabido ser nação livre e soberana, fazemos votos para que todos possam descobrir, no encontro do Sesquicentenário, os caminhos da permanência deste momento, em que, na união, na confiança e na fé, os brasileiros de agora constroem a grandeza vislumbrada no sonho dos precursores.

(Mensagem divulgada através de rede nacional de rádio e de televisão, na abertura das comemorações do Sesquicentenário da Independência, dia 21 de abril de 1972).